

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JÉSSICA APARECIDA PEREIRA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NO
SERVIÇO SOCIAL:** análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016.

JUIZ DE FORA
2018

JÉSSICA APARECIDA PEREIRA

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NO SERVIÇO SOCIAL: análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Simões Bezerra

JUIZDE FORA
2018

*Está envenenada a terra que nos enterra ou desterra.
Já não há ar, só desar.
Já não há chuva, só chuva ácida.
Já não há parques, só parkings.
Já não há sociedades, só sociedades anônimas.
Empresas em lugar de noções.
Consumidores em lugar de nações.
Consumidores em lugar de cidadãos.
Aglomerações em lugar de cidades.
Não há pessoas, só públicos.
Não há realidades, só publicidades.
Não há visões, só televisões.
Para elogiar uma flor, diz-se: "Parece de plástico".*

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a Deus, por me dar segurança e determinação para alcançar meus objetivos.

À minha família, presto meus agradecimentos pelo apoio, compreensão e paciência, fundamentais nesta trajetória.

À Júlia Lorena, minha filha, agradeço por cada momento, por estar sempre do meu lado. Ainda que algumas ausências me impedissem de passar maior tempo na sua companhia, devido às atividades acadêmicas, toda minha perseverança desses anos sempre foi por causa de você. Agradeço por tudo minha “*Juju*”, amo você incondicionalmente.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a Cristina Simões Bezerra, por toda a paciência e carinho com que esclareceu minhas indagações e me orientou na construção deste trabalho.

Às professoras Mônica Aparecida Grossi e Maria das Graças e Silva, meus agradecimentos e satisfação por gentilmente terem aceitado compor a minha banca de Mestrado.

Aos professores do programa de graduação e pós-graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelos ensinamentos que contribuíram para a minha formação profissional e para a vida.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus companheiros de mestrado da turma 2016, cujo apoio estive presente em todos os momentos do curso.

Agradeço ao Léo, funcionário da biblioteca da faculdade de Serviço Social, a Nívea e Maria Helena do programa de pós-graduação e ao Darci do Xerox, que foram sempre prestáveis e atenciosos.

Aos órgãos financiadores *FAPEMIG* e *CAPES*.

A todos fica meu abraço e os meus agradecimentos por todos os momentos de glórias e conquistas alcançadas.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado faz uma reflexão acerca da temática ambiental com o objetivo de situar o debate ambiental e sua relação com o Serviço Social, no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social- ENPESS e no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, no período de 2012 – 2016. O tratamento teórico dado à temática ambiental pelo Serviço Social pode ser considerado incipiente. O estudo se justifica, pois, nas últimas décadas, sobretudo a partir de 2000, entre os campos de atuação do Serviço Social, tem se destacado o aumento no atendimento às demandas ambientais. Nessa perspectiva, entende-se que o debate ambiental apresenta-se como algo desafiador para os assistentes sociais. Salienta-se que o marxismo ao trazer os elementos de análise do modo de produção capitalista oferece os elementos fundamentais para situar criticamente a problemática ambiental no capitalismo contemporâneo.

O estudo está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo situa-se a discussão da questão ambiental no modo de produção capitalista. A discussão pauta-se na análise marxista da temática ambiental a partir de John Bellamy Foster (2005). No segundo capítulo, realiza-se uma análise do debate contemporâneo sobre a questão ambiental, buscando apreender as limitações do desenvolvimento sustentável, entendendo ser a ideologia da sustentabilidade, o principal mecanismo proposto pelo sistema capitalista como resposta a crise ecológica da atualidade. No terceiro capítulo, situam-se as aproximações entre Serviço Social e Questão Ambiental. Os levantamentos realizados foram esquematizados a partir da análise dos anais dos ENPESS e CBAS. Em seguida, apontam-se reflexões encontradas no estudo que apontam para o duplo caráter presente no debate ambiental: o reconhecimento de que o Serviço Social vem construindo novos conhecimentos acerca da questão ambiental e por outro lado vem reatualizando velhos paradigmas ao absolver o ideário ético do “*Desenvolvimento Sustentável*”.

Palavras-chave: Questão Ambiental; Serviço Social; Produção de conhecimento.

ABSTRACT

This dissertation deals with environmental issues with the objective of situating the environmental debate and its relationship with Social Service, at the National Meeting of Researchers in Social Service - ENPESS and at the Brazilian Congress of Social Workers - CBAS, in the period of 2012 - 2016. The theoretical treatment given to the environmental theme by the Social Service can be considered incipient. The study is justified, since, in the last decades, especially since 2000, the fields of action of the Social Service have been highlighted the increase in the attendance to the environmental demands. From this perspective it is understood that the environmental debate presents itself as challenging for social workers. It should be noted that Marxism, by bringing the elements of analysis of the capitalist mode of production, provides the fundamental elements for critically situating the environmental problem in contemporary capitalism.

The study is organized in three chapters. In the first chapter is the discussion of the environmental question in the capitalist mode of production. The discussion is based on the Marxist analysis of the environmental theme from John Bellamy Foster (2005). In the second chapter, an analysis of the contemporary debate on the environmental issue is made, seeking to understand the limitations of sustainable development, considering it to be the ideology of sustainability, the main mechanism proposed by the capitalist system as a response to the current ecological crisis. In the third chapter, are the approximations between Social Service and Environmental Question. The surveys carried out were outlined based on the analysis of the annals of the ENPESS and CBAS. Next, we point out the reflections found in the study that point to the double character present in the environmental debate: the recognition that Social Service has been building new knowledge about the environmental issue and on the other hand has been re-updating old paradigms by absolving the ethical "Sustainable development".

KEYWORDS: Environmental Question; Social Work; knowledge production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos publicados nos ENPESS (2012, 2014, 2016).....	89
Quadro 2 – Trabalhos publicados nos CBAS (2013 2016).....	89
Quadro 3- Palavras-chave mais utilizadas.....	90
Quadro 4- Relação das palavras-chave e quantidade de ocorrências nos artigos.....	92
Quadro 5- Especificação das instituições as quais os profissionais estão vinculados	93
Quadro 6 – Regiões identificadas nos artigos.....	94
Quadro 7– Identificação dos autores mais utilizados no Serviço Social e quantidade de vezes em que estão referenciados nas bibliografias	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- População dos municípios mineradores, segundo as classes de rendimento.....	141
--	-----

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABETRE	Associação Brasileira de Tratamento de Resíduos Industriais.
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEP	Código de Ética Profissional
CO2	Dióxido-de-carbono
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DDT	Diclorodifeniltricloreto.
EA	Educação Ambiental
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ONU	Organização das Nações Unidas
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RSA	Responsabilidade Socioambiental
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
UC	Unidades de Conservação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal da Amazônia
UFAs	Unidades de Formação Acadêmicas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
WCED	World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - QUESTÃO AMBIENTAL E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA.	18
1.1 Marx e a concepção materialista da natureza e da história	21
1.2 Sociedade capitalista e os fundamentos da questão ambiental.	31
1.3 Crise do capital e crise ecológica: uma análise dialética.	39
1.4 Questão Social e Serviço Social	49
CAPÍTULO II – O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA QUESTÃO AMBIENTAL: os limites do desenvolvimento sustentável.	60
2.1 O discurso ambiental no âmbito das agências nacionais e internacionais: o debate em torno da sustentabilidade.	60
2.2 As manifestações da questão ambiental e os principais mecanismos de enfrentamento pelo capital.	70
CAPÍTULO III – A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A QUESTÃO AMBIENTAL: uma análise a partir dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016. ...	81
3.1 Questão Ambiental e os desafios para o Serviço Social.....	81
3.2 A produção teórica e as experiências profissionais do Serviço Social sobre a Questão Ambiental nos ENPESS (2012-2016) e nos CBAS (2013-2016).....	86
3.3 A interpretação da categoria questão ambiental a partir da análise dos anais dos ENPESS e CBAS (2012-2016).	88
3.3.1 Questão Ambiental e Serviço Social.	99
3.3.2 Educação Ambiental.	103
3.3.3 Desenvolvimento Sustentável.	112
3.3.4 Questão Ambiental e Saúde.....	119
3.3.5 Responsabilidade Socioambiental.....	123
3.3.6 Populações Amazônicas	127
3.3.7 Impactos socioambientais.....	133
3.3.8 Resíduos Sólidos.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
APÊNDICE I – FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DOS ARTIGOS DOS CBAS E ENPES	170
APÊNDICE II- QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO-	171

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado elaborada e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) faz uma reflexão baseada na perspectiva crítica acerca da temática ambiental e sua relação com Serviço Social. Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 2000, entre os espaços interventivos do Assistente Social, tem se destacado o aumento no atendimento às demandas socioambientais e em relação à abordagem teórica dada à temática ambiental pelo Serviço Social, esta pode ser considerada desconhecida pela maioria dos profissionais. A emergente temática ambiental apreendida na maioria das vezes, por um viés naturalista, associada à insuficiência de um aprofundamento teórico acerca da questão ambiental pelo Serviço Social, tem seus reflexos no reforço da ideia de que, aparentemente a profissão não possui relação com o campo ambiental. Esta ideia está associada ao debate ambiental em nível mais geral, pautado no discurso que se restringe a concepção naturalista do meio ambiente. Essa visão exclui da dinâmica da natureza os seres humanos, ou seja, apreende o mundo natural de forma externa ao conjunto das relações sociais.

O interesse inicial em desenvolver a dissertação de mestrado na área ambiental está vinculado à minha trajetória acadêmica no Curso de Bacharelado em Serviço Social, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, no período de 2011 a 2016, durante o qual tive uma aproximação à temática participando de atividades de ensino, pesquisa e extensão. No ano de 2012, participei como Bolsista do Programa de Treinamento Profissional desenvolvendo atividades relacionadas à organização do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ocorrido em Juiz de Fora, especificamente nas atividades referentes à organização da revista “*Temporalis*” nº 24, que tem como tema: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Nas atividades de ensino, em 2014, cursei o laboratório “*Questão Agrária Questão Ambiental e Serviço Social: A Agroecologia em Assentamentos Rurais*” ministrada pela Prof.^a Dr.^a Mônica Grossi. Dentre as diversas temáticas abordadas, o laboratório chamou atenção para o modelo de produção imposto pela agricultura capitalista que, a partir de sua dinâmica voltada à produção de mercadorias,

impossibilita a reposição dos nutrientes naturais do solo gerando, assim, um processo de degradação ecológica.

Esse envolvimento com a temática ambiental ao longo da graduação me incitou a elaborar resumos e reflexões que foram as bases para a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Tudo isso me proporcionou uma aproximação com a complexidade de elementos/aspectos que perpassam a temática ambiental. No TCC o objetivo geral foi analisar a questão ambiental nos ENPESS e CBAS ocorridos no ano de 2016. Foram realizadas análises dos artigos dos eventos citados a fim de identificar quais os principais campos de atuação do Serviço Social e as principais referências no campo ambiental no âmbito da profissão. O principal resultado identificado no TCC foi a identificação da Educação Ambiental como campo mais expressivo de intervenção dos assistentes sociais sob uma perspectiva de individualização da questão ambiental. Nessa perspectiva a hipótese que orientou a presente pesquisa entende que o debate ambiental no âmbito acadêmico não vem sendo construído a partir de uma perspectiva que explicita as complexidades (sociais, econômicas e políticas) constitutivas da questão ambiental.

Esses elementos foram reunidos, constituindo-se o principal ponto de partida para elaboração da presente dissertação de mestrado. A partir das contribuições feitas na banca de qualificação, o objeto de pesquisa foi redimensionado para um estudo da temática ambiental e a sua relação com o Serviço Social nos últimos três ENPESS (2012, 2014, 2016) e nos dois últimos CBAS (2013, 2016). O objetivo geral da pesquisa consistiu em “analisar a dimensão teórico-prática do campo ambiental nos ENPESS (2012-2016) e CBAS (2013-2016).” E os objetivos específicos foram: a) elaborar um estudo sobre os fundamentos da questão ambiental a partir da análise marxiana; b) identificar as referências teóricas presentes no campo ambiental, a partir da análise das principais temáticas desenvolvidas pelos assistentes sociais nos anais dos ENPESS e CBAS; c) identificar na produção teórica as formas de intervenção e ou área de atuação dos assistentes sociais (projetos e programas; e d) apreender as dificuldades e limites na apropriação do serviço social sobre a questão ambiental.

Ao fazer uma leitura atenta de artigos referentes à temática ambiental, percebe-se que, na maioria, a perspectiva marxista está ausente da análise da

questão ambiental, ou é bastante reduzida. A partir desta problemática é que foi definida a necessidade de situar no primeiro capítulo, a relação da questão ambiental com a sociedade capitalista. O capítulo buscou situar criticamente as causas da degradação ambiental ao estágio contemporâneo do capitalismo, marcado por uma crise estrutural do capital (Mészáros, 2011).

É nesta esfera de crise do capital que, a partir da década de 1970, o debate ambiental assume centralidade nas agências nacionais e internacionais, notadamente após a realização, em 1972, da Conferência de Estocolmo, na Suécia, a partir de um discurso supra classista acerca da questão ambiental. É importante ressaltar que o debate ambiental constitui um campo permeado por múltiplas interpretações, valores, concepções e interesses, revestidos de um objetivo supostamente comum e universal: salvar o meio ambiente e a vida no planeta (Loureiro, 2002). O pluralismo de ideias permitiu que se desenvolvessem várias interpretações da questão ambiental e diferentes formas de enfrentá-la: há os grupos que, partindo da ideologia capitalista contemporânea, atribuem às causas do quadro de devastação ambiental, as populações mais carentes (Banco Mundial/ organismos internacionais); de outro, aqueles que propõem a vinculação do crescimento econômico com a utilização racional dos recursos naturais (ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável) estão presentes conjuntamente no campo de interpretações e respostas ao quadro de degradação dos recursos naturais, aqueles que concebem medidas extremas como o controle do crescimento populacional e o crescimento zero (tese de Meadows, neomathusianos), aqueles que, como resposta ao produtivismo e consumismo da sociedade moderna, propõem estilos de vida alternativos (movimento hippie de contracultura, etc.), e ainda os que identificam a incompatibilidade entre o sistema capitalista e qualquer proposta de preservação ambiental (ecossocialistas ou ecomarxistas), dentre outros (Herculano, 2000).

De forma analítica, podemos aprender que o campo ambiental divide-se em dois grandes campos de leituras que fundamentam o debate ambiental: o primeiro constitui o campo progressista. Silva (2010).

Este entende ser a crise ecológica vivenciada pela humanidade resultado de uma crise de valores vivida pela sociedade atual que coloca em questionamento o papel civilizatório imposto pelo paradigma ético da modernidade. Nessa perspectiva, o campo em tela aponta a superação do antropocentrismo por uma visão de mundo

biocêntrica, como o principal mecanismo de superação da crise ambiental, o que implicaria em mudanças no modo de pensar e agir da sociedade. (Silva, 2010).

Em consonância com o campo progressista de análise da questão ambiental, temos simultaneamente a abordagem da Ecologia. Este campo desenvolve uma crítica ao produtivismo e ao consumo desenfreado que constituem os principais fatores de exploração dos recursos naturais. Avaliam ser o marxismo um pensamento herdeiro do produtivismo, alegando que Marx, ao tratar do desenvolvimento das forças produtivas, teria evidenciado o domínio do homem sobre a natureza. A saída defendida pelos ecologistas seria uma redução do consumo pela sociedade e a crença na superação da questão ambiental pela via das saídas técnicas. Silva (2010)

Ainda que o discurso ecológico traga à tona a consciência sobre os perigos que ameaçam o planeta - o que torna esta abordagem central - a ecologia apresenta alguns impasses em sua análise acerca questão ambiental. Dentre estes, temos a não apreensão da lógica produtivista enquanto um mecanismo inerente à face/dinâmica contemporânea do capitalismo. Ao desconsiderar esta vinculação, o campo ecológico centra suas ações na defesa de um "*capitalismo limpo*", constituindo, com essas premissas, um campo que retira o conflito de classes da análise da questão ambiental, tornando-se uma estratégia ideológica do capital, que atribui aos indivíduos a responsabilidade isolada pelo ambiente, sendo, portanto, funcional às dinâmicas e estratégias de reprodução do sistema.

Neste quadro, é importante ressaltar que muitas das críticas dirigidas à abordagem marxiana obscurecem o fato de que, para Marx, as "*forças produtivas como expressão das potencialidades do desenvolvimento humano genérico não se confundem com as forças produtivas do capital*" (Silva, 2010, p.72). Marx chama atenção para o fato de que, no capitalismo, a incorporação da natureza ao processo de produção passa a ser mediada pela ciência e tecnologia sob os ditames do capital a fim de produzir mais-valia. Considerando a análise de que, nas sociedades pré-capitalistas, predominavam a produção realizada sob uma baixa eficácia tecnológica, o trabalho nestas sociedades não se voltava à produção de valor, mas exclusivamente a produção de valores de uso voltados aos atendimentos das reais necessidades humanas.

De acordo com Marx (2014) as relações de propriedade instituídas com o capitalismo, a partir do processo de acumulação primitiva, o “metabolismo social” entre os seres humanos e a natureza, passa a ser mediado pelo objetivo central da acumulação, levando o processo de trabalho, nos marcos da sociedade burguesa, a assumir novas determinações que tiveram implicações diretas na relação do homem com a natureza, conduzindo a alienação tanto do trabalhador tanto da natureza. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser um elemento fundamental para a satisfação das necessidades humanas para atender a satisfação das necessidades de alguns segmentos de classe específicos da sociedade burguesa. Sendo assim, a partir do estabelecimento da sociedade capitalista, assistimos de forma gradual ao domínio da terra e da própria natureza pela classe detentora dos meios de produção. Silva (2010).

Com esses breves apontamentos, a leitura que fundamenta o presente trabalho entende ser a questão ambiental resultado da dinâmica das relações sociais capitalistas. Esta sociedade segrega e diferencia o acesso das classes no domínio, à utilização dos recursos naturais (Grossi, 2014), que, utilizados na forma de agricultura capitalista, desencadeiam num quadro de degradação ambiental iniciado desde a Revolução Industrial e acentuado na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, as reflexões marxianas nos ajudam a ultrapassar os limites dos diferentes movimentos ecologistas que, sob a bandeira do “*desenvolvimento sustentável*”, advogam a necessidade de mudanças comportamentais, a partir de uma perspectiva ética individualizante para o trato da questão ambiental. Em contraposição a essa simplificação, para o campo marxista, a origem da questão ambiental pode ser situada historicamente no momento em que o capital exerce seu domínio sobre a natureza reduzindo tanto o trabalhador, tanto a natureza a *objetos venais*. Não se trata, portanto de uma crise ecológica em si mesma, pois não é o ambiente natural, externo as relações sociais de produção que está em crise (Silva, 2010).

Em síntese a análise da questão ambiental pautada no referencial marxista permite considerá-la como oriunda e determinada pelas relações sociais capitalistas. Para embasar tal discussão, foram utilizados os conceitos de “*Metabolismo Social*” (Marx, 2014) e “*Falha Metabólica*” (Foster, 2005). É sob esta discussão que os estudos foram guiados no primeiro capítulo, visando uma aproximação com as raízes da questão ambiental na sociedade capitalista contemporânea.

Posteriormente, buscou-se descrever as principais manifestações da questão ambiental na contemporaneidade e os principais mecanismos de controle e enfrentamento empreendidos pelo capital. Também foi abordada a disseminação do discurso ambiental centrado na defesa do desenvolvimento sustentável pelas agências internacionais e suas propostas em face a degradação ambiental. No terceiro capítulo, foram elaborados os principais debates que particularizam o campo ambiental na produção acadêmica do Serviço Social, tendo por base os trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) no período de 2012 a 2016, a fim de contribuir com uma reflexão sobre a apropriação da temática ambiental no serviço social brasileiro.

O procedimento investigativo realizado na presente pesquisa, parte da perspectiva analítica do método dialético de Marx. O conhecimento é em Marx, uma atividade racional e o processo de investigação marxiano, corresponde a uma busca sistemática pela lógica da realidade do objeto não limitando-se á compreensão do objeto pelo seu conceito. Assim, direcionado pelos princípios analíticos do método dialético de Marx, o pesquisador irá realizar no plano ideal, uma recomposição crítica do movimento do real. O autor nos esclarece que "*o concreto é a síntese de múltiplas determinações*" (Marx, 2011, p.54), logo, no procedimento investigativo marxiano, a realidade aparece para o pesquisador como um todo articulado. Nessa perspectiva as categorias que constituem o real, são *determinações reais da existência*, engendradas pelas relações sociais, e acompanham o movimento da vida social e apenas podem ser analisadas e entendidas, no conjunto dessas relações com outras categorias, que estão imbricadas numa totalidade regida por um conjunto de determinações. Marx afirma que: "*se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária.*", portanto, para a perspectiva dialética, o pesquisador deve buscar apreender (através da abstração), as determinações da aparência do todo concreto, buscando compreender a essência do fenômeno analisado, reconstruindo-a enquanto a concreto pensado.

A partir de seu método dialético, Marx compreendia que a realidade poderia ser conhecida racionalmente, através da reprodução mental do movimento real do objeto, ainda que de forma sempre aproximativa, pois, segundo o autor, a realidade é sempre mais complexa. A proposta de Marx nos permite inferir a teoria

corresponde à reconstrução na cabeça do pesquisador da manifestação real do objeto investigado, partindo da perspectiva analítica do método dialético, o presente trabalho objetiva realizar uma análise que objetiva compreender as múltiplas determinações constitutivas do fenômeno da questão ambiental.

Partindo de um universo de documentos de análise, para a realização da pesquisa documental foram escolhidas como amostras as publicações dos artigos do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que tem como eixo a Questão Ambiental e Serviço Social. Na segunda fase da pesquisa, o material coletado, foi submetido ao estudo. Nessa fase da pesquisa, foi realizada a exploração do material com a definição de categorias e a seleção e preparação dos documentos para a análise.

Para a realização da pesquisa foram pré-definidas algumas categorias: Questão Ambiental, Questão Socioambiental, Crise Ambiental, Crise Ecológica, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Educação Ambiental, Economia Verde, objetivando desenvolver uma análise sobre a concepção dos assistentes sociais sobre essas categorias e qual a relação das mesmas com a profissão. Além de buscar apreender qual o debate interdisciplinar que está sendo desenvolvido entre o Serviço Social e outros profissionais que compõem as equipes multidisciplinares. Na terceira fase foi desenvolvido o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Finalizando, são apresentados os resultados da pesquisa, bem como, as considerações finais, as quais o estudo possibilitou obter.

CAPÍTULO I - QUESTÃO AMBIENTAL E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA.

A relação homem/ natureza faz parte do processo evolutivo da humanidade. É possível afirmar que a revolução industrial significou um grande salto na capacidade do homem em intervir na natureza e tal processo continua incessante até a contemporaneidade. O uso intensivo de reservas de combustíveis fósseis inaugurou um caminho para uma ampliação inédita da escala das atividades humanas, pela economia capitalista, intensificando a extração de recursos naturais de forma predatória. Essa dinâmica estabelecida pelo sistema produtivo moldou e transformou a relação homem/ natureza, rompendo com a suposta harmonia/ equilíbrio nesta relação, que existia nas sociedades que precederam o capitalismo.

A irracionalidade no uso dos recursos naturais trouxe sérias consequências para a humanidade, a ponto de colocar em risco sua própria sobrevivência. Destaca-se, nesse contexto, a emergência da questão ambiental em virtude dos impactos ambientais, globais e locais manifestos principalmente pela constatação do aumento do aquecimento global nos últimos anos. Como resultado da crise ecológica vivenciada atualmente, a questão ambiental passou expressivamente no pós anos 1970, a fazer parte da pauta de discussões nacionais e internacionais em meio às preocupações relacionadas com o desenvolvimento econômico e o esgotamento dos recursos naturais. As nações buscam, através das Conferências mundiais que têm com objetivo discutir as questões referentes ao meio ambiente, desenvolver saídas, planos e projetos que busquem conciliar desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, sem perder de vista, entretanto, a lucratividade.

Ainda que as questões relativas ao mundo natural não constituíssem, de forma explícita, o objeto de Marx, as reflexões apontadas pelo autor contribuíram decisivamente para o progresso do debate sobre a relação entre produção material e a natureza, ao interpretar a produção capitalista através das suas contradições sociais. As reflexões marxianas apontam que o modo de produção capitalista, conduzido pela maximização dos lucros, conduz tendencialmente a uma crescente alienação e exploração bilateral: a da força de trabalho e da natureza. Assim, ao contrário da apreensão clássica liberal, Marx não pensava ser a natureza uma fonte infinita de matérias-primas e nem como recurso gratuito. “*A natureza não gera valor de troca, porém, ela é a fonte do valor de uso*” (MARX, 1983, apud, ANDRIOLI,

2008). Na análise de Marx, os seres humanos e a natureza se encontram numa relação de reciprocidade, como descrito pelo autor já em sua juventude nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844:

O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza (MARX, 1968, apud, ANDRIOLI, 2008, p.12).

Entretanto, a partir da leitura de Marx, podemos afirmar que a grande indústria e a agricultura no modo de produção capitalista evidenciam que a economia de mercado capitalista ao submeter a natureza a condição de mercadoria torna a ideia sustentabilidade incompatível com este modo de produção. Assim, uma agricultura legitimamente sustentável requer a superação das relações de dominação capitalista, de maneira que a produção agrícola esteja submetida ao domínio dos trabalhadores (pequenos agricultores ou produtores livremente associados). Andrioli (2008).

Marx identificou a destruição ambiental provocada pelo capitalismo antes do nascimento dos movimentos ambientalistas modernos. Sua concepção de alienação do trabalho está conexa ao entendimento da alienação do ser humano da natureza. Foi essa alienação bilateral que o autor se propôs a analisar. Foster (2005). Com esses apontamentos é possível apreender que sua contribuição continua extremamente atual e necessária para se evitar a armadilha ideológica de redução do debate ambiental a uma visão naturalista da natureza, que advoga como saída à questão ambiental, a centralidade técnica e o conjunto ideopolítico centrado no Desenvolvimento Sustentável que defende a necessidade de mudanças comportamentais, dentre estas a adoção do “consumo consciente”, sem, no entanto, atingir o cerne da questão ambiental. O primeiro capítulo foi estruturado tendo como base as reflexões marxianas sobre a histórica relação do homem com a natureza, apontando ser esta última, uma pré-condição para a existência humana. A abordagem marxiana ressalta conjuntamente a existência de um metabolismo entre a sociedade e a natureza, no qual o autor denominou “metabolismo social” mediado pelo processo de trabalho. Entretanto na sociedade burguesa esse metabolismo sofre uma ruptura, iniciada no processo de acumulação primitiva, que significou

separação dos produtores de seus meios de produção e a instituição da propriedade privada, num processo de expropriação camponesa de suas terras e a consequente transformação destes em trabalhadores assalariados, provocando a separação do trabalhador da terra e da própria natureza.

O reconhecimento marxiano da 'ruptura' no metabolismo do homem com a natureza, provocada pela instituição da propriedade privada é uma ideia de Marx que John Bellamy Foster (2005) qualifica como "*Falha Metabólica*". Na concepção do autor, a sociedade capitalista funda um vínculo hostil com o seu entorno natural contrário à continuidade e à reprodução sustentada da relação seres humanos-natureza predominante nas sociedades pré-capitalistas. A crítica marxiana a ruptura no metabolismo social e a instituição da agricultura capitalista, em decorrência da divisão campo-cidade, indicam que as reflexões marxianas de modo algum, desconsideram a centralidade da natureza, ao contrário, apreendem ser o homem parte desta natureza e são fundamentais conjuntamente para a compreensão da insustentabilidade operada pelo modo de produção capitalista.

1.1 Marx e a concepção materialista da natureza e da história

Marx tem sido comumente atacado pelo seu suposto “*prometeísmo tecnológico*”¹, sendo em muitos casos, referenciado como um pensador antiecológico. Em grande parte dessas críticas, o que vem sendo problematizado é o materialismo de Marx, apreendido exclusivamente na sua dimensão humano-social. Os limites de tais acusações² residem na incompreensão do fato de que a alienação do trabalho humano esteve sempre interligada a uma compreensão da alienação dos seres humanos com a natureza. Para Marx, esta dupla alienação, necessitava de uma explicação histórica. (Foster, 2005).

Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, da sua troca metabólica com a natureza, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que só é completamente postulada na relação do trabalho assalariado com o capital. (MARX, 1973, apud FOSTER, 2005, p. 13)

Ainda que haja um histórico de denúncias contra a abordagem marxiana, por falta de preocupação com o valor da natureza, pontuamos que esta visão,

¹ Há determinadas leituras e resenhas do Manifesto Comunista que criticam Marx como antiecológico. A ideia geral desses leitores é a de que Marx teria se deixado levar pelo progresso tecnológico trazido pelo capitalismo; e em sequência, ele teria relativizado os males do capitalismo, algo assim como um “Marx tecnológico”. Eventualmente fala-se no *prometeísmo* de Marx. E isso não apenas pela sua suposta adesão mecanicista ao progresso técnico, mas também imaginando erradamente que, em Marx, a ideia de Prometeu pudesse ter outro sentido que não fosse aquele inscrito na obra *Prometeu acorrentado* de Ésquilo, onde Prometeu, desafiando abertamente aos deuses, trazia o fogo (o conhecimento) para a humanidade. Para quem leu a crítica de Marx ao *prometeísta* Proudhon, este sim, mecanicista em sua ideia da tecnologia, isto fica bem claro. Para o próprio estudioso do assunto, Foster, “a imagem posterior de Prometeu como representante do mecanicismo” só aparece em Marx “no contexto da sua crítica do prometeísmo mecanicista de Proudhon” (Dantas, 2018).

² Os críticos de Marx costumam recorrer a seis argumentos intimamente conectados. O primeiro é de que as afirmações ecológicas de Marx são descartadas como “apartes iluminadores” sem nenhuma relação sistemática com o corpo principal de sua obra. O segundo é que consta que estes insights ecológicos emanam de modo desproporcionado da sua crítica inicial de alienação e são muito menos evidentes na sua obra mais tarde. O terceiro é que Marx, segundo consta, não conseguiu em última instância lidar com a exploração da natureza, tendo, em vez disso, adotado uma visão prometeica (pré-tecnológica e antiecológica); o quarto é que, como corolário ao argumento prometeico, afirma-se que, na visão de Marx, a tecnologia capitalista e o desenvolvimento econômico haviam resolvido todos os problemas dos limites ecológicos e que a futura sociedade de produtores associados existiria sob condições de abundância não seria pois, seguindo a lógica de Marx “levar a sério o problema da alocação de recursos escassos” ou desenvolver um “socialismo ecologicamente consciente”. O quinto alega que Marx tinha pouco interesse pelas questões da ciência ou pelos efeitos da tecnologia sobre o meio ambiente faltando-lhe, pois, base científica para análise de questões ecológicas. O sexto é que Marx, diz-se era “especiesista” dissociando radicalmente os seres humanos dos animais. (Foster, 2005).

absolutamente errônea, não condiz com as evidências apontadas pelo autor já em sua juventude. De maneira oposta, como observou o geógrafo italiano Massimo Quaini: “*Marx denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa*”. (Quaini, 1982, apud, Foster, 2005, p.23).

Sabemos que o objeto³ de Marx foram os fenômenos particulares a sociedade burguesa. Entretanto, suas análises nunca obscureceram o fato de que a dinâmica das relações sociais capitalistas culminou na exploração tanto do trabalhador quanto da natureza. A análise desta exploração bilateral foi reforçada posteriormente com seus estudos acerca dos problemas da agricultura capitalista e da exploração do solo, juntamente com toda a preocupação com a divisão antagônica entre campo e cidade.

De certo que Marx em nenhum momento perdeu de vista a necessária relação das condições materiais com a história natural, ou seja, com uma percepção materialista da natureza, partindo da filosofia de Epicuro⁴, o autor desenvolveu seu pensamento no que se refere ao materialismo, a natureza e a liberdade. Na concepção de Marx, o pensamento epicurista antecipou a ascensão do materialismo. Mas, a fim de reexaminar os fundamentos da concepção materialista da história e da natureza, é preciso conjuntamente pontuar, ainda que de maneira sintética, as concepções de natureza emergentes ao longo dos séculos XVII ao XIX. Esse contexto é relevante para nossa análise, pois, marca o desenvolvimento tanto do materialismo como da ciência e ambos desenvolveram “*modos ecológicos de pensar*” (Foster, 2005), considerando que a natureza, a partir do surgimento da ciência moderna, passou a ser concebida como um objeto de conhecimento e dominação para atender os interesses da sociedade. Contraposto, a este

³ De acordo com Netto (2011) Para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Como para todos os pensadores dialéticos, a distinção entre aparência e essência é primordial; com efeito, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (Marx, 1985, apud, Netto, 2011)

⁴ Epicuro foi um cidadão ateniense nascido na ilha de Samos em 341 a. C. (...) Na Era Moderna, sua obra era conhecida principalmente através de fontes secundárias, sendo a mais importante a grande obra do poeta romano Lucrécio De rerum natura (literalmente, Da natureza das coisas) em que Lucrécio reproduzia fielmente, como demonstraram os estudos modernos, as principais ideias e até a fraseologia do mestre. (Foster, 2005, p. 57).

conhecimento instrumentalizado do mundo natural, o materialismo histórico-dialético, apreende a natureza como um fenômeno sócio-histórico, ou seja, opõe-se a análise factual e metafísica da natureza, apreendendo ser o homem parte integrante da própria natureza.

A perspectiva dominante no mundo natural, entre os séculos XVII e XIX, (apesar da sua influência estar em declínio entre os cientistas e filósofos) estava fundamentada numa noção de providência divina. O conceito habitual era o da “*Escala da Natureza*” ou “*Cadeia do Ser*”. Esta escala era essencialmente estática, considerava não apenas a existência de uma tênue escala ou graduação da natureza, evoluindo até os seres humanos, mas presumia conjuntamente a imutabilidade das espécies, sendo todas essas criadas original e separadamente por Deus. Com o surgimento da ciência, a visão tradicional da Escala da Natureza e a visão religiosa cristã, estruturadas na escritura bíblica, regressaram, tendo surgido a tradição da Teologia Natural, que foi usada “*tanto para atacar tanto para defender o cristianismo*”. (Foster, 2005, p.44). Assim, os principais representantes da revolução científica inglesa, tais como Robert Boyle, Isaac Newton e John Ray, incorporaram a teologia natural em suas abordagens:

Dentro dessa perspectiva, a realidade de Deus e uma compreensão teleológica do mundo deveriam ser derivadas não da escritura, mas, verificando-se as leis da providência divina que governavam a natureza, envolvendo frequentemente o ato de criação direta de Deus (sobretudo no reino biológico). A resistência da teologia natural advém do fato de ela ter crescido paralelamente a ciência, opondo-se ao mesmo tempo ao materialismo. (FOSTER, 2005, p. 45)

Tanto na concepção naturalista da “*Escala da natureza*” quanto na filosofia religiosa que dinamiza a chamada “*Teologia natural*” é possível identificar onde perceber a influência divina na análise da realidade material. Mesmo com sua aparente decadência com o surgimento da ciência, a análise do ideal dos “*desígnios divinos*” ainda se fazia presente nas questões filosóficas. No início do século XIX, Engels (1941) sinaliza uma questão essencial que dinamizou as questões filosóficas do período em tela. Tal questão centrava-se na seguinte indagação:

O mundo foi criado por Deus ou a sua existência é eterna? Segundo a resposta dada a esta questão, os filósofos dividem-se em dois grandes campos. Aqueles que afirmaram o primado do espírito sobre a natureza e, portanto, em última instância presumiram de uma forma ou de outra a criação do mundo - e entre os filósofos, por exemplo, Hegel, esta criação

torna-se com frequência ainda mais intrincada e impossível que no cristianismo - estão no campo do idealismo. Os demais, que consideram a natureza primária, pertencem às diversas escolas do materialismo. Estas duas expressões, idealismo e materialismo, em princípio não significam nada mais que isto; e também não são usadas aqui em nenhum outro sentido. (ENGELS, 1941, apud FOSTER, 2005, p. 16).

Para Hegel (1969), a filosofia idealista consiste em reconhecer que:

(...) o finito não tem uma existência verdadeira. Toda filosofia é essencialmente um idealismo, ou pelo menos tem o idealismo como seu princípio (...) isto vale tanto para a filosofia tanto para a religião; pois a religião tão pouco reconhece a finitude como um ser verdadeiro, como algo último ou absoluto, ou como algo não derivado, não criado, eterno. (HEGEL, 1969, apud, FOSTER, 2005, p. 18).

Estudante em Berlim, Karl Marx se deixava parcialmente influenciar pelo sistema filosófico idealista de George William Frederick Hegel (1770-1831) que parecia esclarecer o desenvolvimento do Espírito na história. Entretanto, a primeira obra de Marx, intitulada: “*A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*” (1840-1841), ainda que advinda de uma visão fundamentalmente hegeliana, começava a ir além do pensamento de Hegel, que se caracterizava pela tentativa de subjugar a realidade material ao pensamento, levantando a questão do conflito entre filosofia, idealismo e materialismo. O ponto de vista fundamentado no materialismo, de uma análise mais geral, afirma que a realidade concreta precede o pensamento e independe do mesmo. Daí a análise das origens e o desenvolvimento de tudo que existe, enquanto dependentes da natureza e da matéria. (Foster, 2005). Segundo o filósofo britânico, Roy Bhaskar (1983), o materialismo filosófico racional, como visão de mundo complexo, compreende:

(1) O materialismo ontológico, que afirma a dependência unilateral do ser social em relação ao biológico (e mais genericamente físico) e a emergência daquele a partir deste; (2) o materialismo epistemológico, que afirma a existência independente e a atividade transfactual [isto é, causal e legiforme] e pelo menos alguns dos objetos do pensamento. (3) o materialismo prático, que afirma o papel constitutivo da agência transformadora do homem na reprodução e transformação das formas. (BHASKAR, 1983, apud FOSTER, 2005, p. 14)

Como foi mencionado no início deste trabalho, a abordagem marxiana sobre o materialismo inspira-se na análise de Epicuro. Como afirma Marx: “*a filosofia epicurista da natureza forneceu as bases para a concepção de liberdade humana.*” (Marx, apud, Venancio, 2010). O materialista da antiguidade havia, na visão de

Marx, desempenhado um papel crucial na formação de uma concepção dialética de realidade, porque foi o primeiro a reconhecer a autoconsciência humana como uma divindade suprema e também apreender a “*aparência como aparência*”, isto é, como alienação da essência⁵. (Foster, 2005, p. 18).

Inspirado pela obra dos atomistas gregos Lucrecio e Demócrito (que viam toda realidade como consistindo num número infinito de átomos imutáveis, pequenos demais para serem vistos, mas, de diferentes formatos e tamanhos, que existiam no vácuo) Epicuro, estabeleceu, a partir de sua filosofia atomista, as bases para o desenvolvimento da concepção materialista da realidade⁶. Contudo, o afastamento de Epicuro em relação a Demócrito reside no fato de que para Epicuro, os átomos não se movimentavam segundo padrões determinantes; diversamente, alguns átomos “rabeavam”, criando elemento do acaso e da indeterminação (e assim criando espaço para o livre arbítrio). (Foster, 2005). De acordo com Venancio (2010) o ponto de partida essencial para uma ética epicurista:

Era a superação do medo da morte fomentado pela superstição e pela religião estabelecida. Isto levou Marx a afirmar ser Epicuro o maior “iluminista da antiguidade”. Epicuro desenvolve um “materialismo contemplativo” que podia ser agudamente distinguido do amor mais idealista de Platão pela contemplação. O importante para Epicuro era contemplação do que podia materializar-se na existência humana e não num eterno além. A ética epicurista, que defendia a satisfação das próprias necessidades nesse mundo, era baseada na busca expediente do prazer e na forma de evitar a dor. (...) o requisito mais importante de uma vida boa para ele era a amizade, que se tornou o princípio através do qual a vida e a sociedade deveriam ser ordenadas. (VENANCIO, 2010, p. 52).

A filosofia materialista de Epicuro, de fato, foi extremamente influente entre os principais cientistas da Revolução Científica no século do Iluminismo. Nesta perspectiva, a filosofia de Epicuro ganhou centralidade por ter banido, o temor dos deuses, opondo-se a “todo determinismo absoluto no tratamento da natureza” (Foster, 2005, p. 58). De acordo com Hegel, com a teoria dos átomos “*que a ciência*

⁵ Na análise marxiana o que aparece de imediato (aparência) constitui-se enquanto o fenômeno em sua multiplicidade, mas o que garante a sua unidade não aparece na primeira vista e constitui essência do fenômeno. Portanto, uma totalidade é, em Marx, inseparável da dimensão da aparência e da essência.

⁶ Segundo Marx, Epicuro antecipou o surgimento do materialismo, ao trazer a noção de ser humano, enquanto um ser formado por átomos. Esse pensamento forneceu as bases para o início de uma “liberdade humana”, no sentido de incentivar nos homens, a romperem com medo pela morte e estruturar um pensamento materialista, pois, de acordo com a teoria dos átomos, não existe vida além da morte. Tal filosofia (ainda com seus limites morais, pois Epicuro, concebia a vida como um jardim, que precisava de cuidados) contribuiu para o rompimento do seres humanos com a mitologia e para a apreensão de uma realidade material.

pela primeira vez sente-se liberada da sensação de não ter fundamento para o mundo". Na filosofia de Hegel, o epicurismo, estoicismo e ceticismo eram apreendidos como elementos centrais que marcaram o desenvolvimento da autoconsciência na antiga sociedade grega e romana. De acordo com Wolf (2002) Marx ao concluir seu estudo sobre os atomismos de Demócrito e Epicuro,

Atinge um determinado patamar da reflexão filosófica no qual tem em mãos duas ideias que cumprirão, ambas seu pensamento. (...) a primeira refere-se ao método ou à forma de argumentação filosófica. A experiência realizada a partir do atomismo grego conformara-lhe as vantagens de uma argumentação de uma "forma de compreensão totalizadora", ou seja, uma argumentação que visa à explicação de uma realidade total à base de um único princípio teórico. A segunda ideia sedimentada por Marx diz respeito ao princípio da "liberdade". Compreendida dentro da rede conceitual da autonomia da consciência-de-si, agora extrapola o campo estritamente do pensamento e passa a ter ressonância na realidade propriamente humana. A constituição do pensamento de Marx consistirá no amadurecimento cada vez maior dessas ideias. (WOLF, 2002, apud VENANCIO, 2010, p.55).

Os estudos de Marx acerca do Iluminismo também sofreram influência dos filósofos Francis Bacon e Immanuel Kant⁷. Este último confrontou o materialismo e o idealismo com sua filosofia idealista transcendental. O que é importante entender é que existe, segundo a filosofia de Kant, uma realidade que existe para além dos nossos sentidos. Esta realidade é designada, pelo autor, como o "*reino dos números*" ou da "*coisa em si*". Mas, segundo a abordagem kantiana, tal realidade é incognoscível e transcendente, apenas podendo ser percebida pelos nossos sentidos. Sobre a crítica kantiana ao materialismo e idealismo, analisa Foster (2005):

A crítica Kantiana de qualquer visão baseada nos poderes causais das "coisas em si" parecia minar todas as tentativas de construir uma filosofia materialista consistente. A real estrutura e os poderes da matéria não presentes para os sentidos (tais como os "átomos" dos materialistas da antiguidade e todas as demais tentativas de caracterizar os poderes da

⁷ O conhecimento que abria caminhos largos para a Europa moderna era a física que, a partir de Bacon e Galileu, se baseava, fundamentalmente, na experiência; onde os fatos pareciam mostrar que a razão foi destronada pela experiência. Assim, Kant, na Crítica da razão Pura (1781 e 1787), procura mostrar que não; que também o discurso científico moderno, o da física, era, em última análise, um discurso da razão sobre a experiência, ou seja, a razão mantinha a primazia. Mas Kant nos ensina é que nós homens não conhecemos as coisas como as coisas são, e isso não porque ainda estamos atrasados e não conseguimos meios para conhecê-las, nem mesmo por causa dos condicionamentos psicológicos e sociológicos. Porém, a afirmação de Kant é mais radical, que não conhecemos as coisas tais quais são e jamais o conseguiremos, porque não temos capacidade para isso, pois somente o criador pode conhecer as coisas tais quais são, ou seja, as chamadas coisas-em-si. Mas nós conhecemos as coisas, na forma em que elas são apreendidas pelo nosso intelecto. Ora, nossos sentidos e nosso intelecto, que com uma só palavra Kant chama de razão teórica, são finitos, são limitados, tem sua maneira, digamos assim, de filtrar as coisas, ou seja, com isso é a coisa já filtrada que conhecemos (Santos, 2006, p.13).

matéria e componentes não presentes, mas reais) caíram na armadilha do racionalismo kantiano - tal como todas as tentativas dos idealistas absolutos de postular a identidade do pensamento e do ser. (ibid. 17)

De acordo com a abordagem de Marx e Engels, a abordagem dialética de Georg Wilhelm Friedrich Hegel tem uma importância fundamental para ultrapassarmos o impasse kantiano da “*coisa em si*”. Segundo os autores, Hegel a faz argumentando que a alienação que separa os seres humanos do mundo exterior é um processo a ser superado através do desenvolvimento do espírito na história. (Hegel, 1969). Conforme Netto (2011) de forma muito breve, pode-se dizer que a dialética hegeliana:

Era um modo de pensar o mundo, um ‘método’. Em Hegel, esse método constitui uma superação da grande tradição intelectual que vem desde Aristóteles. Se você fala em método, logo está pensando em lógica. Aristóteles é o fundador de uma lógica rigorosa que vai ser conhecida nos manuais de filosofia como ‘lógica formal’, que se funda numa série de princípios e elementos. Um princípio importante, por exemplo, é o da não identidade: A não é igual a não-A. Hegel diria que essa é uma forma de pensar o mundo que não é falsa, mas é unilateral, insuficiente. Por quê? Porque A, se é diferente de não-A, é simultaneamente igual a não-A. Pode parecer muito confuso, mas o que Hegel está querendo dizer é que o ‘mundo é um processo, movimento’. Em Hegel, o ser é processualidade. A dialética, para ele, é o método para pensar o mundo enquanto movimento. (NETTO, 2011, p.33).

Entretanto, segundo a abordagem hegeliana, a essência dialética realizava-se apenas no campo do pensamento, reforçando o ponto de vista idealista. Dessa forma, em Hegel, a ideia constitui o motor originário da realidade material, o movimento universal é criado pelo movimento das ideias, estas criam a realidade. Não obstante, para Marx, em contraposição a tentativa idealista hegeliana de subordinar realidade material ao pensamento, esclarece que suas análises têm pressupostos, mas se trata de pressupostos reais, o autor nos esclarece que são “*os indivíduos reais, suas ações suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação*” (Marx; Engels, 2007, p. 86-87, apud, Netto, 2009). Marx e Engels concluem, nas suas análises, que:

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam tampouco os homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos [...], do seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 1985, p. 86-87, apud, NETTO, 2009).

Na primavera de 1845, Marx, ao escrever “*As teses sobre Feuerbach*” que foram descobertas por Engels, quarenta anos mais tarde desenvolve a concepção materialista de história. Conforme Marx:

O maior defeito de todo o materialismo precedente - inclusive o de Feuerbach - é que as coisas, a realidade, a sensualidade, são concebidas apenas na forma do objeto, ou de *contemplação*, mas não como prática, atividade sensorial humana, não subjetivamente. Daí ocorreu que o lado ativo, em contraposição ao materialismo, foi descrito pelo idealismo - mas apenas de forma abstrata, pois, obviamente, o idealismo não conhece a atividade real, sensorial, como tal. (MARX, apud, FOSTER, 2005, p.162).

O novo materialismo prático de Marx teve como resultado o fato de que o pensamento materialista passou da natureza à história, sem desconsiderar a prioridade ontológica da natureza, apontando o fato de que tanto a história social quanto a natural constituem processos interdependentes e transitórios. Foster (2005). As premissas de onde partimos, escrevem Marx e Engels:

Não são arbitrárias, não são dogmas, mas premissas reais cuja abstração só se torna possível na imaginação. Elas são os indivíduos reais, atividade deles e as condições materiais de vida deles, tanto as que eles encontram já existentes quanto as produzidas pela atividade deles. (...). A primeira premissa de toda a história humana é, obviamente, a existência de indivíduos humanos vivos. Assim, o primeiro fato a ser estabelecido é a organização física desses indivíduos e a sua consequente relação com o resto da natureza. (...) os homens podem ser distinguidos dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer outra coisa que se queira (...) assim os indivíduos expressam sua vida, assim eles são. O que eles são, portanto, coincide com a produção deles. (...) daí o que os indivíduos são depende das condições materiais de produção deles. Esta produção só vai aparecer com o aumento da população. (MARX, 1985).

Estes traços evidenciados postulam que, na análise marxiana, a primeira premissa de toda existência humana e, portanto, de toda a história é que os homens vivem a fim de fazer sua história. Para viver, é preciso alimentar-se, vestir-se, etc., o que envolve o processo de trabalho. Nesta perspectiva, no âmbito do materialismo histórico dialético, a produção da vida material constitui o primeiro ato histórico. O ser social e a sociabilidade resultam elementarmente do trabalho, este constitui o elemento central da sociabilidade humana e constituirá o modelo da práxis – “*é processo, movimento, que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade e novas contradições impulsionam a outras superações*”. (Netto, 2011, p. 13).

Marx nos chama a atenção para o caráter que assume o trabalho na sociedade capitalista, o que determinou novas relações pautadas na exploração do homem e da natureza. A questão essencial de Marx era identificar o conjunto de desejos e necessidades emergentes com a sociedade capitalista, o qual modificou o intercâmbio social com a natureza, direcionando-o para a busca constante do lucro. O autor analisou que a especificidade do modo de produção capitalista reside na existência do trabalhador enquanto mercadoria, despossuído dos meios de trabalho, nas suas palavras, *“livre como um pássaro”*, que possui unicamente a capacidade de venda de sua força de trabalho, num processo que valoriza o capital e, ao mesmo tempo, desvaloriza o trabalhador. No capitalismo, escreveu Marx, o trabalhador,

Fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. (MARX, 1844, p. 25).

Todas essas consequências adverte Marx, decorrem do fato de *“o trabalhador ser relacionado com o produto de seu trabalho como com um objeto estranho”*. Marx afirma que a alienação não se restringia a alienação no processo de trabalho. O trabalho alienado, diz Marx: *“aliena a natureza do homem e aliena o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, assim também o aliena da espécie.”* (Marx, 1844, p.24).

A inediticidade destas premissas que particularizam a sociedade do capital permitiu que Marx desenvolvesse a crítica social sobre o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista e sua relação alienada com a natureza, sem jamais desconsiderar o caráter primário e o predomínio da natureza sobre os homens. Tudo isto faz com que a obra marxiana, já em 1844, em seus: *“Manuscritos econômicos-filosóficos”*, admitisse a relação dialética entre sociedade/natureza e reconhecesse simultaneamente a impossibilidade de sobrevivência dos homens sem a natureza, destacando a relevância desta última para a vida do homem. O autor ressalta:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma, não é corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza

está ligada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 2010, p.84).

Segundo Souza (2012), o materialismo prático-normativo de Marx, nas *Teses* (e na *Ideologia Alemã*), pode ser apreendido, como compreendendo momentos que se interpenetram e articulam, sempre em torno da noção de prática e realidade como atividade sensível:

1) uma recusa do "empirismo dogmático", "positivista", intuicionista-passivo, mentalista-cartesiano, bem como do alegadamente impotente idealismo subjetivo; 2) uma superação da concepção do mundo e do sujeito como estáticos, exteriores um ao outro, e, logo, possivelmente, o abandono do ponto de vista do "espectador" e de fixação objetivista-representacionista do real; 3) uma desqualificação do indivíduo "abstrato" da percepção empirista britânica como "robinsonada": a ficção do indivíduo como dissociado - descontextualizado - do "conjunto das relações sociais" e de uma "forma de vida social determinada" ou "modo de vida". (SOUZA, 2012, p.4)

Ao longo de sua trajetória, Marx, ao tornar o materialismo prático, jamais deixou de lado sua concepção materialista de natureza. Como nos lembra Foster (2005), Marx, em sua concepção materialista da história, deu ênfase ao materialismo prático, no sentido de transformação de ambas as realidades: material e natural. Mas, tanto o materialismo ontológico, quanto o epistemológico são fundamentais na busca da ciência. É pertinente insistir, como defende Foster (2005) que o marxismo tem uma enorme vantagem para a análise da questão ambiental, principalmente enfatizar a transformação da relação entre sociedade e natureza, o que servirá para delimitar a liberdade e as possibilidades humanas. O autor enfatiza:

O materialismo, tanto no sentido de "uma dependência unilateral do ser social em relação ao biológico (e mais genericamente o físico) e a emergência daquele a partir deste quanto no sentido da "existência independente e transfactual de pelo menos alguns dos objetos do pensamento científico (referindo-se aos dois primeiros componentes do materialismo de Bhaskar), continuou essencial para análise de Marx. Por trás disso havia uma crítica materialista radical de todas as formas teleológicas de pensar. (FOSTER, 2005, p. 20).

Por todo o exposto, fica como indubitável que Marx e Engels jamais perderam de vista a necessária relação das condições materiais com a história natural, ou seja, a vinculação do materialismo com a concepção materialista de natureza.

Nestes termos, o entendimento das relações sociais capitalistas constitui o ponto central para apreensão crítica do que entendemos por "questão ambiental".

Devemos, então, de forma sucinta, realizar uma breve caracterização do surgimento da sociedade capitalista, com o intento de identificar as bases da divisão campo-cidade, que resultaram tanto na separação dos trabalhadores de seus meios de vida (da terra) servindo de força de trabalho nas manufaturas e posteriormente nas fábricas e na divisão campo-cidade, processo que marca uma ruptura com uma agricultura tradicional sustentável e o florescimento da agricultura capitalista insustentável, configurando uma “*falha metabólica*”⁸ no metabolismo natural entre homem/natureza.

Procedemos aqui visando ressaltar o cuidado marxiano de manter indissociável a relação homem/ natureza. Defende-se que, na busca de “saídas para questão ambiental”, é imprescindível compreender como a relação homem/ natureza está associada com as relações materiais de produção capitalistas (fundamentadas na dupla exploração: do trabalhador e da natureza), para não cairmos nas armadilhas ideológicas do capital que buscam saídas remediadoras, mitigadoras para os problemas ambientais, mas que mantém intocáveis os fundamentos da questão ambiental.

1.2 Sociedade capitalista e os fundamentos da questão ambiental.

O emergir da sociedade capitalista ocorre a partir das transformações de práticas e relações humanas, o que determinou a constituição de relações sociais distintas que atribuíram uma especificidade a esse modo de produção. No capítulo XXIV de O Capital, Marx (2014) busca compreender as determinações históricas do processo que os economistas denominaram de “*Acumulação Primitiva*”. Ao analisar o movimento do capital, o autor afirma que: “*a produção de capital pressupõe a existência de mais valor e o mais valor pressupõe a existência de força de trabalho de trabalhadores que foram expropriados de seus meios de subsistência*” (Marx,

⁸ “O conceito de ‘metabolismo’ foi empregado [por Marx] para definir o processo de trabalho como ‘um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza’. Mas uma ‘falha irreparável’ surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalistas e da separação antagonista entre cidade e campo” (FOSTER, 2005, p.201). Essa falha resulta do fato de que o crescimento da população urbana “perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelo homem sob a forma do alimento e do vestuário; portanto ela prejudica a operação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo...” (Marx, O Capital - volume 1, apud FOSTER, 2005, p.219)

2014). Em termos gerais, pode-se afirmar que, na abordagem marxiana, a origem das relações sociais específicas do capitalismo pode ser situada no momento histórico no qual o trabalhador passa de uma exploração feudal para uma exploração capitalista. Tais relações já aparecem esporadicamente, como aponta Marx, entre os séculos XIV e XVI.

Para problematizar a Acumulação Primitiva, Marx (2014) utiliza como exemplo a situação da Grã-Bretanha. Buscando a eliminação dos entraves das relações sociais feudais, a Inglaterra foi a primeira nação a desenvolver um processo de unificação iniciado no século XI. A centralização política do Estado inglês - que ocorrera com as grandes obras que abarcam estradas e transportes fluviais - teve na agricultura a base material da economia. No final do século XV, as relações servis já haviam desaparecido, demarcando a supremacia dos *“trabalhadores expulsos do campo”*. A *gentry* - a nobreza rural, uma parte dos senhores feudais ingleses - e os *yeomen* - pequenos e médios proprietários - passaram a cercar suas terras e delas expulsaram os camponeses, arrendando-as como pastagens para a criação de ovelhas.

Neste processo, a classe burguesa surge, na Inglaterra, a partir de uma aliança com a monarquia no processo de concentração e exploração de terras produtivas, constituindo um conjunto de *“ondas de expropriação”*, que Marx denominou *“Acumulação Primitiva”* (Marx, 2014). A *“Glorious Revolution”* trouxe, com Guilherme III de Orange, extratores de mais-valia, fundiários e capitalistas ao poder, marcando o expressivo crescimento do pauperismo.

Inauguraram a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado apropriado tão fraudulentamente, junto com o roubo da Igreja, na medida em que não sumiram durante a revolução republicana, formam a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. A burguesia inglesa agiu assim, em defesa de seus interesses. (MARX, 2014, p. 353).

Os cercamentos das terras comunais ampliaram a concentração de terras e contribuíram para a eliminação dos antigos costumes e entraves que atrapalhavam o uso produtivo da terra. Entre os principais obstáculos, estava o direito sobre propriedade comunal. Todo o esforço desenvolvido pelos empreendedores agrários voltava-se para o desenvolvimento de terras até então de uso coletivo a terras privadas, mediante ações que pretendiam eliminação dos “direitos costumeiros” uma forma de direito praticada no feudo, não escrito, oral, que tinha na figura do senhor feudal a autoridade judiciária máxima.

A partir dessas transformações na concentração da propriedade da terra produtiva, novas relações de propriedades surgem tornando muitos agricultores dependentes do mercado. O papel do mercado sofre, portanto, uma alteração significativa: de um simples meio de intercâmbio entre trocas de excedente - nas sociedades pré-capitalistas - para regulador e determinante das relações sociais, fazendo emergir na sociabilidade burguesa, o imperativo da competitividade. Conforme Wood (2000),

Os cercamentos no seu aspecto mais imediato constituíram a pré-condição para proletarização da força de trabalho, a expressão mais vivida do nascimento do capitalismo, pois forneceu as bases para a mudança da natureza da propriedade, que passa a ser cercada e empregada por capitalistas arrendatários e senhores de terra. (WOOD, 2000)

Assim, entendemos que, com a submissão aos “*princípios do mercado*”, os proprietários e arrendatários passam a se preocupar com o melhoramento produtivo das propriedades agrícolas, visando à obtenção do lucro. O desenvolvimento dos cercamentos das terras produtivas por arrendatários e senhores de terra e o posterior desenvolvimento do “*improvement*” (melhoramento produtivo) são as bases para o surgimento de uma classe agrária capitalista (Wood, 2000).

As relações sociais de propriedade - enraizadas já no campo - permitiram o desenvolvimento de um setor agrícola produtivo, o que trouxe alterações na agricultura. Esta passa agora a atender às determinações capitalistas, tornando-a capaz de sustentar um número excepcional de trabalhadores não-agrícolas - camponeses expropriados -, que agora, sem acesso a terra, migram para as cidades, como mão-de-obra barata nas manufaturas e nas indústrias a partir do século XVIII.

De acordo com Silva (2010), este movimento, essencialmente concentrador de riquezas:

Altera radicalmente as relações entre sociedade e natureza. Ao adotar como objetivo da produção a formação de excedentes para o mercado com fins de obter lucro, a burguesia institui a concorrência e a competitividade como valores essenciais as práticas econômicas e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas como contra face da apropriação do trabalho alheio, inaugurando também uma nova etapa na relação com o meio ambiente. Do domínio da terra, passa-se então ao domínio da natureza (em escala planetária) e da própria humanidade. (Ibid, p. 52)

Neste ponto, é importante demarcar que, em todas as sociedades, o homem sempre se relacionou com a natureza, seu “corpo inorgânico”, como indicava Marx, de forma dialética. Na concepção marxista do trabalho, é possível apreender a relação dialética e contínua com a natureza, através do conceito de metabolismo, “*Stoffwechsel*”, que implica, segundo Foster (2005), na noção de “troca material” subjacente a noção dos processos biológicos. Esse conceito foi empregado por Marx para fazer referência à interação histórica e ininterrupta entre seres humanos e natureza, mediada pelo trabalho. Marx (2014) percebe o caráter social e ecológico do processo de trabalho, caracterizando-o em termos metabólicos:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...] Ele [o processo de trabalho] é a condição universal da interação metabólica, entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza. (ibid., p.211)

Entretanto, segundo Marx, a produção capitalista “*só desenvolve a técnica e a combinação do processo social ao minar, simultaneamente, as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador*” em decorrência das relações de produção que provocaram uma separação do trabalhador e seus meios de vida, direcionando a produção aos imperativos da dinâmica do capital e promovendo uma ruptura no metabolismo do homem com a natureza. Tal ruptura é nítida se analisarmos, a despeito do domínio da terra na sociedade feudal. Nesta, o trabalho era realizado com vistas a assegurar a subsistência do trabalhador, sua família e comunidade, sendo a produção excedente destinada à troca. Portanto, o imperativo do trabalho com vistas à valorização de capital, não constituía o fim último do modo feudal de

produção⁹. Assim sendo, “*é possível afirmar que nas formas sociais assentadas na propriedade da terra e na agricultura como base do ordenamento econômico, prevaleceu a produção de valores de uso, sendo a produção dos indivíduos e de sua comunidade o fim último da produção.*” (Silva, 2010, p. 49).

Constata-se que a instauração da propriedade privada nas mãos da burguesia, pela chamada “*Acumulação primitiva*”, implica, de uma parte, na expropriação dos camponeses de seus meios de produção – a terra - e, por outro, na constituição de um contingente de trabalhadores expulsos que migram para as cidades, servindo de força de trabalho para a exploração capitalista. Como analisa Marx (2014), o processo de trabalho sob o capital deixa de ser um processo com vistas à produção de valores de uso para se constituir num processo de valorização do capital. A partir daí, inaugura-se uma apropriação do trabalho alheio, conjuntamente com o desenvolvimento de uma nova etapa na relação com o meio ambiente, gerando uma alienação da terra e da própria natureza, num processo que reduz tanto a natureza quanto o trabalhador ao nível de “*objeto venal*”.

Da tese aqui sustentada, importa-nos ressaltar que, sob o capitalismo, a relação sociedade/ natureza:

Assume novas determinações a partir das contradições de classe inerentes ao modo de produção capitalista. Entender o processo e os elementos constitutivos do capital e o desenvolvimento das relações sociais propriamente capitalistas é central para o entendimento da desigualdade entre classes sociais expressa nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais e, particularmente, na desigualdade das classes no acesso, domínio e uso dos recursos naturais, fator constitutivo do que entendemos por questão ambiental. (GROSSI, 2009, p.37)

A propriedade privada e a alienação do trabalho conduziram ao domínio gradual e gratuito dos recursos naturais pela burguesia. Assim, no capitalismo, o trabalho, que constitui o elemento central da sociabilidade humana, torna-se trabalho estranhado, voltado para garantir a uma classe específica, ou seja, a classe

⁹ De acordo com Silva (2010) no feudalismo e no escravismo havia um baixo nível tecnológico que não estimulavam o desenvolvimento das forças produtivas. Na sociedade feudal, havia um caráter político envolvido no qual os poderes estavam sobre seu proprietário, onde os bens não se resumiam a terra, o senhor feudal não abstinha somente em tirar maiores proveitos da terra, ele consumia o que ela tinha a oferecer e deixava a produção por conta dos servos. Assim sendo, possível afirmar que, nas formas sociais assentadas na propriedade da terra e na agricultura como base do ordenamento econômico, prevaleceu a produção de valores de uso, sendo a reprodução dos indivíduos e de sua comunidade a fim último da produção. (Silva, 2010, p.49).

detentora dos meios de produção, a apropriação da riqueza tanto natural quanto social, processo iniciado com a chamada “Acumulação Primitiva”.

De acordo com Foster (2005) a “*falha metabólica*” expressa a contradição entre a cidade e o campo, entre os seres humanos e a própria terra. Essa ruptura permitiu a Marx desenvolver uma crítica antecipada da degradação ambiental pela agricultura capitalista, que fez emergir novas relações entre os seres humanos e a natureza, fundamentadas na obtenção do lucro e que assumiram dimensões globais, levando a exaustão do solo e a conjunta exploração dos trabalhadores. De acordo com Silva (2010):

Marx, refere-se a ruptura da “relação metabólica” na qual o homem se apropria dos elementos naturais e, após seu consumo, os devolve a natureza. A medida que essa troca de elementos entre sociedades humanas e o meio natural passa a ser mediada pela produção de mercadorias, manifesta-se um dos traços mais destrutivos da sociedade do capital. A estreita unidade entre degradação ambiental e a alienação do trabalho evidencia-se posto que ambas deitam raízes no modo de produção burguês e suas leis imanentes. (Ibid, p. 58).

O exame da falha metabólica tem origem nos estudos marxianos do trabalho do químico Liebig, que avaliou o desenvolvimento da agricultura capitalista como um sistema de roubo dos nutrientes do solo. A problemática acerca do esgotamento do solo estava vinculada na perspectiva de Liebig, ao processo de fertilização do solo, que era dificultado com o despacho de seus elementos naturais, para áreas urbanas distantes. Assim, de acordo com a análise do químico, a poluição das cidades com esgoto humano e animal era resultado de uma forma de agricultura que conduzia ao esgotamento do solo. Dentre as devastações ecológicas produzidas pelo capitalismo, Marx destaca, em *O Capital*:

A degradação do solo resultante da industrialização da agricultura. Esta análise marxiana se deve aos estudos do químico Justus Von Liebig – especializado em agricultura e considerado fundador da química do solo – que avaliou o desenvolvimento da agricultura capitalista como um sistema de roubo dos nutrientes do solo, sem restituição, ocasionados pela exportação de comida e fibras às cidades que, ao não serem devolvidos à terra, como na agricultura tradicional, e que transportadas para longas distâncias, acabavam gerando a produção de resíduos contaminadores nas cidades. (LIEBIG, apud, GROSSI, 2014, p.41).

Na introdução à edição de 1862 de “*Agricultural Chemistry*” Liebig (1862) alertou que:

Se nós não conseguimos conscientizar melhor o agricultor sobre as condições nas quais ele produz e dar a ele os meios necessários ao aumento da sua produção, as guerras, emigração, epidemias, inclusive a fome, vão inevitavelmente criar as condições de um novo equilíbrio que vai solar para o bem-estar de todos finalmente levar à ruína da agricultura. (LIEBIG, 1862 apud FOSTER, 2005:217).

Ao indicar a alienação da natureza sob o capitalismo, Marx reconheceu que, sob este modo de produção, a agricultura (ao realizar-se sob uma dinâmica de exaustão da fertilidade do solo, mediante a retirada e não reposição de seus nutrientes) havia cessado de ser “auto-sustentável”. Foster (2005). Ao abordar sobre “*a indústria e a agricultura em larga escala*”, o autor desenvolve sua crítica sobre a agricultura capitalista:

Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso da arte de roubar, não só do trabalhador, mas do solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um determinado tempo é um progresso em direção à ruína das fontes mais duradouras dessa fertilidade... A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador. (MARX, apud, GROSSI, 2009, p.42).

Marx fez esta advertência depois de ler a avaliação de Liebig (1803-1873), sobre o estado do conhecimento agrícola antes de 1840. Segundo o químico, durante as primeiras décadas do século XIX, os atributos químicos do solo e a natureza bem como a nutrição das plantas eram desconhecidos. Assim, os autênticos problemas da agricultura não eram suscetíveis de verificação. Durante o século XIX, a inquietação central dos Estados Unidos residia na questão da fertilidade dos solos. O que conduziu não apenas esta nação, mas parte da Europa a um aumento fenomenal da demanda por esses produtos químicos. É assim que, durante o período de uma grave crise agrícola em 1820 e 1830, engendra-se a chamada “*Segunda revolução agrícola*”.

A primeira revolução foi um processo gradual que ocorreu no curso de alguns séculos, ligado ao centro aos dois cercados e a crescente centralidade do mercado; as mudanças técnicas incluíam melhorias na adubação com esterco, rotação de lavouras, drenagem e manejo de rebanhos. A segunda revolução agrícola ao contrário ocorreu em período mais breve de 1830 a 1880 e se caracterizou pelo crescimento de uma indústria de fertilizantes e pelo desenvolvimento da química dos solos associada ao trabalho de Liebig. (FOSTER, 2005, p. 210)

A emergência da segunda revolução agrícola está associada às origens da moderna ciência do solo ao crescimento da demanda por fertilizantes. A crescente percepção, tanto europeia quanto norte-americana, da crise na agricultura proveniente do reconhecimento da questão da perda de fertilidade dos solos, somada ao trabalho de Liebig, marcado por uma sólida crítica a agricultura capitalista foram determinantes para que Marx, ao escrever 'O Capital', já tivesse se convencido sobre a insustentabilidade da agricultura capitalista.¹⁰

Ocorrida no século XX a terceira revolução agrícola, foi marcada pela alteração da tração animal pela tração mecânica na agricultura, associada com a adulteração genética das plantas e com o aumento da utilização de fertilizantes e pesticidas nas monoculturas. Esse padrão agrícola teve sua base na chamada "Revolução Verde" (Grossi, 2014). Como estratégia capitalista para a agricultura:

A revolução verde foi estruturada como forma de aproveitamento dos restos de guerra, pois as indústrias bélicas, símbolo da produção destrutiva, e as indústrias químicas, haveriam de se utilizar de sua destruição criativa, em relação às sobras de produtos que poderiam ser empregados em outro ramo de atividade lucrativo, como de fato ocorreu na agricultura. Assim, houve o aproveitamento de produtos, como tanques de guerra e gases mortais, que se transformaram em máquinas e venenos (agrotóxicos) a serem utilizados na sustentação da agricultura capitalista monocultora de grande escala, através do pacote tecnológico da Revolução Verde, que fariam uma verdadeira operação de guerra no campo para cumprir o objetivo nobre e declarado de acabar com a fome. E obviamente, trariam ganhos extraordinários aos seus investidores capitalistas, tanto do ramo industrial como do ramo agrícola. (GROSSI, 2014, p. 133)

Os apontamentos elencados evidenciam que a economia de mercado capitalista subjuga o trabalhador e a natureza à condição de mercadorias e, tendo como principal objetivo o lucro, a agricultura capitalista não se realiza de forma a respeitar a dinâmica natural do solo, sendo, assim, estruturalmente insustentável. Antes da existência dos movimentos ambientalistas modernos, Marx já apontava para a dupla alienação que explica a destruição ambiental sob o capitalismo. Enquadrar, assim, a presença do marxismo na problemática ambiental, parece-nos

¹⁰ Em 1837, a Associação Britânica para o Avanço da Ciência (British Association for the Advancement of Science) encomendou a Liebig um trabalho sobre a relação entre agricultura e química. Dois anos mais tarde, Liebig publicou *Agricultural Chemistry*, que oferecia a primeira explicação convincente do papel dos nutrientes do solo, tais como nitrogênio, fósforo e potássio, no crescimento das plantas. Daí as descobertas de Liebig a princípio só terem intensificado a sensação de crise na agricultura capitalista, deixando os agricultores mais conscientes do esgotamento dos minerais do solo e da escassez dos fertilizantes. (Foster, 2005)

um passo fundamental para compreendermos a dinâmica contraditória e destrutiva inerente a esse modo de produção que, para acumular capitais, explora e destrói suas duas principais fontes de lucro: a natureza e o trabalhador.

Apreender essa contradição imanente da dinâmica capitalista permite-nos conjuntamente vincular a questão ambiental – que manifesta-se na atual crise ecológica – a própria dinâmica do sistema e assim “*evitar a armadilha ideológica de redução do debate ambiental a uma questão de afirmação de valores, à moralização da economia ou a uma falsa dicotomia entre ecocentrismo e antropocentrismo*”. (Andrioli, 2008).

1.3 Crise do capital e crise ecológica: uma análise dialética.

Em ‘O Capital’, Marx analisa a tendência do capitalismo em gerar crises de dois tipos: uma crise econômica mais específica, resultante da tendência para a queda da lucratividade¹¹ e as crises periódicas de acumulação, que devem ser vistas como manifestações de uma crise geral, sempre crescente, do capitalismo. O fundamento das crises econômicas sob o capitalismo consiste na contradição fundamental existente entre o caráter social da produção e a apropriação privada da riqueza. Deste modo, é inerente a dinâmica do capital o aumento da capacidade produtiva e o empobrecimento da classe que produz a riqueza social. Como consequência, assistimos ao choque entre a ampliação da produção com os marcos estreitos do consumo das massas fundamentais da população. A lógica do capital procura adotar na produção, no decorrer de sua história,

Todas as medidas adequadas ao aumento do excedente extraído através da mais-valia, e para isso tem que provocar um aumento crescente da produtividade (e das forças produtivas), ao mesmo tempo em que elimina trabalho vivo, ou seja, o trabalhador. Junto a isso, absorve de forma crescente e perdulária os recursos naturais necessários, renováveis e não-renováveis, à sustentação do aumento da produção, sem qualquer preocupação com os danos causados progressivamente à natureza. (PANIAGO, 2010, p. 2).

¹¹ A reprodução ampliada da acumulação capitalista pela introdução de novas tecnologias aumenta as forças produtivas do trabalho social, modificando a composição orgânica do capital. O capital variável torna-se cada vez menor em relação ao capital constante, refletindo-se na composição do valor do capital e aprofundando a tendência de queda da taxa média de lucro (Marx, 1968).

Marx evidencia o caráter cíclico das crises, mas este retorno periódico, ao mesmo tempo, se aprofunda, cresce gerando uma crise sistêmica que, segundo Mészáros, é a crise da sociedade contemporânea. A década de 1970 é marcada pela emergência da mais recente crise estrutural do capital, que constitui uma crise orgânica, endêmica e permanente, na qual o sistema capitalista encontra com seus próprios limites intrínsecos. Ao considerar este momento de crise estrutural do capital, o autor afirma que sua novidade histórica se explicita em quatro aspectos centrais, quais sejam:

Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 795)

A observação sistemática do modo de produção capitalista demonstra, como advertido por Mészáros, que, este modo de produção, ao romper com a direta ligação entre a utilização humana e a produção, e ao substituí-la pela relação mercadoria, impõe a submissão das necessidades humanas à necessidade alienante da expansão do capital, removendo a possibilidade de controle racional desta ordem produtiva. Neste quadro, o que é sistematicamente ignorado, segundo Mészáros, é o fato de que vivemos num mundo finito, com seus “*literalmente vitais limites objetivos*”. O exame do capitalismo contemporâneo evidencia, conforme Netto (2012), a rigorosidade das inferências marxianas acerca da sua dinâmica e desenvolvimento.

Esta constatação não se deve a um “*profetismo genial*” de Marx, mas, precisamente aos fundamentos metodológicos da sua pesquisa – o que permitiu a Marx compreender e elucidar a estrutura dinâmica da totalidade concreta do regime do capital através de seu método, constituída por “*totalidades de distintas complexidades, todas moventes pela força de suas contradições específicas e articuladas através de complexas redes de mediações*”. O autor nos mostra, de forma esquemática, a súpula das inferências de Marx:

1. O modo de produção capitalista dispõe de extraordinário dinamismo para a produção de riquezas materiais e exerceu historicamente (ainda que por meios bárbaros) um papel civilizador; 2. À medida que se desenvolve, o modo de produção capitalista revela contradições inextirpáveis, que se manifestam nas suas crises periódicas (componente ineliminável da sua dinâmica, elas não o suprimem, mas criam condições para que a intervenção consciente dos trabalhadores possa superá-lo); 3. Nessa mesma medida, o papel civilizador do modo de produção capitalista se atrofia e se converte no seu antípoda, a barbarização da vida social; 4. O modo de produção capitalista, a partir da sua plena maturação, engendra fortes tendências ao bloqueio da sua própria dinâmica; 5. O modo de produção capitalista não é a expressão de uma pretensa ordem natural, menos ainda o fim da história: é uma modalidade temporária, transitória e substituível de organização da produção e distribuição das riquezas sociais. (NETTO, 2014, p. 21)

A partir destes pontos, é preciso reconhecer que a irracionalidade do capital pereniza os traços perdulários do sistema – à medida que, para fazer face a sua crise estrutural, aprofunda os traços financistas da economia, acentuando as contradições entre capital fictício e capital produtivo – ao mesmo tempo em que adota a obsolescência programada como estratégia privilegiada, acentuando assim, o reino da perdularidade e destruição (Silva, 2010, p. 99), oriundas desse processo de autorreprodução do capital. Mészáros (2015) problematiza que “[...] *a viabilidade histórica do capital está seriamente afetada, no sentido negativo do termo, não somente pelos limites absolutos do sistema, mas também pela sua completa incapacidade em admitir a existência de qualquer limite*”. (Mészáros, 2015, p. 66). Com estas questões, o autor afirma que o capitalismo não suporta as limitações de seu modo de reprodução sócio-metabólica:

O sistema do capital é caracterizado, e fatalmente conduzido pela – consciente ou inconsciente – rejeição de todos os limites, incluindo seus próprios limites sistêmicos. Mesmo estes últimos são tratados arbitrariamente e perigosamente como se não fossem mais do que obstáculos contingentes sempre superáveis. Portanto, qualquer coisa pode suceder neste sistema social reprodutivo, incluindo a possibilidade - e no momento em que alcançamos a nossa própria época histórica, também a possibilidade esmagadoramente grave - de destruição total. (MÉSZÁROS, 2007, p. 89)

Tais reflexões ressaltam que, no contexto de crise estrutural do capital, dentre as tendências mais gerais do sistema capitalista, temos a lógica da produção destrutiva, pois, o sistema, além de transformar a natureza em mercadoria, torna-se opoente a durabilidade das mercadorias produzidas, viabilizando a destruição dos elementos não renováveis e a degradação da natureza. Vemos assim, com as

reflexões do filósofo húngaro István Mészáros (2007), que “*os limites sistêmicos do capital são perfeitamente compatíveis com o desperdício e a destruição*”.

Conforme Silva (2010), esta tendência destrutiva do capital reside em sua natureza mesma, como “contradição viva”: “*ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, o capitalismo não pode sustentar-se indefinidamente, sem que os avanços científicos por este obtidos resultem em crescente perdularidade e destruição.*” (Silva, 2010, p.48). Neste contexto, dentre as determinações mais expressivas da destrutividade operada pelo sistema capitalista, temos a obsolescência programada¹². Segundo dados do IDC (2014), por exemplo,

O Android é o SO mais utilizado nos aparelhos de tecnologias móveis do mundo, estando presente em 78,6% destes; seguido de longe pelo iOS (15,2%) e Windows Phone (3,3%). No Brasil, a supremacia do SO Android é ainda maior, estando presente em 88,7% dos aparelhos; com o Windows Phone ocupando o segundo lugar do rank (6%) e o iOS em seguida com 4,7% de participação (FOLHA.COM, 2014). Manter o SO do aparelho atualizado com o que há de mais novo (o que significa ter maior segurança contra-ataques cibernéticos, agilidade do sistema e maiores possibilidades de uso do mesmo dentre outros aspectos) deveria ser algo comum por parte das fabricantes de aparelhos de tecnologias móveis. Entretanto, isso não acontece na prática na maioria dos casos, limitando-se a atualizar seus produtos em um curto período após o lançamento – tornando-os rapidamente obsoletos com os constantes lançamentos de produtos novos. (CARNEIRO, et al 2014, p.2)

Toda esta dinâmica de descarte prematuro e ou desperdício das mercadorias tem sua base na natureza expansionista do capital e na sua busca pelo lucro, que se desenvolve de forma veloz e sem considerar o ritmo de renovação dos recursos naturais. Como nos esclarece Alain Bihl (1991), “*os elementos naturais passam a serem julgados conforme as exigências de acumulação. A forma como se produz as mercadorias no capitalismo não leva em consideração o ritmo de renovação da natureza*”. (Bihl, 1991, p. 48). Mészáros resume essa questão afirmando que:

É, pois, extremamente problemático o fato de que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo – que é intrínseco ao avanço produtivo em geral – esteja completamente *revertido* e da forma mais intrigante. Ou seja, que a “*sociedade descartável*” encontre o equilíbrio, entre produção e consumo necessário para a sua contínua

¹² Obsolescência é o estado de um objeto, lugar, serviço ou prática que não se encontra mais em uso. Comumente ocorre porque está disponível uma substituição, sendo superior em um ou mais aspectos. A raiz do termo “obsoleto” refere-se a algo que já está em desuso, antiquado ou descartado (BROWN, 1994). Por sua vez, obsolescência planejada (ou programada) refere-se à produção de bens não econômicos com uma vida útil curta, tendo como objetivo levar os clientes a comprarem repetidamente o mesmo produto (BULOW, 1986).

reprodução, somente se ela puder artificialmente “consumir” em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*. Desse modo, ela se mantém como sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis”, de tal sorte que estes necessariamente tenham que ser lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos “cemitérios de automóveis” como ferro-velho, etc.) muito antes de esgotada sua vida útil. (MÉSZÁROS, 1989, apud NUNES, 2013, p.199).

Dadas estas contradições, é flagrante que, neste momento, o capitalismo depara-se com a crescente incapacidade de enfrentar os efeitos de suas contradições que lhe são iminentes, aprofundando os níveis de esgotamento dos recursos naturais. Um estudo produzido por 1.350 especialistas ambientais, a pedido da ONU, manifesta este quadro destrutivo da crise ecológica, resultante, ainda que não reconhecido por este organismo internacional, da essência crescentemente destrutiva do capitalismo acentuada a partir dos anos 1970. Este documento representa um ponto importante no debate sobre a questão ambiental, visto que aponta a ação humana como a responsável pelo rápido declínio dos recursos naturais e dos sistemas ecológicos. Segundo a avaliação do documento, o aviso é simples, mas primordial.

As atividades humanas estão exaurindo as funções naturais da Terra de tal modo que a capacidade dos ecossistemas do planeta de sustentar as gerações futuras já não é mais uma certeza. (...) neste período de consumo sem precedentes das provisões gentilmente oferecidas por nosso planeta, chegou a hora de verificar as contas e é isso que essa avaliação fez. Ela constituiu um balanço que, sobriamente, aponta muito mais números em vermelho no final das contas. (...) Quase dois terços dos serviços oferecidos pela natureza a humanidade estão em rápido declínio em todo mundo. (...) Em muitos casos estamos literalmente vivendo uma “prorrogação do jogo”. Os custos disso já se fazem sentir, geralmente por aqueles que estão longe de se beneficiar desses serviços naturais. Se não nos conscientizarmos da nossa dívida e evitarmos que ela aumente, colocaremos em perigo os sonhos de cidadãos em todo o mundo de acabar com a fome, pobreza extrema e doenças. (ONU, “VIVENDO ALÉM DOS NOSSOS MEIOS”, apud SILVA, 2010, p. 46)

As consequências ambientais provocadas pela demanda incontrolável dos recursos naturais tendem a materializar-se sob formas graves e num ritmo veloz. Por conseguinte, a consciência de que o ser humano afetou radicalmente a biosfera, provocando consequências que podem pôr em risco a própria vida na Terra, vem se constituindo desde o reconhecimento dos impactos localizados, como poluição de rios, mares, passando a consciência dos impactos em escala mundial, manifestos na

deterioração da camada de ozônio, no aquecimento global, no aumento do nível de oceanos e os riscos dos resíduos nucleares. Este quadro leva a variadas interpretações sobre as causas e consequências da questão ambiental que ganha visibilidade na crise ambiental bem como seus mecanismos de enfrentamento.

No contexto da crise de reprodução do capital emergente nos anos 1970, inúmeras vertentes interpretativas sobre o meio ambiente ganham força na agenda mundial, constituindo o emergente debate ambiental. O elemento comum a essas diversas matrizes é, como apontado por Silva (2008), o reconhecimento de que a ação humana vem produzindo uma crescente degradação da natureza, de consequências significativas para o futuro da humanidade. Este fenômeno, aqui tratado como “*questão ambiental*”, observou a autora:

[...] refere-se a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo. (SILVA, 2008, p. 44)

É certamente possível argumentar que, ao longo da história e não apenas no capitalismo, a sociedade não pode existir sem a interação com a natureza. Esta assume um papel de sustentação da vida, pois a sociedade modifica-a e, ao ser transformada pelo trabalho, a natureza passa a atender as necessidades sociais fornecendo alimentos e recursos naturais fundamentais a vida humana, propiciando, portanto, as condições de manutenção da vida dos membros de toda e qualquer organização social. Esse metabolismo do homem com o seu entorno foi sempre como apontado por Marx, uma relação dialética.

O ponto que chamamos atenção é que, segundo nossa hipótese, “*existe uma correspondência entre o nível de diferenciação interna da sociedade humana e o comportamento em relação à natureza*” (Foladori, 2001, p.108). Nas sociedades de caça e coleta em que não se formaram classes sociais, concebe-se a sociedade humana como parte da natureza, a qual os membros devem respeitar¹³. É

¹³ Os antigos gregos, por exemplo, concebiam o meio ambiente de uma forma holística e orgânica: homem e ideias complementares, na verdade indistintas. O meio ambiente era visto como um todo no qual cada uma das partes (inclusive o homem) se articulava com as demais. A concepção moderna, por outro lado, distingue o meio ambiente natural do meio ambiente não natural ou humano. A

importante ressaltar nesta argumentação, que a etnografia oferece inúmeros exemplos de mitos e ritos que tendem a regular a relação com a natureza, expressando o respeito ao mundo natural. Segundo a hipótese do “*mito do eterno retorno*”,

As reflexões sobre a natureza anteriores a civilização moderna considera a ação humana humilde e dominada por seus ciclos. A natureza seria uma força superior que se deve respeitar. Como escreveu em 1854 o chefe Seattle da tribo Squamish nos Estados Unidos: “*a terra não pertence ao homem, o homem pertence à terra. O homem não teceu a teia da vida, não é mais que o filho dela o que a terra faz a ele mesmo ou faz*”. (Ibid. p.107)

Em contraposição as sociedades pré-capitalistas, é possível assinalar que o traço básico da Idade Moderna foi, como analisado por Foladori (2001), a conquista do mundo pelo capital mercantil. Segundo a análise desenvolvida pelo autor, em torno dos séculos XVII e XVIII e com o avanço na ciência com Galileu, Francis Bacon, Descartes e Isaac Newton, a natureza começa a ser apreendida não mais com respeito, como fora defendido pelos povos antigos, mas, como uma soma mecânica das partes, possível de “*ser ordenada e explorada de forma crescente*”. De mãos dadas com a destruição da natureza, o crescimento do capitalismo:

Produziu efeitos sobre a própria espécie humana. Substitui o antigo trabalho servil e de produtores independentes pelo trabalho assalariado, com o surgimento de um modo de vida de aglomerações, sobreexploração, enfermidades profissionais e novas epidemias. Criou, pela primeira vez na história, uma população excedente à produção, como modalidade regular e que o sistema auto-reproduzia. Recriou vetustas formas de exploração do trabalho, como a escravidão negra capitalista no sul dos Estados Unidos. E avançou sobre o globo terrestre submetendo as sociedades pré-capitalistas à órbita do capital, com o que conduziu à destruição tendencial da diversidade cultural (...) Antes, prevaleceram os interesses econômicos e sociais que fizeram surgir movimentos conservacionistas e românticos de defesa do meio ambiente que esqueceram que os povos subjugados e as classes exploradas e oprimidos também faziam parte do ambiente. (Ibid. p. 110)

A constituição da chamada era moderna inseriu-se num contexto histórico social que marca a passagem de uma visão teocêntrica para uma antropocêntrica do mundo e nunca escapou aos analistas da era moderna que o Iluminismo foi o movimento que mais decisivamente contribuiu para perfilar a modernidade. Neste

natureza é pensada como exterior ao homem, portanto apartada dele e dos assuntos humanos. (RIBEIRO, 1991, apud, NETO, 2010).

particular, a modernidade impôs a necessidade de formação de novas formas de pensar e agir diversas da imposição teológica hegemônica na Idade Média. Era preciso, pois, um novo pensamento que possibilitasse o pleno desenvolvimento da burguesia emergente, o que foi materializado pela possibilidade de conhecimento racional e científico do mundo natural, o que atribuiu à razão moderna o título de categoria central para a construção do “*progresso e felicidade*” dos homens. (Batistela e Boneti, 2013). Todas estas determinações contribuíram para uma nova percepção do potencial humano, colocando o homem enquanto um ser capaz de decifrar e compreender a realidade. A modernidade se instaura, portanto,

Sobre o desvelamento dessa indeterminação existencial no humano; quer dizer, sobre a perspectiva de que nada parece prescrever deterministicamente nosso devir histórico. Não precisamos estar então, necessariamente, atrelados à dinâmica natural; podemos transbordá-la, subverte-la, subjugar-la: eis o ideário liberal da modernidade, vivenciado pelo liberalismo, que rompeu com a visão da providência divina, dando ao homem um caráter histórico e livre. (BATISTELA, BONETTI, p. 1101, 2013)

Assim enquadrada, a concepção que se credita a modernidade revela consequências notáveis na relação sociedade/ natureza. Na empreitada para a construção de uma ciência radicalmente nova, alicerçada em bases “sólidas e inabaláveis”, René Descartes, concluiu que, do fato de pensarmos, jamais poderíamos duvidar, sendo o pensamento, a única certeza indubitável: “*penso, logo existo*”. Para Descartes, o fundamento e a essência do ser humano é a razão e apenas esta pode fundamentar a verdade.

A fundamentação de um cogito¹⁴ cartesiano trouxe consequências notáveis para a relação sociedade-natureza. Na perspectiva do autor, a alma - parcela espiritual - realiza uma atividade mental e age sobre a matéria que é seu corpo - parcela material. Este, por sua vez, realiza uma atividade informada pela alma racional e toda essa dicotomia alma/ corpo teve seus impactos na relação sociedade/natureza:

Descartes sistematiza uma dicotomia alma/ corpo, espírito/ matéria, no ser humano e uma extensão na percepção humana da realidade: a distinção

¹⁴ “Penso logo existo” é umas das mais celebres expressões filosóficas. O argumento do cogito o coloca diante do solipsismo, um idealismo radical que significa o isolamento da consciência (interioridade) em relação ao mundo exterior, eis o sentido do solipsismo cartesiano, o isolamento do eu, em relação a tudo mais: ao mundo exterior e ao próprio corpo, que também é um elemento externo. Apostila Eureka: Filosofia, Geografia e História. SEED-PR: Curitiba, [2008]. p. 13-4.

subjetividade/ objetividade. E essa divisão penetrou profundamente no espírito humano nos três séculos que se seguiram a Descartes. Passou-se, assim, gradativamente, à compreensão de que há uma subjetividade racional cognoscente no humano e uma objetividade material cognoscível que é o mundo; a primeira instância independente, superior, conhecedora e ativa e a segunda, também independente, mas inferior, cognoscível e passiva. Há um mundo que existe objetivamente que eu posso conhecer transformar e subjugar: eis o que pensa um típico homem moderno. (BATISTELA, BONETI, p. 1104)

Essa distinção entre homem e natureza:

Torna possível pensar em dois tipos de ambiente: o natural e o produzido. O primeiro é o ambiente que resulta dos processos internos da natureza, físicos e químicos, nos quais a presença do homem não interfere diretamente. Já o segundo é aquele ocupado pela ação humana, que necessariamente altera o ambiente natural. Os dois subtipos principais de ambiente produzido seriam o ambiente urbano e o rural, e seu modo de produção atualmente predominante, o capitalismo. Essa forma moderna de organizar as ideias (e, por conseguinte, de entender o mundo) possibilita que a natureza seja vista como um recurso à disposição do homem. Mas isso não ocorre sem consequências negativas, como deve ficar claro mais adiante. (NETO, 2010, p. 4).

A argumentação brevemente apresentada buscou deixar claro que, com a predominância do método científico, a era moderna assistiu a um paradoxo presente desde o seu início até os dias atuais: avançamos na análise científica do mundo, mas perdemos, em contraposição, a capacidade de desvelar a essência do real, ou seja, a capacidade de compreensão do significado desta realidade. É precisamente com a constituição da era moderna que a humanidade passou a utilizar o saber, a partir da ciência, para dominar o mundo numa perspectiva de “liberdade”. Fez uso de tudo o que pode para obter proveitos individuais e isso trouxe consequências importantes para a vida sobre o planeta. A partir da era moderna e especificamente com a consolidação do modo de produção capitalista, onde o lucro é a lei maior, o ser humano, como ser dotado de razão, passou a usar não apenas os elementos da natureza para a sua satisfação, mas também os outros homens como elementos fundamentais para a obtenção da satisfação individual. Desde o século XVII, esse é o modelo de desenvolvimento da história da sociedade. Batistela e Boneti (2013).

Partindo de uma análise crítico-dialética, compreendemos que, no decorrer do desenvolvimento da história, ocorreram saltos qualitativos, ou seja, uma diferenciação dos seres inorgânicos e orgânicos, que resultaram na formação do ser

social. É uma espécie natural que, sem deixar de participar da natureza, transformou-se - através do processo de trabalho - em algo diverso da natureza. Assim, não deixando de perder sua naturalidade, o ser social distinguiu-se dos demais seres inorgânicos, através da sua ação teleológica, que lhe conferiu a capacidade de antecipar metas e projetar ações, de acordo com as necessidades de cada momento histórico, o que apenas foi possível com o desenvolvimento do trabalho como “*atividade exercida exclusivamente pelos homens*”, permitindo ao homem se distanciar das formas mais primitivas da existência e constituir-se como ser social. O animal, segundo Marx, identifica-se prontamente com sua atividade vital e não se diferencia dela. É a própria atividade. Mas, o homem:

Faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida. Ela não é uma deliberação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por esse motivo é que ele é um ser genérico. (...) O animal apenas reproduz a si mesmo, ao passo que o homem reproduz toda natureza. (MARX, 2014, p.116-117)

De acordo com Netto (2011), o homem, através do trabalho, “*tem as condições materiais de existência e reprodução de uma sociedade*”. Essas considerações são fundamentais para compreendermos o trabalho na sociedade capitalista, ou seja, a partir de uma formação social determinada. Nesta sociedade, o trabalho que, segundo Marx, constitui o elemento central da sociabilidade humana, assumiu uma nova especificidade, passando a dimensão de trabalho assalariado. Tal especificidade provocou uma alteração e/ ou ruptura, significativa no metabolismo homem/ natureza, “*na medida em que as necessidades humanas e a produção de valores de uso passam a ser subordinadas à produção de mercadorias.*” (Bourckhardt, 2010, p.35)

A sociedade capitalista, diz Marx, “[...] *reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.*” (Marx, 1983 apud Netto; Braz, 2009, p. 92). As mercadorias adquirem assim um caráter autônomo em relação ao seu produtor, ocultando as características sociais do trabalho humano o que Marx chamou de “*fetichismo da mercadoria*”. (Marx, 1983 apud Netto; Braz, 2009, p. 92). Assim, como as relações entre os seres humanos são coisificadas,

A relação homem-natureza também se torna pragmática, pois a natureza também é transformada em mercadoria e sujeitada às leis do mercado. Entende-se que essa relação pragmática com a natureza é acentuada e torna-se destrutiva na medida em que as necessidades humanas e a produção de valores de uso passam a ser subordinadas à produção de mercadorias, onde sobressai o valor de troca que alimenta a lucratividade e o ciclo reprodutivo do capital. Essa reprodução e expansão da acumulação capitalista são viabilizadas por um conjunto de “artimanhas” apontadas por Zacarias (2009, p. 127-132), tais como a obsolescência planejada (Meszáros, 2006), a inovação estética (Haug, 1997), a ideologia do consumo (Marcuse, 1967) e a publicidade (Lefebvre, 1991). (ZACARIAS, 2009, p.131)

Partindo de compreensão crítico-dialética, Silva (2010) aponta que a grande indústria concretiza o ideário moderno de “*domínio da natureza*”, revelando a sistemática atividade do homem, a produção de sua vida e de suas condições sociais de existência. Nessa perspectiva, a concreta apropriação da natureza, demonstra uma modalidade de desenvolvimento das forças produtivas, na qual a ciência e a tecnologia atuam conforme as necessidades da acumulação capitalista. Assim, de acordo com Silva (2010) o desenvolvimento das forças produtivas porta uma contradição fulcral: “*ao mesmo tempo em que demonstra o imenso potencial de expansão dos horizontes do gênero humano, o faz mediante a degradação das condições de vida de largos segmentos da classe trabalhadora e da dilapidação dos bens naturais, colocando em risco a reprodução da vida no planeta.*” (Silva, 2008, p. 45).

1.4 Questão Social e Serviço Social

A análise da questão social não é semanticamente unívoca e encontra-se fundamentalmente inserida numa arena de disputa política entre distintos projetos societários (Netto, 2011). De um ângulo, a questão social é apreendida no âmbito da perspectiva sociológica enquanto uma “disfunção social” inerente a qualquer forma societária. Nessa perspectiva, a questão social constitui um fenômeno natural próprio à sociedade e representa uma ameaça à ordem social. Tal discurso apreende a questão social enquanto um “*problema social*” que pode ser apenas amenizado através de ações de cunho reformista e de uma intervenção política limitada desenvolvida pelo Estado e organizações mediante a implementação de programas focalizados de combate à pobreza e “*exclusão social*”.

A análise marxista compreende que os processos sociais revelados pela questão social estão intrinsicamente vinculados a análise de Marx sobre as relações sociais de produção, específicas ao modo de produção capitalista. O regime capitalista de produção é para Marx, tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações histórico-econômicas de produção específicas. Como nos alertava Marx, considerar: *“a atividade produtiva do homem em geral, por meio da qual opera seu metabolismo com a natureza - em sua simples existência natural e independente da sociedade, nada tem de social”* (Marx, 1958, apud, Andrioli, 2008). A abordagem realizada por Iamamoto (2006) ressalta que a produção do capital, enquanto um processo eminentemente social permeia o conjunto das dimensões da vida social. A autora afirma que a produção de riqueza é indissociável do antagonismo constitutivo das relações sociais capitalista. Nesse sentido, a lei geral da acumulação supõe:

A acumulação da riqueza monopolizada por uma parte da sociedade - a classe capitalista - inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como uma riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital. [...] do ponto de vista da população trabalhadora, este processo se expressa numa pauperização crescente em relação ao crescimento do capital. Não se trata, necessariamente, de pauperização absoluta, mas relativa à acumulação do capital, que atinge a globalidade da vida da classe trabalhadora. A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação, moral e intelectual do trabalhador (...). O período da infância se reduz pelo ingresso precoce de na atividade produtiva. (IAMAMOTO, 2006, p. 66).

Segundo Netto (2001), a expressão “questão social” começa a ser utilizada em meados na terceira década do século XIX, no início de uma onda industrializante na Inglaterra em desenvolvimento, desde o século XVI – na chamada “Acumulação Primitiva” que, ganha forte visibilidade no século XIX. O fenômeno novo, o chamado “pauperismo” até então sem precedentes na história: (...) constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial. Pela primeira vez na história, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com sua situação: na primeira década até a metade do século XIX, protestos tomaram as mais diversas formas da violência, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes.

A organização histórica da produção social capitalista, pautada em relações de propriedade privada dos meios de produção pelos capitalistas, significou a separação do trabalhador de seus meios de sobrevivência, reduzindo-o a um vendedor de sua força de trabalho que apenas pode ser empregada pelo mercado de trabalho quando demandado pela classe capitalista. A expressão “questão social” está, portanto, vinculada ao modo de produção capitalista e aos seus desdobramentos sociopolíticos, pois a obtenção pelos trabalhadores de seus meios de vida – antes realizada pelo acesso a terra – depende, com a emergência da propriedade privada, de um conjunto de mediações sociais que perpassam a lógica mercantil. Como ressalta Marx, o pauperismo – como resultado do trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social – é uma especificidade da produção fundada no capital. (Marx, 1980, p.110). A questão social diz respeito,

Ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, o trabalho - das condições necessárias à sua realização. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação das suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2001:16-17)

É importante ressaltar que questão social só passa a ser entendida enquanto um “problema” porque foi publicizada, retratando a resistência da classe trabalhadora, as opressões advindas das relações sociais capitalistas. Para Pastorini (2004), não se pode perder de vista *“aqueles que colocam a questão na cena política”*. Não considerar esses sujeitos é tratar a questão social de forma *“des-historicizada, des-economizada e des-politizada”* (Pastorini, 2004, p. 99).

A análise marxiana considera ser a questão social indissociável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que esse produz ao conjunto da classe trabalhadora. Fundamenta-se no caráter explorador do regime do capital, o que permite, segundo Netto (2001), muito especialmente, situar com radicalidade histórica a questão social bem como sua anatomia. Como acentua o autor: *“o problema teórico que envolve a questão social é o determinar concretamente a relação entre suas expressões emergentes e o conjunto de mediações envolvidas nas modalidades vigentes de exploração do trabalho”*. Daí decorre a importância de considerar identificar que a análise da questão social implica no reconhecimento das contradições fundamentais do capitalismo enquanto modo de produção o que torna

essa uma questão de cunho essencialmente político, manifesto principalmente na luta política da classe trabalhadora, o que evidencia que, neste modo produção, a riqueza é socialmente produzida, entretanto é privadamente apropriada.

Na contemporaneidade, temos uma tendência entre autores como Rosanvallon (1988) em afirmar o surgimento de uma “*nova questão social*”, que deve ser enfrentada mediante o estabelecimento de um novo contrato social. Na perspectiva do autor, o Estado encontra-se impossibilitado de financiar a proteção social, devido seu endividamento no pós-guerra. A instituição do contrato social torna-se necessária para a construção de novos direitos de solidariedade social. Na perspectiva de Castel (1998), a emergência de uma nova questão social está relacionada ao enfraquecimento da sociedade salarial na crise dos anos 1970, que afetou em primeiro lugar, o emprego, levando ao desemprego em massa, fazendo emergir, segundo o autor, “*inúteis para o mundo*”. Entretanto, ao contrário do que sustentam alguns ideólogos, não estamos diante de uma “nova questão social” e sim, estamos confrontados com novas expressões da questão social. Segundo Netto (2007) p. 156.

A “velha” questão social, conotada com o pauperismo, não foi equacionada e, menos ainda, resolvida. E, de fato, temos novas problemáticas, seja pela magnitude que adquiriram situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas (violência urbana, migrações involuntárias, conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc.), seja pela refuncionalização de velhas práticas sociais agora submetidas à lógica contemporânea da acumulação e da valorização (o trabalho escravo e semi-escravo, o tráfico humano, a prostituição, o “turismo sexual” etc.), seja, enfim, pela emergência de fenômenos que, novos, vinculam-se aos porões da globalização – as conseqüências da organização do crime em escala planetária (DREIFUSS, 1996, pp. 258, apud, NETTO, 2007, p. 156).

Segundo Iamamoto (2006), o objeto de trabalho do Serviço Social são as múltiplas expressões da questão social, resultantes da dinâmica do capital. Portanto, a profissão não se explica por si mesmo, senão a partir de sua inserção na sociedade capitalista. Emergida no contexto do capitalismo monopolista (que engendra o conjunto de desigualdades através da produção e reprodução das relações sociais da sociedade capitalista), a “questão social” passa a existir quando a miséria sofrida pelos trabalhadores assume um caráter político de enfrentamento a ordem burguesa. Essa forma de conceber a questão social nos faz entender, como esclarecido por Iamamoto (1997) que a questão social, sendo desigualdade:

É também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 1997, p. 14)

Ao analisar a especificidade da sociedade do capital, Marx identifica, em primeiro lugar, que *“a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar da riqueza”* (...) e como valores, *“as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza”*. (Marx, 2014). De acordo com Marx, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos e a finalidade direta do processo de produção capitalista. Neste processo, o próprio trabalhador aparece como um vendedor de sua força de trabalho, ou seja, como mercadoria, e seu trabalho assume uma relação socialmente determinada, expressando-se na forma de trabalho assalariado. A mercadoria, concluiu Marx, é a *“célula econômica da sociedade burguesa (...), contém in nuce, o segredo de todas as formas burguesas do produto do trabalho”* (Marx, apud Netto, 2009, p. 39).

No capítulo V de sua obra *‘O Capital’* o autor expõe que a produção capitalista é processo de valorização do capital, pois, neste processo a força de trabalho produz um trabalho excedente, designado mais-valia que se transforma em capital. Assim, escreve:

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2014, p. 230).

No processo de produção capitalista, diz Marx, a força de trabalho é comprada:

[...] não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. *A produção de mais-valor, ou criação de excedente,*

é a lei absoluta desse modo de produção. (MARX, 2013, apud MATTOS, 2015, p. 3)

Nesta perspectiva de acordo com Marx a produção capitalista engendra uma *ambiência mística*, que abrange o produto do trabalho. Após demonstrar o duplo caráter do trabalho, ou seja, o trabalho criador de valores de uso e o trabalho criador de valor, o autor examina esta aparente mística que envolve os produtos do trabalho humano que constitui um empecilho para o reconhecimento dos trabalhadores do fruto do seu trabalho. Nas palavras de Netto, mais precisamente, Marx:

Indaga-se por que a produção mercantil dominante, instaurando-se sobre fundamentos puramente sociais obscurece e escamoteia estes mesmos fundamentos. Numa palavra: em que e por que o produto do trabalho toma sob a forma de mercadoria – forma que na sociedade capitalista, é a “mais geral e mais geral da produção” -, uma aparência misteriosa. A questão é a seguinte a produção mercantil dominante no mesmo processo que revela o caráter social do trabalho, reveste com um envoltório a-social o seu produto. (NETTO, 2009, p. 40).

Daí a pergunta de Marx: o caráter misterioso que o produto do trabalho humano apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provem? A sua resposta formula, segundo Netto, o problema do fetichismo:

Dessa própria forma, claro. Igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho, finalmente as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais e sociais dessas coisas, e, por isso também reflete a relação social dos produtos. (NETTO, 2009, p. 40).

Nesta perspectiva, o fetichismo é próprio da produção capitalista, no qual as relações sociais aparecem como relação objectual. Existe, portanto, uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações sociais em uma determinada sociedade em particular. Segundo Yamamoto, é fundamental reter essas duas dimensões – a existência material das condições de trabalho e a forma pela qual se realiza – pois:

Obscurecer as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, autonomizando-os enquanto propriedade das coisas é cair nas armadilhas da mistificação. (...), aliás, esse foi o embaraço da economia política clássica: os economistas aprisionavam sua análise na ótica do valor de uso (...) incapazes de compreender a forma social da riqueza, isto é, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham. (IAMAMOTO, 2007, p. 56).

Na sociedade capitalista, o capital aparece na forma mercantil, ou seja, expressa-se em um conjunto coisas materiais. Partindo da perspectiva analítica de Marx, a autora afirma que tal processo, designado “*reificação do capital*”, constitui a mistificação das relações sociais antagônicas entre classes sociais. Assim, essas relações antagônicas, assumem, na sociedade capitalista, o caráter de relações sociais entre coisas e ou mercadorias. Na sociedade capitalista, é preciso, portanto, compreender que “*o capital não é uma coisa material, mas sim uma determinada relação social de produção, correspondendo a uma determinada formação histórica de sociedade, que toma corpo na coisa material e lhe incute um caráter social específico*” (Marx, apud lamamoto, 2006, p. 31).

Portanto, compreender o significado social do Serviço Social implica considerar que a profissão insere-se no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Partindo de tal premissa, lamamoto (2006) busca apreender como se engendram e se renovam as relações sociais neste modo de produção. Ao analisar a produção social capitalista, lamamoto ressalta que esta apenas pode ser apreendida enquanto uma “*produção socialmente determinada*”, pois, a produção capitalista manifesta a maneira histórica de produção e reprodução das condições materiais e das relações sociais que constituem a produção. Portanto, a produção social não se restringe a esfera econômica (produção material), mas a totalidade das relações sociais entre sujeitos que constituem as duas classes sociais fundamentais da sociedade capitalista: burguesia e proletariado. (lamamoto, 2006).

No Brasil, na década de 1930, o aprofundamento da urbanização e industrialização tornou patente para a sociedade a existência da questão social: as precárias condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, expressa nas elevadas jornadas de trabalho, locais sem segurança, trabalho infantil, salários ínfimos, bairros insalubres com inexistência de legislação trabalhista, levaram a necessidade de organização política dos trabalhadores. A emergência da profissão está, segundo

a autora, relacionada a uma demanda concreta proveniente da classe trabalhadora que, nesse período, passa a se organizar na luta por melhores condições de vida e trabalho e juntamente vinculada a um conjunto de respostas da classe dominante e Estado face a estas mobilizações.

É nesse contexto que a ação meramente coercitiva do Estado (que respondia às lutas pela via da repressão e a questão social era “caso de polícia”) já não respondia a realidade. Visando tornar legítima sua ação, o Estado passa a demandar um profissional que atue sobre as diversas expressões da questão social, postas assim, às condições para a institucionalização do Serviço Social. Partindo dessa leitura, Iamamoto (2007) aponta a contraditoriedade constitutiva da profissão: ela nasce de uma demanda objetiva, manifesta na existência das expressões da questão social, na luta reivindicatória dos trabalhadores e no conjunto de respostas desenvolvidas pelo Estado através da estruturação de políticas sociais que se materializam em serviços sociais.

A profissão emerge, portanto, a partir de uma demanda das classes dominantes (contém na sua emergência um viés conservador), mas concomitantemente responde as necessidades de sobrevivência daqueles que são público alvo de seus serviços: a classe trabalhadora. É a partir da compreensão desse caráter contraditório, constitutivo da profissão, que a autora afirma que a prática profissional envolve diferentes classes sociais com distintos interesses. É, portanto, uma atuação profissional eminentemente política, o que revela ser possível a construção de novas formas de legitimidade para a profissão. Acerca dessa questão Iamamoto (2006), nos esclarece que:

O Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. (...) intervém ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho de trabalho, através da mediação de serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado. (...) A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital. É a existência e a compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir. (ibid. p.93-94)

No estágio do capitalismo contemporâneo, marcado pelo fetichismo das finanças e pela globalização da economia, a questão social é *reconfigurada*. Essa fase, que tem como característica central a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros tem início com a indústria da dívida, ou seja, a dívida pública dos países subdesenvolvidos, que solicitam empréstimos ao mercado interbancário internacional, no qual os credores impõem plano de escoamento da dívida estatal, exigência de privatização e venda de empresas públicas (Iamamoto, 2007). Assim, apesar do refrão sobre o “*declínio do Estado*” manifesto na imposição da redução de gastos sociais e na desresponsabilização do Estado pelo social, o neoliberalismo exige um Estado que atue efetivamente para o capital (através da expansão global das multinacionais com a conquista de mercados externos, proteção do mercado local e pactos comerciais). Há, portanto, um elenco neoliberal de programas voltados para a pobreza, todo ele caracterizado pelos seguintes traços:

- A desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza opera-se como uma política específica; - à desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às organizações não governamentais e ao chamado terceiro setor; - desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/ mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade; - a política voltada para a pobreza é prioritariamente emergencial, focalizada e, no geral, reduzida à dimensão assistencial. Estes traços estão conectados a um pressuposto de maior alcance: operados no marco dos planos de “ajuste” a que já fiz referência, os programas de combate à pobreza são conduzidos a partir da tese segundo a qual, alcançados os resultados do “ajuste”, o primeiro dos quais é a estabilidade econômico-financeira, seguir-se-ão o crescimento econômico e uma “natural” redistribuição da renda. O caráter inteiramente fantasioso dessa fictícia “evolução” não tem perturbado os seus defensores. (NETTO, 2007, p. 159).

Nessa conjuntura, marcada por processos de privatizações, desmonte das políticas sociais, mercantilização dos serviços, flexibilização da legislação trabalhista, imposição da redução dos custos empresariais para resguardar a lucratividade da reestruturação produtiva, as políticas sociais adquirem um caráter seletivo e residual, e assumem o aspecto de focalização, pois são direcionadas ao mais pobre entre os pobres, tornando-se cada vez menos universais. Com essas determinações, a questão social assume, no período em tela, novas expressões,

deparando-se com uma aceleração da privatização das políticas públicas que passam a ser assumidas pelo mercado e pela sociedade civil, sob o apelo da responsabilidade social, cabendo ao Estado apenas a responsabilidade por ações focalizadas no combate à extrema pobreza.

É nesse campo de análise que se pode capturar o sentido da intervenção profissional na sociedade capitalista, *“situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”* (Iamamoto, 1998, p. 71) e, sobretudo, como profissão que só pode ser compreendida se conectada ao movimento real da sociedade burguesa, o que reflete também as configurações específicas que assume o seu objeto – a questão social, no sistema atual da acumulação capitalista.

Uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo: *é a exponenciação da questão social, onde esta é naturalizada e como resposta tem a criminalização da pobreza com políticas com ênfase no encarceramento. Recicla-se a noção de classes perigosas ao invés de classes laboriosas, sendo conduzidas a repressão ou extinção* (Netto; Braz, 2008; Iamamoto, 2001, apud, Camargo, Ferri, 2011). Uma das principais formas de respostas a questão social na contemporaneidade refere-se à criminalização da pobreza. O investimento em políticas de saúde, educação, habitação vem sendo substituído pela punição que constitui-se enquanto uma das principais saídas para os *“problemas sociais”*.

No contexto de crise estrutural do capital, a ordem capitalista tem manifestado suas contradições, através, também, da destrutividade ambiental e social, expressas no aumento da fome, do desemprego estrutural, da quebra dos direitos e da destruição ambiental. Todos esses agravantes são resultado da organização da sociedade em classes sociais antagônicas, que assumem lugares diferentes no processo de produção e na apropriação da riqueza socialmente produzida, o que se manifesta conjuntamente na relação sociedade e natureza.

Como fora supracitado, as transformações estruturais do capitalismo trouxeram novas manifestações da questão social na contemporaneidade. Assim, para Iamamoto, um dos maiores desafios para o assistente social (que também é trabalhador assalariado, e não escapa dos impactos da crise), no tempo presente, é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e desenvolver propostas de trabalho criativas.

É necessário, segundo a autora, ultrapassarmos a visão endógena, ou seja, uma *visão de dentro* da profissão e ir para além dos muros que demarcam o âmbito institucional e levam a uma atuação mecanicista com um viés burocrático, que impede o assistente social de analisar a realidade sobre a qual se trabalha. A autora ressalta que as possibilidades não estão dadas de forma pronta, é necessário ao assistente social realizar a crítica ontológica do cotidiano institucional, visto que nele prevalece a rotina. Nessa perspectiva, o cotidiano deve ser suspenso de forma crítica e o assistente social deve tornar-se um profissional investigativo e propositivo, capaz de desenvolver respostas que busquem a efetivação de direitos sociais (Iamamoto, 1997). É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência:

Que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais - sua produção e reprodução ampliada - quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 1997, p.1).

A partir dessas considerações, analisamos que compreender o caráter contraditório da profissão, o reconhecimento da dimensão política da intervenção profissional (demandada a executar, elaborar, projetos, programas e políticas sociais) e o reconhecimento dos princípios que norteiam a ação profissional, manifesto no Projeto Ético Político (que expressa a direção política e o ideário profissional na luta intransigente pela construção de uma nova ordem societária, no qual inexista qualquer forma de opressão e exploração, e materializado na lei de regulamentação e no código de ética profissional) é fundamental para o assistente social que busca compreender os limites e as possibilidades de sua ação profissional e permite a elaboração de estratégias de enfrentamento aos desafios do capitalismo contemporâneo.

CAPÍTULO II – O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA QUESTÃO AMBIENTAL: os limites do desenvolvimento sustentável.

2.1 O discurso ambiental no âmbito das agências nacionais e internacionais: o debate em torno da sustentabilidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial no ano de 1945, a bomba atômica detonada pelos norte-americanos em Hiroshima no Japão, foi um novo marco ao se constituir na evidencia mais nítida das possibilidades do ser humano transformar a natureza, demonstrando que as relações do ser humano com o seu ambiente estão sempre submetidas a relações interespecíficas. De acordo com Foladori (2001) a história tem comprovado que as contradições entre as classes sociais são a expressão de uma determinada forma social de produção, esta condiciona e desvenda o comportamento da sociedade em relação à natureza.

De acordo com muitos estudos realizados expressivamente no pós anos 1970, afirma-se a consciência sobre o planeta, a fim de garantir a sobrevivência do ecossistema global. Neste universo, é importante reter, os fatos que motivaram o despertar uma nova consciência global sobre a relação homem/ natureza. A propósito, Priscilla Nogueira Calmon de PASSOS (2009, p.3) citando Geraldo Ferreira Lanfredi (2006) ressalta alguns:

Primeiro, a água, pois enquanto recurso esgotável, em breve será objeto de grandes disputas entre os Estados; em segundo, o ar, pois pelo fato de ser cada vez mais poluído e contaminado, representa um grande perigo no que diz respeito a o efeito estufa, causador do exagerado aquecimento global, apto por si só a causar uma série de doenças e inundações, catástrofes que já estão sendo comprovadas pela imprensa mundial; em terceiro lugar, o solo, que mesmo com sua especial influência no clima e na vegetação, tem sido entregue a formas severas de deterioração; em quarto lugar a fauna, caracterizada pela falta de proteção aos animais; e em quinto e último lugar, o autor trata do problema do desmatamento das florestas, responsáveis pelo equilíbrio do clima. (LANFREDI, 2006, apud, PASSOS, 2009, p. 3).

Nesse contexto a partir de 1948, cria-se a União Internacional para a Conservação da Natureza, uma organização não-governamental que reúne organizações não governamentais, com propósito de elaborar estratégias para preservação da natureza. Já o ano de 1957 foi declarado pela Assembleia Geral da ONU como o “ano geofísico internacional”. O objetivo era agrupar os esforços dos

países que aderiram à campanha no sentido de possibilitar uma maior apreensão dos fenômenos relacionados à Terra

Neste contexto, tem início a medição sistemática da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, no observatório de Mauna loa, no Havaí. Contudo, ao mesmo tempo em que se adquiria uma consciência cada vez mais clara dos possíveis efeitos destruidores da atividade humana sobre a natureza, a produção capitalista, induzia a utilização, por exemplo, na agricultura, de químicos tóxicos em ampla escala, com a conseqüente poluição e morte de seres vivos e ecossistemas, como foi denunciado por Rachel Carson no livro “*Silent Spring*”. (Foladori, 2001).

A publicação do livro “*Primavera Silenciosa*” no ano de 1962, serviu para despertar a consciência ecológica sobre a necessidade de imposição de uma legislação mais rígida e protetiva do meio ambiente, travando uma verdadeira guerra contra o desenvolvimento industrial, causador de danos ambientais imensos. O livro *Silent Spring*, ‘Primavera silenciosa’, mostrava:

Como o pesticida DDT penetrava na cadeia alimentar e acumulava nos tecidos gordurosos dos animais e até mesmo do homem, o que poderia causar câncer e dano genético. O livro era provocativo, pois, além de expor os riscos do DDT, questionava a confiança desmedida da sociedade no progresso tecnológico. Quando publicado, provocou o alarme e indignação, tanto dos leitores americanos, como da indústria de pesticidas, fazendo com que inclusive a sanidade da autora fosse questionada. Contudo, após investigações sobre o caso foram emitidos relatórios favoráveis à autora do livro, o que levou o governo americano a supervisionar o uso do DDT até a data em que foi finalmente banido. Tal livro permite uma maior conscientização da humanidade de que a natureza é vulnerável a toda forma de intervenção humana. Pela primeira vez, sentiu-se a necessidade de regulamentação da produção industrial de modo a proteger o meio ambiente. (PASSOS, 2009, p. 6).

As décadas de 1960 e 1970 transformam-se em forte centro de debates sobre o problema ambiental, ao mesmo tempo em que, com a Guerra do Vietnã, a política imperialista evidenciava com o emprego de desfolhantes químicos - batizados com as cores laranja, branco e azul, para oferecer uma imagem menos dramática - que a o modo de produção capitalista deveria ser o ponto de partida para a análise da crise ambiental. No período em tela os movimentos ambientalistas ligados aos anti-nucleares e pacifistas, expandem-se (entre estes, Greenpeace, Verdes da Alemanha, Os Amigos da Terra, Earth First e etc.) e chegam a se constituir em fortes organizações com presenças parlamentar. (Foladori, 2001).

Em 1972, publica-se o primeiro informe do Clube de Roma¹⁵, relatado por Meadows e outros, sobre o título “*Os limites do crescimento*”. A investigação aborda o problema da acelerada utilização dos recursos naturais no mundo com uma população crescente e uma indústria que estava ocasionando danos irreparáveis ao meio ambiente. O relatório causou grande impacto ao amostrar que, se mantivessem as tendências do momento em relação ao crescimento econômico e populacional, assim como os ritmos de poluição e esgotamento dos recursos, nos próximos cem anos chegaríamos ao limite ao possível. Tratava-se de uma crítica surgida no interior do próprio sistema capitalista, que propunha a sociedade - como alternativa a crise - passar a um estado de estagnação de crescimento. (Foladori, 2001).

De cariz malthusiana, a preocupação central deste relatório era a finitude dos recursos naturais. Este grupo de cientistas avaliou que seria impossível a permanência de um crescimento infinito num sistema econômico condicionado a recursos naturais finitos. Deste modo, “*Limites do Crescimento*”, sugere que o equilíbrio do sistema mundial deva ocorrer através do controle de determinadas variáveis, como: a população, a produção de alimentos, produção industrial, poluição e os recursos naturais não renováveis. Como crítica a esta perspectiva de base malthusiana, podemos apreender que:

[...] o discurso malthusiano sobre o empobrecimento e a fome relacionado ao destino da classe trabalhadora se esta continuasse a crescer velozmente, que comparece na tese do crescimento zero, não questiona a origem e causa da pauperização e sua funcionalidade ao desenvolvimento do capitalismo. Nesta tese, o crescimento populacional e a pobreza passam a ser causa e não produto da desigualdade social, derivada da forma como o capitalismo vem se desenvolvendo em nível mundial. (GROSSI, 2014, p.94).

E ainda, no mesmo ano, começaram os diálogos entre governos no âmbito mundial em torno da questão ambiental. Realiza-se em Estocolmo, Suécia, a primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e

¹⁵ O Clube de Roma é uma organização multinacional criada em 1968 pelo Industrial italiano Aurélio Pecci e pelo químico em inglês Alexandre King. Formado por 100 membros oriundos dos negócios, política e ciências sociais e ambientais, o grupo nasceu com o objetivo de analisar o dilema da espécie humana em um mundo de recursos finitos e de sugerir políticas alternativas para enfrentar tal crise. Ganhou atenção internacional publicar em 1972 do primeiro relatório, intitulado: Os limites do crescimento em que aplicar um modelo para fazer projeções em escala mundial. O relatório apresentou tendências verificadas em relação à população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e depleção de recursos não fossem alterados os limites para o crescimento no planeta seriam atingidos em 100 anos. (DICIONÁRIO DO CAMPO)

o Homem, considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Também denominada de Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo, contou com a presença de representantes de 113 países e conseguiu direcionar a atenção mundial para a degradação ambiental e a poluição transfronteiriça ressaltando que a poluição do ar não possui fronteiras geográficas e indicando o dia 5 de junho como dia mundial do meio ambiente.

A Conferência resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/ PNUMA, gerou a declaração sobre o ambiente humano, uma afirmação de exemplos de comportamento e responsabilidade que deveriam governar as decisões relativas às questões ambientais e o plano de ação mundial. O resultado foi uma declaração na qual se abordam os principais problemas relacionados com o meio ambiente, como: a industrialização, explosão demográfica e crescimento urbano: “*o direito dos seres humanos ao meio ambiente saudável e o dever de proteger e melhorar para as futuras gerações*”.

Nos anos 1980, constitui-se a busca por um consenso internacional sobre a gravidade da crise ambiental. Neste contexto, são elaborados diversos relatórios científicos sobre os problemas ambientais e ganham destaque os questionamentos acerca dos avanços tecnológicos. Em abril de 1986, ocorre o maior desastre nuclear da história em Chernobyl, na Ucrânia. A explosão de um reator nuclear expande a radioatividade pela Escandinávia e Europa ocidental, que foi transportada tanto pelos ventos como pela água, plantas e outros animais. Como consequência, centenas de pessoas morreram e adquiriram doenças como câncer e outras enfermidades. Os 10 mil km quadrados contíguos ficaram praticamente inabitáveis. Com essas dimensões catastróficas, o acidente em Chernobyl, ilustrou a fragilidade e as implicações da tecnologia mais sofisticada, sobre o homem e a natureza.

Em 1987, dá-se conhecer a Comissão Brundtland, nome através do qual ficou conhecida a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1987 pelas Nações Unidas como decorrência da Conferência de Estocolmo em 1972. Presidida pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, a Conferência tinha como objetivo, avaliar a questão ambiental e sua interface com desenvolvimento, propondo um plano de ação em nível mundial. A preocupação com a questão do desenvolvimento e sua relação com os recursos naturais, permanece nas propostas desenvolvidas pelo Relatório “*Nosso Futuro Comum*”,

elaborado, em 1987, pela ONU. Entretanto, a novidade trazida por este, assenta-se na noção de “*Desenvolvimento Sustentável*”. Como ressalta Lima (1987):

O ecodesenvolvimento, noção introduzida por Maurice Strong e posteriormente reformulada por Ignacy Sachs, trouxe em seu bojo a defesa do processo de desenvolvimento em reação a tese de crescimento zero de Meadows afirmando o desenvolvimento como categoria central para a humanidade e propondo a continuidade do crescimento econômico e da produção de riquezas aliada às questões ecológicas, sociais, culturais e espaciais. Contudo, a proposta do ecodesenvolvimento não tomou grandes dimensões, sendo posteriormente substituída pela noção de desenvolvimento sustentável. (LIMA, 1987, apud CORRÊA, 2010).

Em “*Nosso Futuro Comum*”, divulga-se o termo “*Desenvolvimento Sustentável*” como “*aquele que responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras,*” e se estabelece que a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental não podem ser analisadas de maneira isolada. O relatório coloca a pobreza como uma das causas (e consequências) dos problemas ambientais; daí que não se possa pensar em encarar as questões ambientais a margem de uma perspectiva que abarque a pobreza e a desigualdade internacionais como princípios marcados pela luta de classes de uma forma geral. Em 1988, cria-se o Grupo Intergovernamental de Estudos sobre Climas (IPCC), organismo das Nações Unidas para avaliar os estudos científicos sobre o clima e o papel do homem nele.

Em 1989, a ONU convoca a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a ser realizada em 1992, no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, conhecida por “*Conferência da Terra*” para elaborar estratégias e medidas com a finalidade de deter e reverter a degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável do meio ambiente. (Foladori, 2001).

A Rio-92 fez história ao chamar atenção de todo mundo para uma questão nova na época: a compreensão de que os problemas ambientais do planeta estão intimamente ligados às condições econômicas e a justiça social. Reconheceu a necessidade de integração e equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e econômicas para a sobrevivência da vida humana no planeta e proclamou o

conceito de “*Desenvolvimento Sustentável*” como meta a ser alcançada nos níveis local nacional e Global.

A Conferência reuniu mais de cem chefes de estado e representantes de mais de 170 países que adotaram três grandes acordos: a Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Declaração de Princípios das Florestas e a Agenda 21. Um dos documentos centrais para a discussão que ganhou aprovação na Rio 92, foi a Agenda 21, um plano de ação a ser adotado global, nacional e localmente, para promover uma transição para o desenvolvimento sustentável inspirado no Relatório Brundtland. Com 40 capítulos, tem sua execução monitorada pela Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU:

Juntamente com a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Agenda 21 acabou sendo um dos três grandes documentos aprovados no Rio de Janeiro pelos chefes de estado e de governo. Na euforia então vivida, acreditava-se haver encontrado nas centenas de páginas desse documento o caminho para levar à prática o desenvolvimento sustentável. De fato, o documento tratava de praticamente todas as grandes questões, dos padrões de produção e consumo à luta para erradicar a pobreza no mundo e às políticas de desenvolvimento sustentável - passando por questões como dinâmica demográfica, proteção à saúde, uso da terra, saneamento básico, energia e transportes sustentáveis, eficiência energética, poluição urbana, proteção a grupos desfavorecidos, transferência de tecnologias dos países ricos para os pobres, habitação, uso da terra, resíduos (lixo) e muito mais. Tentava também criar mecanismos financeiros para viabilizar esses caminhos. Propunha - e foi aceito - que os países industrializados aumentassem de 0,36% de seu produto bruto anual conjunto a ajuda que vinham concedendo aos países em desenvolvimento para 0,70. (...) A Agenda 21 global já reconhecia que o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente só seriam viáveis com o apoio das comunidades locais. Por isso, recomendava que se iniciasse o processo de construção das Agendas 21 locais. (BORN, p.6, 2014).

Paralelo a Rio-92 foi organizado um evento pelas organizações não governamentais no Aterro do Flamengo, chamado “*Fórum Global*”. O evento originou, a partir do trabalho em 45 tendas, um conjunto de tratados das ONGs e movimentos sociais que formaram uma rica plataforma de lutas que manifestava um ambiente de unidade na oposição ao neoliberalismo. Um exemplo das pautas do evento foi o “Planeta Fêmea” que expressou a luta pelos direitos do próprio corpo, pela livre sexualidade e direitos reprodutivos. Além dessas pautas, os movimentos sociais mobilizaram-se conjuntamente contra as políticas de controle de natalidade de cariz neomalthusiana. O Fórum Global apresentou como resultado a aprovação da Declaração do Rio, também chamada de “*Carta da Terra*”, uma declaração de

princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. (Ministério do Meio Ambiente).

A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10 – contou com a presença de representantes de 189 países e ocorreu na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, em 2002. Os pontos centrais dessa cúpula foram a afirmativa da questão do desenvolvimento sustentável com base no uso e conservação dos recursos naturais renováveis e a confirmação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), anunciados dois anos antes pela ONU. Foi nesse evento, contudo, que cresceram as críticas sobre a falta de resultados concretos em prol da preservação ambiental.

No ano de 2012 novamente com realização na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 – reuniu 193 representantes de países. O resultado do evento foi a avaliação das políticas ambientais então adotadas e a produção de um relatório final intitulado: “*O futuro que queremos*”, onde foi reafirmada uma série de compromissos. A Conferência teve dois temas principais: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Após a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente – Rio +20 – os meios de comunicação passam a anunciar a temática e a estratégia da economia verde. O conceito de economia verde tem sua base a partir da constituição do chamado ambientalismo empresarial, emergente nos anos 1990, desenvolvido pelo PNUMA. Segundo as determinações do PNUMA a “Economia Verde” foi criada em contraposição a um modelo de desenvolvimento dito “marrom”, referindo-se, este último, a um modelo de desenvolvimento que apresentava certo descaso com o meio ambiente. Araujo e Silva (2012). A economia verde trata-se de:

Uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica [...]. A sustentabilidade continua sendo um objetivo vital a longo prazo, mas é preciso tornar a economia mais verde para chegarmos lá (PNUMA, 2011, apud, ARAÚJO, SILVA, 2012).

Nesta perspectiva, a economia verde busca o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento, “concretamente sustentável”, que busque a mitigação

dos impactos ambientais: “*hoje em dia existe um crescente reconhecimento de que a realização da sustentabilidade se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia*” (PNUMA, 2011, apud, Silva; Araújo, 2012, p.128).

Paralelo à Rio+20, a chamada “Cúpula dos Povos” foi um evento organizado por movimentos sociais de vários países. O objetivo central do evento foi discutir as causas da crise ambiental, oferecer soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do mundo. A Cúpula transformou o momento de realização da Rio+20 numa oportunidade para abordar acerca dos graves problemas enfrentados pela humanidade demonstrando a força política dos povos organizados. O documento final da Cúpula dos Povos: “*Declaração final da cúpula dos povos na Rio+20 por justiça social e ambiental - em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida*” sintetiza os principais eixos discutidos durante as plenárias e assembleias. Segundo o evento, as causas estruturais da injustiça social e ambiental, identificadas na Plenária 1, são:

a) O sistema capitalista. b) Enxergar o ser humano como o centro e não como parte de uma biodiversidade. c) A mudança na forma de entendimento da economia – uma economia que não está a serviço das necessidades humanas e se converte somente em fonte de acumulação financeira. d) A mercantilização da natureza, da água, do ar e dos alimentos. e) A organização social feita pela lógica do patriarcado. f) O racismo. g) A exploração dos países do hemisfério sul pelos países do hemisfério norte. h) Exclusão das práticas tradicionais e dos saberes tradicionais de uso da terra e imposição de um modo de exploração mercantil dela. i) O modelo neoliberal e a cultura do consumo. j) Os investimentos dos bancos nacionais em uma estratégia de desenvolvimento com base no modelo capitalista do uso da terra. k) Distribuição desigual da terra e acumulação de poder na mão de poucos. l) Privatização do espaço público. (DECLARAÇÃO FINAL DA CÚPULA DOS POVOS).

Como analisam Silva e Araújo (2012) o emprego da terminologia “verde” pelos planejadores da Economia Verde, possui uma conotação ideológica considerando que a adjetivação “verde” empregada na economia, constitui uma suposta menção a todos aqueles que se preocupam com o meio ambiente. Entretanto as autoras afirmam que longe de constituir uma proposta efetiva da constituição de um modelo de desenvolvimento para o capital – o que é estruturalmente inviável- a economia verde reflete uma ofensiva ideológica e política das grandes corporações e de seus “intelectuais orgânicos”. Esse modelo de economia foi desenvolvido a partir de um discurso que encobre seus reais objetivos: a adoção de uma racionalidade técnica voltada ao refreamento dos impactos

ambientais inerentes ao processo produtivo, bem como a economia de matéria e energia visando à expansão da acumulação capitalista. (Antunes, 2011, apud, Silva e Araújo, 2012, p.131).

Em síntese, “*Nosso Futuro em Comum*”, de 1987, mantém as determinações apontadas pelo relatório “Limites do Crescimento” de 1972. Todos estes eventos mencionados têm como ponto comum a defesa do congelamento do crescimento populacional através do crescimento zero, como uma das principais soluções para o quadro de com a degradação ambiental, como indica o princípio 8 da Declaração do Rio de Janeiro, resultado da Rio 92: “*Para atingir o desenvolvimento sustentável e mais alta qualidade de vida para todos, os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.*” A partir da Rio 92, reafirma-se a necessidade de estabelecer um desenvolvimento sustentável. Porém, enquanto a comissão realizava suas investigações entre (1984-1987), o capitalismo mundial mostrava sua incoerência com a proposta do desenvolvimento sustentável. Como o próprio Relatório “*Nosso Futuro Comum*” assinala, durante esses 900 dias de trabalho:

- O aprofundamento da crise ambiental na África chegou ao clímax, colocando 35 milhões de pessoas em situação de risco, matando talvez um milhão;
- Uma explosão numa fábrica de pesticidas em Bhopal, Índia, matou mais de duas mil pessoas e deixou cegas e enfermos outras 200.000;
- Tanques de gás líquido explodiram na Cidade do México, matando mil pessoas e deixando milhares desabrigadas;
- A explosão do reator nuclear de Chernobyl, que espalhou resíduos nucleares pela Europa, incrementou os riscos de futuros cânceres humanos;
- Produtos químicos agrícolas, solventes e Mercúrio alcançaram Rio Reno durante um incêndio no armazém na Suíça, matando milhões de peixes e colocando em risco a vida na Republica Federal da Alemanha e nos países baixos;

- Cerca de 60 milhões de pessoas morreram de enfermidade diarréicas relacionadas a água contaminada e a desnutrição, a maioria das quais era criança (WCED, 1987, apud, FOLADORI, 2001).

Com estes pontos supramencionados, o relatório “*Nosso Futuro Comum*” demonstrava, sem reconhecê-lo, que não se pode separar o regime capitalista de produção das questões ambientais e sociais. A ocorrência deste quadro de devastação ambiental supramencionado apontado pelo relatório revela que o capitalismo é incapaz, por sua natureza, de estabelecer relações harmônicas e ou equilibradas com a natureza, considerando sua dinâmica perdulária e predatória que se exacerba nos momentos de crise. É o que assistimos na contemporaneidade:

Ao analisar criticamente a concepção de desenvolvimento sustentável como mecanismo de enfrentamento da questão ambiental, Silva (2010) aponta para a necessidade dos múltiplos determinantes que envolvem seu conceito:

[...] damos por suposto que o apelo à sustentabilidade e à ampla legitimação que obteve o conceito de Desenvolvimento Sustentável, deriva do tratamento fetichizante que vem sendo adotado, esmaecendo-se o conteúdo classista da problemática ambiental e de suas possibilidades de superação. A apreensão por múltiplos segmentos da sociedade inclusive da mídia, do ideário da sustentabilidade, tem manifestado uma notável simplificação do trato desta temática cujo fundamento último é a inexistência de um questionamento quanto os determinantes essenciais da questão ambiental, remetendo aos indivíduos isoladamente a responsabilidade pela superação desta. (SILVA, 2010, p. 42).

Assim, esta perspectiva crítica se faz necessária à noção de desenvolvimento sustentável, e sua aparente conciliação com um aparente “equilíbrio ambiental”, que propagam a complexidade constitutiva da questão ambiental de forma simplista. Para fundamentar esta análise, devemos considerar, primeiramente, que a proposta de sustentabilidade vem sendo desenvolvida no interior da dinâmica da sociedade capitalista, estruturada na dupla exploração: do homem e da natureza, o que torna incompatível qualquer proposta de “equilíbrio ecológico” dentro desta sociedade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável pode assumir uma aparente e superficial preocupação com a crise ambiental, mas que não representa qualquer alternativa concreta de superação desta.

2.2 As manifestações da questão ambiental e os principais mecanismos de enfrentamento pelo capital.

O século XXI nasce marcado pelo acirramento da questão ambiental, com as manifestações de destruição, desde o “*Sol virtual*” na capital da China até a ingestão de 3,7 quilos de veneno (agrotóxicos) por habitante/ ano no Brasil. Os países centrais destroem o meio ambiente através do esgotamento de seus recursos naturais e também das outras nações e quem, de maneira mais expressiva, sofre os efeitos dessa destruição é a periferia do sistema. Neste quadro o aquecimento global parece demonstrar a potencialização da questão ambiental. Sabe-se que a atmosfera é capaz de assimilar e processar por fotossíntese cerca de 40% do CO₂ que emitimos. Entretanto, as atividades humanas retiram e lançam na atmosfera átomos de carbono (nas formas de carvão e petróleo) que estavam detidos no subsolo há milênios.

Dentre os gases do efeito estufa, o metano caracteriza-se pela sua capacidade, 23 vezes maior que o CO₂, de reter o calor na atmosfera, o que faz com que esse gás sozinho, responda a um terço do chamado aquecimento global. Se a concentração atmosférica de CO₂ aumentou,

É porque as emissões desse gás têm sido maiores. Apenas entre 1970 e 2004 o total anual dessas emissões cresceu cerca de 80%. A principal fonte humana de CO₂ é o uso de combustíveis fósseis como o petróleo e o gás natural, mas as mudanças no uso do solo também contribuem bastante. A concentração atmosférica do gás metano também aumentou bastante desde o período pré-industrial. Ela subiu de 715 para 1774 partes por bilhão (ppb) em 2005, um aumento de 148%. (...). Segundo o IPCC a responsabilidade por esse aumento muito provavelmente é das atividades humanas, principalmente no setor agrícola e no uso de combustíveis fósseis. (NETO, 2010, p. 48).

O quadro supramencionado provocou um mal estar entre as nações imperialistas e, sobretudo nos Estados Unidos, responsável pela emissão de 20% dos gases de efeito estufa na atmosfera e que tem, de maneira sistemática, se recusado a cumprir acordos mundiais que tem como pauta o controle pelos países da difusão de CO₂ na atmosfera; a exemplo, a negativa dos Estados Unidos em assinar o protocolo de Kyoto¹⁶ e a saída, em Junho de 2017, da mesma nação do

¹⁶ Representantes de diversos países se reuniram no Japão, em 1997. O Protocolo de Kyoto foi o resultado da 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças

“Acordo de Paris” sobre as mudanças climáticas que prevê que os países devem trabalhar para que o aquecimento fique muito abaixo de 2°C.

Outra manifestação importante da questão ambiental é a poluição e rarefação da água, reservada ao uso humano. Estima-se que 663 milhões de pessoas:

Não têm acesso direto a “fontes melhoradas” de água potável, enquanto ao menos 1,8 bilhão de pessoas não têm acesso seguro à água com condições mínimas para o consumo humano (UNICEF/WHO, 2015); possivelmente, esses números podem ser maiores. Soma-se a esse cenário o fato de que mais de um terço da população mundial – cerca de 2,4 bilhões de pessoas – não utiliza instalações sanitárias de qualidade; desse total, 1 bilhão de pessoas ainda defecam a céu aberto (UNICEF/WHO 2015).

Além de problemas recorrentes como a poluição dos mananciais, assistimos conjuntamente ao uso indiscriminado de insumos ferti-sanitários e o manejo do solo fora de sua aptidão agrícola. Em especial, cerca de 20% das quantidades dos agrotóxicos usados como tratamento profilático de plantas podem alcançar as águas superficiais (Barriuso et al., 1996).

Mundialmente, a agricultura é responsável por cerca de 70% do total do consumo de água doce e, na maioria dos países subdesenvolvidos, esse índice chega a 90% (FAO, 2011a). Sem melhoras na eficiência hídrica, estimasse que o consumo mundial da agricultura aumentará 20% até 2050 (RELATÓRIO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS 2016).

A precária destinação do lixo dos esgotos acentua esta tendência. Estima-se que cerca de 2 milhões de toneladas de lixo são jogadas diariamente em rios e lagos da terra e que 12 mil km cúbicos de água estejam incluídos em todo o mundo. Como se constata, outra expressão da questão ambiental na contemporaneidade é a produção e destinação de resíduos sólidos.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU Brasil (2016), o país descarta de maneira inapropriada em torno de 80 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos, todos os dias, cerca de 40% do lixo coletado. Além disso, existem 1.775 lixões onde muitos catadores trabalham em condições insalubres e desumanas.

Climáticas. A conferência reuniu representantes de 166 países para discutir providências para o controle do aquecimento global. O documento estabelece a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases do efeito estufa nos países industrializados. Os signatários se comprometeriam a reduzir a emissão de poluentes em 5,2% em relação aos níveis de 1990. A redução seria feita em cotas diferenciadas de até 8%, entre 2008 e 2012. (Silva, 2009).

Essas condições caracterizam a precariedade do armazenamento e destinação dos resíduos sólidos como registro do aterro sanitário de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, onde uma montanha de 150 toneladas de lixo desabou em 2011. Como analisa Silva (2010), no Brasil, o que determina a gestão dos resíduos sólidos são medidas que visam “esconder o lixo”, numa perspectiva de resolver a questão estética sem ponderar a dimensão ambiental do problema, que deveria considerar a substituição dos lixões pelos aterros sanitários, como demanda a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Conforme Silva (2010), as saídas recorrentes apontadas pelo capital para o enfrentamento da questão energética - e do aquecimento global- são os investimentos em tecnologias limpas, adoção de fontes alternativas de energia, além da regulamentação dos créditos de carbono¹⁷. Na análise da autora, no que se refere à adoção de fontes alternativas de energia, existem questionamentos acerca da produção dos agrocombustíveis efetivada em grande parte por uma única fonte, como por exemplo, a cana de açúcar para produção de etanol.

Neste aspecto, Sachs (2007) salienta que as revoluções energéticas ocorridas no mundo não derivaram da escassez física da fonte, mas sim, da descoberta de novas fontes mais eficazes, isto é, com “*qualidade superior e custo inferior*”. Devido aos seus objetivos – produção de custo inferior- a produção de agrocombustíveis proporciona a corrida pelo lucro, favorecendo a concentração de renda, além de constituir uma prática danosa ao solo, ao fundamentar-se no modelo da monocultura. A esse respeito, escreve Gassen (2005):

A monocultura da soja pode levar a um desbalanceamento das condições físicas, químicas e biológicas do solo, levando, conseqüentemente, a uma perda de produtividade das culturas. O monocultivo da soja é realmente um modelo indesejável, como é indesejável para qualquer outra cultura. O monocultivo, associado ao preparo inadequado de solo, é ainda muito mais agressivo ao solo e, conseqüentemente, à cultura da soja. O desequilíbrio causado pela monocultura de soja a médio e longo prazos está relacionado com problemas de ocorrência descontrolada de doenças, pragas e plantas daninhas. Quando combinados com o uso incorreto e abusivo de equipamentos de preparo de solo, os efeitos negativos da monocultura aparecem na forma de desagregação do solo, compactação, erosão e

¹⁷ As estratégias de controle desenvolvidas pelo capital no âmbito das alternativas energéticas, mantem-se circunscritas aos interesses da reprodução do capital. Acresce a esse quadro a transformação dos gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global, em objeto de transação mercantil pelos chamados créditos de carbono: “Daí os países mais poluidores podem adquirir no mercado cotas que lhe possibilitem seguir poluindo, sem a obrigatoriedade de alteração de base produtiva. Trata-se do ‘direito de poluir’”. (Silva, 2010).

decréscimo de matéria orgânica, dificultando a absorção de nutrientes. (GASSEN, 2005, p.4).

Outro elemento relacionado à produção dos agrocombustíveis é o desmatamento. Sob a necessidade imperiosa do capital de expandir suas fronteiras agrícolas, as queimadas, grandes responsáveis pelas emissões de gases do efeito estufa, crescem, permitindo ao capital a ampliação de suas fronteiras. Na Amazônia, a associação das maiores variações na taxa de desmatamento se dá de forma associada aos fatores macroeconômicos. É uma indicação de que a maior parte desse desmatamento é realizada mais por aqueles que investem em fazendas médias e grandes de criação de gado que por pequenos fazendeiros que usam a força de trabalho familiar. Na Amazônia, atualmente,

O avanço das plantações de soja na região apresenta-se como a maior ameaça, com seu estímulo para o investimento maciço do governo em infraestrutura, como hidrovias, ferrovias e rodovias. O desenvolvimento da infraestrutura desata uma cadeia traiçoeira de investimento e exploração que pode destruir mais florestas do que as próprias plantações (Fearnside, 2001c). As estradas para retirada de madeira, especialmente para extração de mogno, precedem e acompanham as rodovias, tornando as fronteiras acessíveis para o investimento dos lucros do comércio da madeira em plantações de soja. (FEARNSIDE, 2005, p.5).

Da argumentação aqui defendida, compreendemos que a origem dessa conjuntura pautada em relações danosas a natureza é inerente ao surgimento e aprofundamento do modo de produção capitalista e a reprodução de suas relações sociais: a instituição da propriedade privada nas mãos de capitalistas que determinam “*quem, quanto, como produzir, com que energia*” (Silva, 2010, p. 75), num quadro de aprofundamento da exploração e dependência dos países periféricos aos centrais. Tematizando essa conjuntura, escreve Galeano:

Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo. O que nos legaram esses esplendores? Nem herança, nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas. Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. (GALEANO, 2014, p.5)

A partir do século XXI, os obstáculos - inerentes a própria dinâmica do sistema - causados pela questão ambiental, como o risco de escassez de parte dos recursos naturais produziram uma inflexão no papel do Estado e empresariado, conformando um conjunto de novas orientações no trato da questão ambiental. Dentre as tendências mais simbólicas, assistimos a instauração da gestão ambiental, a reciclagem dos resíduos sólidos, os investimentos em pesquisas científicas e em novas tecnologias, a educação ambiental, além da ideologia do progresso técnico como os mecanismos mais evidentes. Silva (2010)

Tais mecanismos defendem ações voltadas à utilização de tecnologias limpas, fontes alternativas de energia, práticas sustentáveis, como a reciclagem de produtos e matérias-primas além de advogarem a adoção de um padrão ético de comportamento pautado em atitudes “ecologicamente corretas”. De cunho ideológico, estas saídas apontadas pelo capital mostram-se funcionais a dinâmica do sistema e demonstram, que o capital mantém suas estratégias de enfrentamento a questão ambiental restritas a necessidades de sua reprodução. Assim, o sistema atua na defesa de “saídas técnicas” como mecanismos remediadores para os males causados por esse sistema, no entanto, sem alcançar as determinações intrínseca, geradoras da questão ambiental: sua dinâmica destrutiva e perdulária, que como abordado anteriormente no primeiro capítulo, tem como fundamento a redução do homem e da natureza a níveis de mercadoria. Eis, portanto, o aspecto fenomênico da questão:

Naturaliza-se a economia de mercado como algo espontaneamente constituído e inquebrável; isola-se esse debate a uma esfera externa à totalidade social; coloca o tema a partir de saídas moralizadoras e a culpabilização dos indivíduos em particular como causa – estão armadas as bases sobre as quais o capital pode construir o consenso com bases ideológicas em torno de um ideal de sustentabilidade e continuar a reprodução de sua lógica insubsistente tanto ambiental, como (e, sobretudo) socialmente. “É fácil observar, portanto, que tanto na gestão quanto na educação ambiental, a solução proclamada fica no âmbito do comportamento, da ética e da técnica, sem mediações sociais e historicidade.” (LOREIRO apud SILVA 2010, p. 21).

A incorporação destes mecanismos é expressiva desde a publicação do “*Relatório Brundtland*”, em 1987, o ambiente, e notadamente a relação entre ambiente e empresas, converteu-se num tema cada vez mais importante de política pública e de estratégia de negócios. Este relatório constitui um marco na história da

gestão ambiental, ao desenvolver o conceito de “*Desenvolvimento Sustentável*” estabelecendo com muita clareza o papel que as empresas devem ter na gestão ambiental.

Este relatório foi também o principal responsável pela agenda da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que teve lugar no Rio de Janeiro em 1992. Nesta Conferência, foi reconhecida a importância da gestão ambiental em nível intergovernamental. Como destacado em relatório do United Nations Environment Programme – UNEP (2011), a indústria precisa assumir um papel proativo para a Economia Verde, desenvolvendo ações e inovações para o uso eficiente de recursos e o incremento da produtividade. Neste particular, a gestão ambiental anteriormente entendida enquanto função exclusiva do Estado e instituições é agora integrada pelas empresas enquanto “*gestão ambiental privada*”, onde estas passam a assumir “*práticas sustentáveis*”, demonstrando seu “*compromisso*” com uma maior responsabilidade social.

Assim, a gestão ambiental tem feito parte do novo cenário competitivo empresarial. O desenvolvimento de estratégias ambientalmente corretas se deve a razões principais, entre as quais podem-se destacar: (a) menor possibilidade de multas ambientais; (b) redução de custos; (c) a possibilidade de entrada em novos mercados; (d) incremento de receitas; e (e) maior valor para a marca. (BÁNKUTI; BÁNKUTI, 2014, p.172).

O tema da Responsabilidade Socioambiental (RSA) torna-se, dessa maneira, um valor agregado para as grandes empresas, que têm nessas iniciativas uma marca atrativa do público e do investidor “*ambiental e socialmente responsável*”.

Nesse contexto, verifica-se que as empresas vêm incorporando o discurso e a prática da Responsabilidade Socioambiental:

Para manterem-se competitivas no mercado, e como estratégia para valorização de seus negócios. Para tanto, passam a estruturar novas atividades e setores voltados para atenção sobre essas questões – tais como ações voltadas à área de saúde ambiental, responsabilidade socioambiental, projetos ambientais, diagnóstico socioambiental das populações de entorno às plantas industriais – que acabam por complementar e se integrar a outras atividades como a atenção à saúde dos trabalhadores, projetos sociais etc. Processos que, por parte das empresas, requerem a intervenção do Serviço Social e, portanto, abrem um campo de possibilidades de atuação para o assistente social. (ALCÂNTARA, 2014, p.8)

Outro mecanismo de enfrentamento da questão ambiental é a reciclagem dos resíduos sólidos (Silva, 2010). Com um total mundial de resíduos sólidos - produtos da população urbana - de 1,3 bilhões de toneladas por ano, ou 1,2 kg por dia para cada habitante das cidades e com uma previsão de crescimento para 2,2 bilhões de toneladas em 2025, (de 520 milhões de toneladas para 1,4 bilhões) o planeta demonstra os sinais de esgotamento de sua capacidade de absorção dos resíduos da produção humana. Para os especialistas do PNUMA, a gestão dos resíduos e o descarte correto de materiais se tornam cada dia mais imprescindíveis para que o mundo caminhe para um “*Desenvolvimento Sustentável*”.

Assim, do ponto de vista ecológico, o processo de reciclagem constitui uma atividade sustentável, pois economiza matéria prima ao mesmo tempo em que colabora para a redução dos resíduos sólidos e para amenizar os efeitos da poluição. Entretanto, como aponta Silva (2010), a cadeia do lixo constitui um ramo altamente lucrativo. Essa atividade beneficia-se do discurso da “*reciclagem*” enquanto “*prática sustentável*”, para obter matéria prima do lixo, mediante o trabalho do catador de lixo, que realiza uma atividade precarizada, em meio a um ambiente insalubre, além da má remuneração.

O que fica obscuro neste processo é o fato de o catador não ser visto como um produtor de riqueza - ao fornecer matéria prima barata para as indústrias de reciclagem, que ditam o preço da mercadoria – mas, como um “*agente ambiental*”.

Calcada na questão de que a atividade de catação, e conseqüentemente os catadores, sofreram e ainda sofrem ao longo dos séculos uma carga efetiva de preconceitos e de desvalorização de suas atividades, o que se manifesta pela limitada remuneração dessa atividade. Torna-se visível que a situação daquele que dá início a esta cadeia produtiva industrial, isto é, o catador, é totalmente distante daqueles que usufruem a partilha de lucros que as indústrias de reciclagem produzem. (SILVA, 2016, p.5).

As pesquisas científicas e as inovações tecnológicas constituem novos ramos de apostas do capital para o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão ambiental. Neste universo, a biotecnologia e a nanotecnologia geram grande promessa e/ ou expectativa pelo seu desenvolvimento econômico e ambiental. Entretanto, se, de um lado, a utilização da biotecnologia pode colaborar com o desenvolvimento de múltiplos setores benéficos a humanidade, como por exemplo, no tratamento de doenças, na eficiência na produção dos alimentos, como no caso dos transgênicos – organismos que tem a estrutura genética modificada-,

por outro lado, a utilização inapropriada da biotecnologia pode proporcionar conjuntamente, danos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde humana (Silva, 2010). Estudos realizados salientam que uma parcela significativa dos pesquisadores reage de forma contrária acerca da utilização dos alimentos geneticamente modificados, apontando sobre seus riscos, dentre estes, as reações alérgicas. Paulo Queiroz dispõe:

O lugar em que o gene é inserido não pode ser controlado completamente, o que pode causar resultados inesperados uma vez que os genes de outras partes do organismo podem ser afetados. Os genes são transferidos entre espécies que não se relacionam como genes de animais em vegetais, de bactérias em plantas e até de humanos em animais em animais. A engenharia genética não respeita às fronteiras com a natureza- fronteiras que existem para proteger a singularidade de cada espécie e assegurar a integridade genética das futuras gerações. (QUEIROZ, 2010, apud, PIMENTEL, 2013).

A educação ambiental constitui um dos mecanismos mais utilizados pelo sistema capitalista no enfrentamento da questão ambiental. Segundo o artigo 1º da Política Nacional de Educação Ambiental, entende-se por educação ambiental: *“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”*. Fundamentada conjuntamente a ideia do *“Desenvolvimento Sustentável”*, a educação ambiental emerge como um instrumento colocado acima da luta de classes, numa análise do meio ambiente restrita a dimensão ecológica, que advoga a necessidade de uma nova relação ética entre a sociedade e natureza (Silva, 2010).

Por trás do conceito de educação ambiental surgem diversos programas governamentais e não governamentais de cunho educativo que analisam a questão ambiental de forma externa as relações sociais, situando-a no campo da mudança de comportamentos do ser humano com o *“meio ambiente externo”*. Nessa perspectiva, atualmente o debate que envolve a educação ambiental é marcado por um discussão realizada por diversas ONGs que voltam-se para a ações pedagógicas voltadas à *“moral e bons costumes”*.

Iniciativas como da ONG *“SOS Mata Atlântica”*, lançada em 2009 com parceria de uma agência publicitária, são um verdadeiro exemplo desse processo de individualização. Para reduzir o desperdício de água, eles

lançaram uma campanha defendendo que a população deveria “fazer xixi no banho”. Segundo o site da própria ONG, “a proposta visa mobilizar as pessoas para a preservação do meio ambiente e mostrar que uma descarga evitada por dia, resulta na economia de 4.380 litros de água potável por ano.” (SOS Natureza, 2009, apud, PONTES, 2016).

Segundo a União Mundial para a Natureza- UICN, um bilhão de pessoas vivem em áreas onde não há água suficiente para cobrir as necessidades básicas, enquanto 70% de água usada para a agricultura é descartada. (UICN, apud, Silva, 2010, p. 116) Isso sem considerar o aumento exponencial que tem ocorrido no agronegócio: se em 2006 a irrigação correspondia a 861,3 m³/s, em 2010 já representava 1.270,1 m³/s de todo consumo hídrico nacional. Um aumento de 408,8 m³/s, e proporcionalmente esse total representa mais que o dobro de toda demanda doméstica nacional.

Ora, então ainda que todos urinem no banho, que não lavem carros com mangueiras ou tomem banhos rigidamente cronometrados: o problema não será solucionado. Tal afirmativa não supõe nenhuma apologia ao uso indiscriminado da água, no entanto, a partir dos dados fica claro que não vai ser a partir de uma mudança gerada em menos de ¼ da demanda nacional que a “crise da água” vai acabar. (PONTES, 2016).

No mesmo conjunto de medidas ideológicas que não apreendem as determinações constitutivas da questão ambiental, atribuindo a responsabilidade pela questão ambiental ao âmbito individual, a partir da conformação de uma cultura ambientalista - transformando a questão ambiental em uma problemática individual - a pesquisa na escola Estadual Tiradentes sinalizou que 20% dos discentes não se atentam com o consumo de água ao lavarem roupas, calçadas, etc; além do desperdício com a energia elétrica que representa 36% das ações destes alunos, ou seja, *“a preocupação com nossos recursos naturais e a relação dinâmica que existe entre os aspectos sociais e naturais não está clara para estes sujeitos, nem mesmo no que se refere ao aspecto econômico-financeiro”*. Andrade & Lima (2012). Na escola, demarcam os autores:

Apesar de 32% dos alunos afirmarem que já ouviram falar de sustentabilidade, ainda há um total desconhecimento do seu sentido junto à perspectiva ambiental, ou seja, não compreendem que o objetivo da educação ambiental é conduzi-los à adoção de posturas comprometidas com a conservação do ambiente para que não somente esta geração como também as futuras gerações possam usufruir com qualidade dos recursos que, atualmente, já se encontram em situação de escassez. Dentro deste

novo paradigma de educação para sustentabilidade, é notório que esta tarefa se dá nas várias etapas de nossa vida e que, portanto, as dificuldades encontradas pela equipe técnica da escola e por seus professores não é algo atual. Educação ambiental com base em sustentabilidade requer um processo de reaprendizado, ou seja, uma reconstrução de comportamentos e atitudes pautados na ética e na responsabilidade política e social, que necessitam de uma sistematização pedagógica e metodológica a médio e longo prazo. (ANDRADE; LIMA, 2012).

Como aponta Silva (2010), pretensamente neutra, a educação ambiental,

Inserida na perspectiva hegemônica presta um importante papel ideológico: ao delimitar como foco de sua ação pedagógica o convívio humano com a natureza –(...) converte a “questão ambiental” em uma problemática individual, cuja superação dependeria de uma radical mudança de comportamento, cabendo a todos os cidadãos assumir” a sua parte”. O “consumo consciente” e o fim das práticas predatórias seriam de responsabilidade de toda a humanidade. (SILVA, 2010, p,112).

A ideologia do progresso técnico surge no conjunto ideopolítico das alternativas geradas pelo sistema capitalista, na qual se traduz em “*uma crença na onipotência da tecnologia como instrumento capaz de solucionar o conjunto dos obstáculos com que se deparam sistema ao longo de sua trajetória*” (Silva, 2010, p. 138). Nestes termos, o desenvolvimento científico-tecnológico,

Teria adquirido um poder autônomo a partir do qual seria possível explicar a dinâmica da vida social. Sendo assim a história da humanidade e os diversos modos de produzir e viver teriam como força motriz do desenvolvimento da ciência e da técnica no capitalismo do Século XXI. Nesse contexto, afirma-se que o crescimento tecnológico em substituição ao trabalho vivo, o aumento do desemprego em escala mundial e a redução do poder dos sindicatos são expressões de uma nova realidade, radicalmente distinta da anterior. Agora o trabalhador e sua força de trabalho não mais seriam produtores de valor e novas formas de acumulação de riqueza estariam sendo gestadas na esteira da automatização do trabalho, na importância crucial da ciência e das tecnologias da informação, as quais configuram novas formas de organização social. Evidencia-se assim uma leitura reducionista da realidade social. (SILVA, 2010).

Nesse ínterim, é importante reforçar que, a partir da breve exposição dos principais mecanismos de enfrentamento da questão ambiental na contemporaneidade, não se está afirmando que estes, ao defenderem a adoção de tecnologias ditas “*limpas*”, bem como a implantação de “*práticas sustentáveis*”, a partir do desenvolvimento da gestão ambiental nas empresas, a reciclagem dos resíduos sólidos, bem como programas voltados para a educação ambiental, não

constituam medidas importantes para o controle da questão ambiental. Entretanto, estes mecanismos, não podem ser desconectados da discussão em torno da necessária superação do modo de produção atual. Ou seja, não bastam apenas mudanças que enfatizem os aspectos comportamentais, mas faz-se necessário estabelecer uma nova relação entre sociedade e natureza, no qual esta última não seja utilizada a fim de atender aos interesses de uma classe em particular, mas destinada ao atendimento das reais necessidades humanas.

CAPÍTULO III – A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A QUESTÃO AMBIENTAL: uma análise a partir dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016.

3.1 Questão Ambiental e os desafios para o Serviço Social.

De acordo com Silva (2010, p.82), a questão ambiental refere-se “*ao conjunto de manifestações da destrutividade da natureza – cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade*”. Essa compreensão acerca da questão ambiental ressalta que o sistema capitalista, além de degradar a vida, subjugando a classe trabalhadora às precárias condições de sobrevivência, se apropria conjuntamente da natureza devastando-a, e transformando-a em um elemento rentável, reduzida a condição de mercadoria. Esse sistema produz, assim, crescentes desigualdades no acesso aos recursos naturais do planeta e é responsável por sua sucessiva destruição. (Silva; Mara, 2014).

Como agravante dessa realidade, ganha visibilidade nos últimos tempos, uma *crise estrutural do sistema do capital*, diferente das crises cíclicas produzidas pelo próprio sistema. Mészáros (2008) a categoriza como “*a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos*”. A resposta da natureza a tais limites (expressões da questão ambiental) se ilustra conjuntamente na crise ecológica manifesta na “*acumulação de gás carbônico, a elevação da temperatura, o derretimento das geleiras polares e das ‘neves eternas’, a desertificação das terras, as secas, as inundações*” (Löwy, 2010, apud, Silva, Mara, 2014).

As problemáticas ecológicas supracitadas são produto das relações de produção e reprodução sociais peculiares com o modo de produção capitalista, pois, desde a instituição deste modelo produtivo, as relações entre as pessoas determinam-se pelas coisas e através de coisas. Neste particular, os recursos naturais também assumem características sociais específicas cada vez mais valiosas.

De acordo com Silva (2010) as estratégias de enfrentamento apresentadas pelo grande capital à questão ambiental estão voltadas ao intento de reforçar as suas bases hegemônicas: “[...] *converter em seu favor as mazelas de sua produção destrutiva*” (Silva, 2010, p.142, apud, Berger, 2014), ao mesmo tempo em que o sistema reproduz o caráter fetichizado e pretensamente neutro da relação do capital com a natureza.

Ainda de acordo com a análise da autora a gramática da sustentabilidade, *“apregoa a extinta responsabilidade de todos humanos pela atual situação do planeta, da qual deriva a imperativa necessidade de mudanças atitudinais e um comportamento mais respeitoso ante a natureza”*. (Silva, 2008, p. 119), Neste quadro, o conceito de “Economia Verde” constitui um desdobramento das discussões alavancadas nas grandes conferências internacionais que tem como pauta o meio ambiente e tal conceito aponta a economia como protagonista na adesão do capital com o “compromisso socioambiental”. Como aponta Simião (2014), os intelectuais orgânicos do capital têm nesse particular um papel central na disseminação da ideologia dominante defendendo ser, o mercado, o protagonista nessa pressuposta “inclinação” ao “compromisso ambiental”. Desta forma de acordo com Nunes (2016):

Cria-se a falácia de um “capitalismo verde”, de um “capitalismo humanizado” (naturalizando-o enquanto único sistema econômico possível) onde centrado numa educação individualista, passa-se a entender a problemática socioambiental como fruto de um desconhecimento dos princípios ecológicos que gera “maus comportamentos”. (NUNES, 2016, p.8).

De acordo com a perspectiva crítica a questão ambiental é apreendida a partir do desenvolvimento das relações sociais específicas da sociedade capitalista, fundamentadas na exploração da natureza e do homem. Esses apontamentos constituem determinações centrais para a compreensão da *“desigualdade entre classes sociais, expressa nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais e, particularmente, na desigualdade das classes no acesso, domínio e uso dos recursos naturais, e também na distribuição desigual, dos riscos e efeitos negativos de sua utilização”*. (Grossi, 2013, p.5).

De acordo com a análise da autora o conceito de “desenvolvimento sustentável” expressa o ponto de vista conservador e hegemônico do meio ambiente e intensificando o padrão vigente de sociedade, ecológica e socialmente insustentável. Nesta perspectiva, a autora ressalta a centralidade da “politização da questão ambiental” e do papel das classes subalternas na luta pela construção de uma nova sociedade que estabeleça uma nova relação com a natureza. Para tanto, a análise das contradições de classe particulares a sociedade torna-se elementos

centrais para o desvelamento das contradições constitutivas da questão ambiental e a politização da questão ambiental.

De tal modo, ao mesmo tempo em que garante a contínua produção e reprodução da “questão ambiental”, o capital se esforça em atenuar as suas manifestações, gerindo suas contradições através de programas compensatórios, com um discurso de solidariedade e de respeito aos direitos humanos e de defesa do meio ambiente. Em crítica a essas medidas Brito e Miranda (2013) pontuam que é impossível o capital afrontar a desigualdade social e natural sem envolver neste quadro sua dinâmica de acumulação, daí porque: *“o debate ambiental se restringe aos aspectos biofísicos do ambiente – de forte inspiração na ecologia – com a secundarização da questão social, tratando-a de forma genérica como objeto e meio de promoção de uma saída “ambientalmente sustentável”* (Brito; Miranda, 2013).

Santos, et al. (2013) assinalam que é preciso nos distanciarmos da concepção hegemônica e conservadora de questão ambiental, firmemente difundida na mídia, que desconsidera o fato de que as suas raízes estão na forma perdulária do capital de se apropriar privadamente da natureza de forma venal e destrutiva. Sendo assim, cabe-nos denotar que o Serviço Social passa a intervir nas refrações da destrutividade ambiental e social a partir da demanda das classes sociais e do próprio Estado, numa prática fundamentada em seu projeto ético-político. Assim, é de suma importância frisar a relação existente entre “questão social” e questão ambiental. Como foi dito no primeiro capítulo deste trabalho, o assistente social foi chamado a intervir nas disparidades econômicas, políticas e culturais que atingem as classes sociais, encontrando aí seu objeto, qual seja, a *“questão social”*. Assim como outras expressões da “questão social”,

A questão ambiental tem sua origem determinada pelo poder destrutivo e desigual do capital. A questão ambiental é aqui considerada como desdobramento da “questão social”, visto que a maioria da população vive desigualmente as consequências da destrutividade da natureza: nestes casos, a posição de classe e a vivência de expressões da “questão social” coloca as classes trabalhadoras em situações mais graves de vulnerabilidade sócio-ambiental. (ALMEIDA, 2014, p.5).

Desde o início do século XXI a temática ambiental vem interpelando o Serviço Social brasileiro. Desde o período em tela o assistente social e outros profissionais são chamados a debater os problemas ambientais do meio urbano e/ou rural na

produção capitalista. Sobre isso, Gentili (2006, p. 43) defende "*a possibilidade de o Serviço Social desenvolver programas vinculados a outras políticas públicas, como saneamento básico, educação ambiental, educação sanitária, etc.*". (Gentili, 2006, apud, David, Lemos, 2012). Nota-se, no mercado de trabalho profissional, ações desenvolvidas no âmbito do próprio Estado, expressivamente no âmbito da Educação Ambiental. Como afirma Rafael (2008),

A intervenção das assistentes sociais na área ambiental está bem próxima daquela desenvolvida em outras áreas onde atuam estes profissionais: são intervenções voltadas para a administração institucional, gestão de programas e projetos, sendo estas atreladas às tradicionais formas de atuação pautadas em ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e de atribuições que dão suporte à profissão. (RAFAEL, 2008, p. 97).

Segundo Silva (2010) o assistente social é requisitado a atuar na administração institucional da questão ambiental através da gestão de programas e projetos, sendo estes atrelados às tradicionais formas de atuação pautadas em ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, atuando expressivamente nas ações de Educação Ambiental.

Embora não configure um campo de intervenção exclusivo dos assistentes sociais, a educação ambiental – como foco dos programas voltados ao meio ambiente – ganha forma através de campanhas educativas, da realização de seminários, oficinas, reuniões e vem adquirindo visibilidade na agenda profissional seja no âmbito da pesquisa, criando novos objetos de estudo, seja na intervenção cotidiana em projetos e programas socioambientais. (SILVA, 2010, p.42).

De acordo com a autora os assistentes sociais já assistem um crescimento de intervenções profissionais voltadas aos processos de educação ambiental, que estão vinculados, sobretudo à defesa de melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições empregadoras. Portanto,

Aprender a “questão ambiental” como totalidade historicamente determinada, bem como a natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, constitui preocupação de uma parcela dos profissionais do Serviço Social, já que são estes interpelados, cotidianamente, a intervirem nas refrações da destrutividade ambiental, tal qual o são nas manifestações da “questão social”. (SILVA, 2010, p. 30).

Neste sentido, cabe-nos reforçar que a questão ambiental constitui um campo complexo e é permeado pela disputa ideológica acerca de sua compreensão no qual

a análise atualmente hegemônica – naturalista- apresenta, através de um recurso ideológico, como a melhor forma de compreensão e de busca por saídas para a questão ambiental. A partir do reconhecimento desta problemática, reforçamos que o processo de politização da questão ambiental constitui um grande desafio para os profissionais que são chamados a intervir na questão ambiental, dentre estes, o assistente social. Grossi (2014). Tal processo como dito anteriormente demanda o envolvimento de dos sujeitos coletivos das classes subalternas, mediante a participação destes no âmbito da sociedade civil, na luta pela democratização do acesso aos bens ambientais, analisados como bens públicos.

Assim, de acordo com Grossi (2013) entendemos que, para politizar a questão ambiental é fundamental trazer para o debate os sujeitos que experienciam as questões que envolvem a temática ambiental, considerando neste particular, o sentido de política de Gramsci, ou seja, como educação, organização e de construção de um projeto de classe.

Estes espaços de organização presentes na sociedade civil, que são os aparelhos privados de hegemonia, reproduzem a ideologia das classes dominantes, mas, no entanto, outros sujeitos coletivos se contrapõem a esta posição e constroem estratégias de organização e preparação para este enfrentamento. Consideramos que a apreensão das lições históricas de luta, para alimentar o embate em torno da questão ambiental, como uma questão vital e estratégica para as classes subalternas, amplia as possibilidades de disputa destes espaços (GROSSI, 2013, p.9).

Com esses apontamento supramencionados é importante ressaltar que o assistente social ao atuar no âmbito da questão ambiental, visando a politização da questão ambiental, deve buscar incorporar elementos presentes na teoria crítica marxiana que permite a esses profissionais identificar quais são os fundamentos da questão ambiental, bem como sua relação com a dinâmica destrutiva, inerente a dinâmica da acumulação- na busca pela construção de um trabalho democrático que busque respostas as demandas dos sujeitos envolvidos, bem como a participação efetiva dos mesmos. Lembrando que o desafio apresentado ao serviço social é o de *“tornar os espaços de trabalho do assistente social espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, de modo a permitir maior controle por parte da sociedade nas decisões que lhe dizem respeito”*. (Iamamoto, 2009).

3.2 A produção teórica e as experiências profissionais do Serviço Social sobre a Questão Ambiental nos ENPESS (2012-2016) e nos CBAS (2013-2016).

A pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho teve como referência os anais dos CBAS e dos ENPESS, eventos de grande importância histórica para a profissão que, em muito, vem contribuindo para o amadurecimento teórico-metodológico e profissional do Serviço Social brasileiro. Neste item, foram destacadas algumas temáticas mais amplas identificadas nos eventos em questão.

Para o conjunto CFESS/CRESS e para a ABEPSS, o CBAS constitui um fórum de reflexão, debate e deliberação da categoria profissional que se realiza a cada três anos e reúne mais de três mil participantes, entre profissionais e estudantes; é tido como o maior evento do Serviço Social brasileiro e a cada ano reafirma a sua relevância para a categoria. O evento possibilita a socialização de comunicações decorrentes de sistematização da prática e pesquisas. Os debates consistem em construir a agenda das entidades nacionais da categoria – Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

O ENPESS também tem significativa relevância para a categoria profissional. O evento ocorre a cada dois anos e contribui para a formação continuada, para a produção científica e técnica da área, para a socialização das pesquisas, das experiências profissionais, para o fortalecimento da categoria. Realizaremos uma breve contextualização teórico-histórica dos eventos supracitados, contendo sua apresentação, tema central, local de realização, bem como o debate, pautas e apontamentos gerais sobre o mesmo.

O **XIII ENPESS** (2012), realizado em Juiz de Fora - MG, teve como tema escolhido – “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”. O evento trouxe um conjunto de preocupações que procuram orientar tanto a produção do conhecimento na área, como os processos de intervenção profissional do Serviço Social e de áreas afins. Como destacado na página do XIII ENPESS, o avanço do chamado “neodesenvolvimentismo” como suposta estratégia de enfrentamento da pobreza e das desigualdades, delineado nas políticas de governos vigentes em grande parte da América Latina, constitui, atualmente, um projeto hegemônico. Configura-se assim um contexto no qual interessava debater “Qual desenvolvimento, sua (im) possibilidade e para qual projeto de sociedade?”

O **XIV ENPESS** (2014) realizado em Natal – RN teve como tema central: *“Lutas sociais e produção de conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital”*. Como explicitado na apresentação do evento, o tema *“vincula-se à perspectiva de aprofundar a centralidade que as lutas sociais, os processos de resistência e enfrentamento à ordem do capital têm no projeto ético-político profissional”*. (Texto de apresentação do XIV ENPESS). Estes processos refletem-se nos espaços sócio-ocupacionais e no atendimento as demandas e desafios postos aos assistentes sociais, como também oferecem contribuição para a pesquisa e para a produção de conhecimento.

O **XV ENPESS** (2016), ocorrido em Ribeirão Preto - SP teve como tema "20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS". O evento teve como objetivo a discussão do conjunto de determinações que perpassam o processo de formação profissional frente ao processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e os desafios para a reafirmação dos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional. A partir das Diretrizes curriculares de 1996, do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, foi discutido o protagonismo da organização da categoria que construiu um legado crítico para a formação, a pesquisa e para o trabalho profissional, com ênfase para os 70 anos da ABEPSS e 80 do Serviço Social brasileiro.

O **XIV CBAS (2013)**, com o tema central: *“Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social”*, foi realizado em Águas de Lindóia – SP e reafirmou a necessidade de discutir sobre a crise estrutural do capital e seus efeitos destrutivos que atingem os mais variados aspectos da vida social, o que repercute significativamente no exercício profissional do assistente social, visto que ocasiona uma agudização da questão social e a reconfiguração das políticas sociais. Nessa perspectiva, o debate sobre estas questões implica um posicionamento pautado na direção social assumida pela profissão e nos princípios e diretrizes que orientam o projeto ético - político profissional.

O **XV CBAS (2016)** realizado na cidade de Olinda - PE, teve como tema os *“80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”*. O

evento celebrou algumas datas significativas para a trajetória da profissão, pois são 80 anos de criação do primeiro curso que marca o início do Serviço Social no Brasil, 60 anos de fundação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e 20 anos das Diretrizes Curriculares. Segundo dados do evento, nos últimos cinco anos, a categoria de assistentes sociais no Brasil duplicou o seu tamanho. Somos aproximadamente, 170 mil profissionais com desafios constantes e que se ampliam neste contexto obscuro de crise do capital e de ataques aos princípios democráticos e às conquistas de direitos sociais para a classe trabalhadora.

3.3 A interpretação da categoria questão ambiental a partir da análise dos anais dos ENPESS e CBAS (2012-2016).

Nesta análise, o tema da questão ambiental se faz presente nos cinco eventos, CBAS e ENPESS (2012- 2016) através dos seguintes eixos temáticos: “Questão agrária, urbana e ambiental”; (ENPESS, 2012, 2014, 2016) “Questão urbana, agrária e meio ambiente: luta pela terra e condições de vida; (CBAS, 2013) Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social. (CBAS, 2016). A implementação dos Grupos Temáticos de Pesquisas/GTP’s, no ENPESS a partir de 2010, trouxe um aprofundamento das questões relacionadas à pesquisa no Serviço Social. A proposta dos GTP’s está em articulação à direção social estratégica expressa pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e estão representadas por meio de sete grandes eixos relacionados como Serviço Social, sendo estes: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades e Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. (ABEPSS, on line).

Os quadros 01 e 02 demonstram o número total de publicações por encontro e o número de trabalhos que foram escolhidos para análise nos referidos encontros que, de alguma forma, abordavam a questão ambiental, seja através de relatos de

experiências profissionais, ou através de trabalhos que tiveram como objeto o espaço socioambiental enquanto um espaço sociocupacional do serviço social, quanto da divulgação de pesquisas referente a esta área de atuação e sua vinculação com o serviço social.

Quadro 1- Trabalhos publicados nos ENPESS (2012, 2014, 2016)

Anais	Número total de publicações	Trabalhos mapeados
2012	1343	29
2014	1097	23
2016	917	14
Total:	3357	66

Quadro 01 - Número de Trabalhos Publicado no ENPESS Fonte: Sistematizada pela autora com base nos Anais dos encontros (ENPESS: 2012; 2014 e 2016).

Quadro 2- Trabalhos publicados nos CBAS (2013-2016)

Anais	Número total de publicações no Congresso (incluindo todos os eixos)	Trabalhos utilizados na Pesquisa
2013	1120	17
2016	1427	18
Total:	2547	35

Quadro 02- Número de Trabalhos Publicados CBAS e ENPESS Fonte: Sistematizada pela autora com base nos Anais dos encontros (CBAS: 2013 e 2016).

As palavras-chave mencionadas nos artigos tiveram uma importância considerável, pois demonstraram os temas abordados nos artigos o que auxiliou na identificação e análise dos conteúdos. Desta forma, as palavras-chave serviram como norteadores para a percepção da relação estabelecida entre questão ambiental, questão social e serviço social. Com relação às palavras-chave, nos artigos de referência, foram identificadas 458 palavras ou termos diferentes. Dentre as palavras chaves encontradas as 10 palavras – chaves mais citadas estão representadas no quadro a seguir:

Quadro 03 - Palavras chave mais utilizadas

Serviço Social	27
Questão ambiental	23
Questão socioambiental	19
Educação Ambiental	16
Capitalismo	13
Sustentabilidade	11
Desenvolvimento sustentável	8
Meio ambiente	7
Amazonas	6
Produção destrutiva	5

Fonte: anais dos encontros (ENPESS: 2012; 2014 e 2016. CBAS: 2013 e 2016).

A Questão Ambiental é um espaço de atuação emergente para a profissão, tendo com isso uma produção de conhecimento na área também em expansão. Logo, um dos nossos desafios, enquanto pesquisadores da área é criar formas de dar visibilidade a produção do conhecimento do Serviço Social na área ambiental, tendo como objetivo qualificar o debate, subsidiando a categoria profissional inserida neste espaço e contribuindo, para o reconhecimento social da profissão na área. A partir da análise das palavras-chave foi possível apreender que o universo ambiental é composto por uma diversidade de temas e de perspectivas que tem sido utilizadas pelos assistentes sociais em seu exercício profissional na área ambiental.

Assim, o profissional se depara com a necessidade de obter conhecimentos que vão desde a apreensão da relação entre a questão ambiental com a sociedade capitalista (no qual muitos autores, a partir desta perspectiva designam a questão ambiental de questão socioambiental) não excluindo deste universo, os impactos causados pela produção destrutiva imposta pelo capital para a produção de mercadorias e seus impactos na natureza, sejam estes em níveis globais como aquecimento global (resultado das elevadas emissões de Co2 pelas empresas capitalistas) até os impactos locais, que atingem as comunidades que localizam-se no entorno dos empreendimentos que produzem estes impactos não apenas na natureza, bem como na saúde humana.

Além destes elementos, cabe aos profissionais o conhecimento dos aspectos da política ambiental brasileira, especificamente no que diz respeito à Lei nº 9.795/1999 que dispõe sobre a Política de Educação Ambiental. Ao mesmo tempo, que estes dados sinalizam a diversidade e a extensão de temas que o universo ambiental, possibilita ao serviço social, uma instrução cada vez mais especializada para responder às demandas que são postas no cotidiano do seu exercício profissional na área ambiental.

Para o desenvolvimento do estudo foram definidas sete categorias analíticas, utilizadas no formulário – em anexo- para análise dos artigos. Tais categorias foram definidas a partir da constatação da incidência com que eram expressas nos trabalhos. São estas: a) Concepção e entendimento sobre a relação serviço social e questão ambiental; b) Observações acerca da relação entre a concepção profissional e a intervenção retratada no artigo; c) Relação/ vínculo observada entre profissional e sujeitos atendidos; d) Concepção de profissão: significado e importância do serviço social inserido no contexto da questão ambiental; e) Concepção dos profissionais sobre questão ambiental; f) Concepção dos profissionais sobre questão social e g) Desafios descritos no contexto do trabalho.

Com vistas a possibilitar uma maior visibilidade numérica, apresenta-se um quadro com o quantitativo identificado em relação às chaves analíticas. A primeira coluna expressa o quantitativo respondido dos referidos itens do formulário, já a segunda demonstra o quantitativo não respondido pelos itens que compunham a estrutura do formulário de análise.

Quadro 04- Relação dos itens respondidos na estrutura do formulário de análise

Itens do formulário	Percentual de respostas	Percentual de respostas
	SIM	NÃO
Concepção e entendimento sobre a relação serviço social e questão ambiental	22	79
Observações acerca da relação entre a concepção profissional e a intervenção retratada no artigo	23	78
Relação/vínculo observada entre profissional e sujeitos atendidos;	22	79
Concepção de profissão: significado e importância do serviço social inserido no contexto da questão ambiental;	38	63
Concepção dos profissionais sobre questão ambiental	49	52
Concepção dos profissionais sobre questão social	35	66
Desafios descritos no contexto do trabalho.	28	73

Fonte: Sistematizado pela autora com base nos anais dos encontros (ENPESS: 2012; 2014 e 2016. CBAS: 2013 e 2016).

A partir da análise do quadro acima pode-se constatar que a maioria dos artigos não obteve a resposta às chaves analíticas estabelecidas nos formulários para a realização desse estudo. Ressalta-se que dos 101 artigos, apenas 6 descreveram os 7 itens o que representou um percentual baixíssimo (6,06%) em relação ao conjunto do material pesquisado.

Acerca das instituições no qual vinculam-se os profissionais – e que foram claramente mencionadas nos trabalhos possibilitando sua identificação- foram identificadas 20 instituições, ou seja, as organizações as quais os profissionais estão

vinculados. Destas, 9 caracterizam-se como centros de ensino, sendo 6 universidades federais, 1, universidade privada 1 instituto federal e 1 escola estadual.. O quadro a seguir demonstra a relação das instituições identificadas nos trabalhos.

Quadro 05 – Especificação das instituições as quais os profissionais estão vinculados

Instituição	Categoria
Universidade Federal do Sergipe Universidade Federal do Amazonas Universidade Federal de Santa Catarina Universidade Federal Fluminense Universidade Federal do Maranhão Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Universidades Federais
Centro Universitário Estácio da Amazônia	Universidade privada
Escola Estadual Tiradentes- Manaus	Escola Estadual
EMBASA – BA	Empresa brasileira concessionária de serviços de saneamento básico
Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur).	
RESEX Catuá-Ipixuna	Unidades de Conservação
IEMA	Instituto Estadual de Meio ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
CRAS - Bom Jesus/RN.	Centro de Referência de Assistência Social.
(FUCONAMS)	Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul

Instituto Federal do Acre	Instituto Federal
Secretaria do Verde e Meio Ambiente SP.	Secretaria
FAB - Força Aérea Brasileira	Forças Armadas do Brasil
Centro Sul Brasil de Pesquisa, extensão e pós graduação/Universidade Estadual do Maranhão	Universidade Estadual
Grupo de Estudo e Formação do Programa de Educação Tutorial (PET) - Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Programa de Educação Tutorial

Quando observamos as regiões identificadas nos artigos dos CBAS e ENPESS (2012-2016), estão localizadas no Nordeste (AL, CE, MA, PB, RN e SE), no Sudeste (ES, MG, SP e RJ) no Sul (PR, SC e RS), no Norte (RO, RR, AM, PA e AC) e no Centro – Oeste (DF, MT e GO). No gráfico a seguir encontram-se os estados e o número de produções da categoria nos encontros (CBAS e ENPESS)

Quadro 06- Regiões identificadas nos artigos

ESTADO	ANO	NÚMERO DE TRABALHOS	TOTAL POR ESTADO
ALAGOAS	2012	1	1
AMAZONAS	2013	5	19
	2012	5	
	2014	6	
	2016	3	
BAHIA	2013	2	2
CEARÁ	2013	1	2
	2016	1	
DISTRITO FEDERAL			
ESPÍRITO SANTO	2012	1	1
GOIÁS			
MARANHÃO	2013	1	1
MATO GROSSO			
MATO GROSSO DO SUL	2012	1	2
	2016	1	

MINAS GERAIS			
PARÁ	2014	2	3
	2016	1	
PARAÍBA	2016	1	1
PARANÁ	2013	1	1
PERNAMBUCO	2012	3	5
	2014	1	
	2016	1	
PIAUÍ	2014	1	1
RIO DE JANEIRO	2016	2	2
RIO GRANDE DO NORTE	2012	4	5
	2016	1	
RIO GRANDE DO DO SUL	2014	1	1
RONDÔNIA			
RORAIMA			
SANTA CATARINA	2012	1	1
SERGIPE	2013	2	5
	2012	1	
	2014	2	
SÃO PAULO	2016	3	3
TOCANTINS	2013	1	1

DADOS GERAIS:

TOTAL DE TRABALHOS: 101

TOTAL DE TRABALHOS COM ESTADOS MAPEADOS: 57

TOTAL DE TRABALHOS SEM IDENTIFICAÇÃO DOS ESTADOS: 44

Este estudo buscou identificar conjuntamente a incidência de utilização das principais referências utilizadas pelos assistentes sociais na fundamentação de suas análises acerca da questão ambiental. A pesquisa considerou numericamente as 10 referências principais mais utilizadas. Podemos apresentar as seguintes observações em relação às referências bibliográficas constantes nos artigos.

Quadro 07- Identificação dos autores mais utilizados no Serviço Social e quantidade de vezes em que estão referenciados nas bibliografias

Autores	N ° de vezes referenciadas nas bibliografias
Maria das Graças e Silva	34
István Mészáros	21
Carlos Frederico B. Loureiro	19
Enrique Leff	17
Maria do Perpétuo Socorro Chaves	16
Marcos Reigota	11
Foster	9
Michael Löwy	9
Guilhermo Foladori	8
Ignacy Sachs	6

Fonte: anais CBAS e ENPESS (2012-2016)

Os desafios descritos no contexto do trabalho foram outra chave analítica deste estudo. Os desafios apontados apontam que como profissional capacitado para elaborar, implementar, coordenar e executar políticas públicas, o assistente social deve conhecer aspectos históricos que constituem as desiguais relações sociais, que na atualidade, configuram-se como desafios a emancipação humana, o direito de acesso a serviços públicos de qualidade e ao meio ambiente saudável. Desse modo, conforme Silva (2010), elucidar a natureza teórica e política do trabalho com educação ambiental constitui para os profissionais de Serviço Social um dos principais desafios enfrentados na contemporaneidade, tendo como objetivo identificar a suas determinações causais e historicamente construídas.

A pesquisa demonstrou que considera-se importante este debate, tendo em vista a prática investigativa, crítica e reflexiva do Assistente Social. Desse modo, a perspectiva do alcance do desenvolvimento sustentável nos evidencia que o capital busca “saídas” perante aos problemas emergidos pela sua própria dinâmica estrutural, mediante a recorrência a um discurso ideológico de “compromisso ambiental”. Assim, a crise ecológica que da visibilidade a questão ambiental esta,

em nossa compreensão, diretamente articuladas com o modo de (re) produção capitalista. Nessa perspectiva um dos maiores desafios posto aos profissionais de serviço social, é a supressão da dicotomia cultural entre o ecológico e social. Aos assistentes sociais cabe, não de modo exclusivo, a elaboração de aportes teóricos que permitam desmitificar as contradições históricas do capitalismo e propor alternativas para superar os limites vigentes. A partir desses esclarecimentos, salienta-se que um dos principais desafios ao Serviço Social, consiste em desvendar os fundamentos das formulações das propostas de Educação Ambiental, seus paradigmas, suas finalidades e influências nas práticas individuais e coletivas, ou seja, desvelar sua natureza teórica e política, uma vez que:

A ausência (ou insuficiente) problematização das demandas estreita o leque de possibilidades da profissão, confinando-a a limites previamente estabelecidos. Assim, corre-se o risco de se verem questões referentes ao lixo, à água, à energia, ao saneamento básico, entre outras – as quais vêm requisitando cada vez mais o Serviço Social –, serem tomadas em si mesmas, como problemáticas circunscritas aos limites territoriais específicos de uma dada área e deslocadas do universo complexo que implica a “questão ambiental”. As estratégias a serem adotadas, como consequência, remontam às mudanças comportamentais e à incorporação, acrítica, das requisições institucionais pelos usuários (SILVA, 2010, p. 156).

Assim, a superação desses desafios implicará em ações que rompam com as práticas autoritárias, com o viés psicologizante e moralista que caracterizaram a gênese do Serviço Social, bem como que tenham como direção a Educação Ambiental crítica, transformadora e/ ou emancipatória, rompendo com perspectivas que “*responsabilizam*” e culpabilizam os sujeitos, principalmente a camada subalterna, pelas mazelas da questão ambiental e com isso, almejam mudanças comportamentais com vistas à manutenção da sociedade capitalista.

Esse cenário impõe novos desafios e perspectivas para os assistentes sociais e a necessidade desta profissão – não de modo exclusivo- entender as relações que se instituem na sociedade capitalista, o que vai exigir destes profissionais um direcionamento ético-político e técnico-operativo consistente em torno da busca do fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho. Assim, cabe aos profissionais inseridos no campo ambiental a tarefa de desmitificar o objetivo amplamente divulgado pelo meio empresarial e pela mídia, no sentido de um capitalismo “humanizador”, ecologicamente responsável.

Como dito anteriormente na pesquisa teórico - documental, buscou analisar anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS (2012, 2014, 2016) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS (2013, 2016). Existe, na organização destes eventos, uma grande área denominada: “Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”, os artigos escolhidos para a pesquisa, foram aqueles inseridos no eixo a Questão Ambiental e Serviço Social. Para a identificação dos artigos, partiu-se primeiramente da verificação do título, do conteúdo descrito nos resumos e das palavras-chave. Como os anais dos referidos eventos organizam-se na apresentação de trabalhos, nas categorias de: comunicação oral, pôster e mesas coordenadas, definiu-se por utilizar como referência as comunicações orais. O caminho metodológico explorado para a realização das análises dos anais dos CBAS e ENPESS seguiu os seguintes passos: a) identificação dos artigos nos anais dos ENPESS e CBAS por meio de um formulário (Anexo I) que incluía a descrição do eixo temático, do título do artigo, dos principais elementos de identificação do assunto abordado e a identificação do autor b) em seguida, procedeu-se a análise dos materiais de acordo com os referenciais ou categorias analíticas definidas.

Sendo assim, para nortear os estudos, os trabalhos encontrados foram agrupados em sete campos temáticos, que foram produzidos a partir dos artigos dos eventos analisados: **1) Questão Ambiental e Serviço Social 2) Educação Ambiental 3) Desenvolvimento Sustentável 4) Questão Ambiental e Saúde 5) Responsabilidade Socioambiental 6) Populações Amazônicas 7) Impactos socioambientais 8) Resíduos Sólidos.** Os itens foram desenvolvidos a partir das abordagens situadas nos artigos dos ENPESS e CBAS (2012-2016) identificados para a construção da presente pesquisa. A escolha de tais grupamentos se deu com base nas constatações das principais temáticas abordadas pelos assistentes sociais sobre a questão ambiental, considerando-se, principalmente, a frequência com que os mesmos apareceram, bem como o conteúdo abordado, buscando identificar por que caminhos este debate se insere no universo de interesses da profissão.

3.3.1 Questão Ambiental e Serviço Social.

Diante do modo de produção capitalista a questão ambiental tal como se manifesta na atualidade pela crise ecológica é resultado de um processo de transformação da natureza em fonte de lucros. As evidências deste processo em sua relação com a sociedade se manifestam principalmente na escassez dos recursos não renováveis, no aquecimento global. Tais fatores demonstram uma contradição entre a necessidade de expansão da produção capitalista e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento (Silva, 2010). A cerca da questão ambiental Leff (2007) pontua que,

Certo que esta se desenvolve dentro das contradições do capitalismo contemporâneo, em que, à medida que acontece a expansão do modo de produção capitalista, também ocorre o agravamento da questão social, e concomitantemente da questão ambiental. Neste sentido, é importante destacar que compreender claramente a problemática ambiental requer perceber que esta perpassa os processos ecológicos, históricos, sociais, econômicos, tecnológicos e culturais, inseridas na dinâmica histórica do modo de produção dominante nas sociedades ocidentais. (LEFF, 2007, apud, RODRIGUES; et al 2013).

Carnevale (2012) apresenta uma síntese de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que buscou apresentar dados quanti-qualitativos, sobre a questão ambiental na categoria profissional, tendo como base os ENPESS – Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social ocorridos entre 2000 a 2008. A pesquisa pautou-se em análises documentais e bibliográficas, estas demonstraram que a profissão ainda trata a questão ambiental de forma embrionária. Na análise considera-se a questão ambiental:

Como um conjunto de agravantes vinculados a degradação do meio ambiente, que tem origem nas ações humanas ao longo do tempo. Desse modo, entendemos que a inserção do Serviço Social na temática ambiental é de suma importância para a categoria profissional, tendo em vista que os problemas ambientais estão intimamente ligados a questão social, e, para que os profissionais possam intervir nas mais diversas expressões da questão social, devem identificar os fatores ambientais que prejudicam, ou possam prejudicar a população usuária. (CARNEVALE, 2012, p.3).

De acordo com Carnevale (2012) nesses oito anos de encontro de maneira geral, a questão ambiental foi trabalhada de modo muito marginal, pois, dos dois mil setecentos e quatro (2.704) trabalhos aprovados nos cinco (5) encontros, apenas

quarenta (40) abordaram a questão ambiental, o que significa um por cento (1%) do total dos trabalhos aprovados ao longo do período. O autor analisou vinte e sete (27) trabalhos que abordaram a temática ambiental, destes, doze (12) se enquadraram como pesquisas de campo, onze (11) como análises teóricas e quatro (04) como relatos de experiência profissional. Um fator relevante é que a questão ambiental apenas foi inserida como tema de um subeixo a partir de 2006, no X ENPESS. Sobre esse encontro na visão do autor pontua duas considerações. A primeira é que,

Apesar de ter aumentado significativamente o número de trabalhos aprovados pela comissão do evento em vinte e nove e setenta e quatro por cento (29,74%), comparado ao encontro anterior, o número de trabalhos no eixo selecionado é irrisório, assim como as produções científicas que abordam a temática. A segunda consideração se refere a dois trabalhos, que possibilitaram a discussão sobre a má qualidade de vida dos cidadãos, com o avanço do desenvolvimento neoliberal, vinculando a degradação ambiental como um dos principais fatores. Além disso, os referidos trabalhos reconheceram o Serviço Social como uma das profissões competentes no exercício de atividades que conduzam ao desenvolvimento sustentável. (CARNEVALE, 2012, p.8).

Partindo desse reconhecimento autores como Santos (2007), Bourckhardt (2010), Silva (2010), Silva e Rafael (2010), Nunes (2012), Sauer e Ribeiro (2012), Silva (2012), dentre outros, referem que há uma escassa inserção da temática ambiental no âmbito da formação profissional. A esse respeito, a pesquisa de Silva e Nunes (2014) ressalta as seguintes falas de profissionais acerca da relação entre questão ambiental e Serviço Social: *“nós viemos muito “cru” da universidade. Temos um conhecimento teórico e é na prática que vamos ver como realmente é o trabalho do Serviço Social”*. Outra fala destacada pelos autores destaca que *“o estudante vai aprender fazendo também, vai aprender buscando, atuando, participando, lendo documentos sobre a área para se apropriar do conhecimento, porque a universidade não prepara”*. Uma das entrevistadas pelos autores firmou que:

[...] os estudantes têm bastante dificuldade de lidar com essa questão, não só os do Serviço Social, em geral todos os estagiários [...]. A questão da mobilização da comunidade os estudantes até têm bastante ideias, para a geração de trabalho e renda também, economia solidária, cooperativas, têm algumas instituições hoje que mostram um pouco disso no curso de Serviço Social, mas a educação ambiental não. [...] não tem nada de teoria, e os estudantes chegam na prática e não tem a mínima noção do que vão fazer, qual a relação do curso com essa área. (NUNES e SILVA, 2014).

A “questão social” se apresenta como decorrência da contradição entre capital e trabalho e, como tal, se expressa em suas múltiplas refrações (Netto (1996) lamamoto e Carvalho (2007). Em conformidade com o desenvolvimento histórico dessa contradição, cada refração da questão social manifesta-se em cada conjuntura histórica, devido às peculiaridades de maturação própria do sistema capitalista. Nesse contexto de acumulação capitalista, a questão social metamorfoseia-se, adensando “*novas determinações e relações sociais historicamente produzidas*” (lamamoto, 2010, apud, Brito, 2013, p.7), modernizando-se e assumindo na cena contemporânea uma nova face.

Neste quadro, dando concretude, entre outras expressões, a questão ambiental, como uma das manifestações da questão social emerge como força global, na segunda metade do século XX, na fase tardia do capitalismo. (Silva, 2016). Sob essa ótica, pode-se dizer que nessa conjuntura na qual os problemas ambientais são socialmente produzidos pelo capital, a questão social é redimensionada e metamorfoseia-se em *questão socioambiental*.¹⁸

De acordo com Guerra (2007), é no cotidiano que se manifestam as expressões da questão social onde o profissional do Serviço Social, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade do capital, responde a um conjunto de necessidades da sociedade capitalista que são colocadas a estes profissionais através de demandas postas à profissão (Guerra, 2007, apud, Cyrino e Silva, 2014). As demandas postas a profissão ganham materialidade nos espaços sócio-ocupacionais, quando o assistente social se depara com as condições precárias de vida e trabalho da população, condições essas resultado das desigualdades sociais produzidas entre a produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada. (lamamoto, 2007).

Pontuamos que a questão ambiental constitui uma das expressões da questão social que demandam a intervenção profissional do serviço social na contemporaneidade. Neste particular, como forma de enfrentamento à questão ambiental, a categoria sustentabilidade é abordada no contexto macroscópico da

¹⁸ A emergência do termo *socioambiental* é determinada, conforme Veiga (2007), pelo reconhecimento recente e incipiente da comunidade científica e sociedade em geral “[...] sobre os riscos e as incertezas que as sociedades enfrentarão por conta da degradação ambiental” (Idem, 2007, p. 10). A legitimação desse neologismo não é uma mera junção entre os termos social e ambiental, mas deve-se ao reconhecimento de que as mudanças sociais estão intrinsecamente relacionadas às mudanças decorrentes da relação homem-natureza, à medida que se reconhece que os reflexos do modelo de desenvolvimento adotado afetam diversas dimensões da vida em sociedade, dentre estas a saúde pública. (Brito, 2013).

dinâmica contraditória da sociedade burguesa onde se engendra a prática social, enquanto que instrumentalidade refere-se às micros situações, ou seja, a maneira como a profissão responde às contradições sociais postas diante da prática profissional (Iamamoto, 2008, apud, Cyrino e Silva, 2014). Diante disso, os profissionais que são chamados a intervir na questão ambiental precisam ter compreensão acerca das contradições pertinentes ao capitalismo, ou seja, da riqueza socialmente produzida que contraditoriamente impulsiona a pobreza e a degradação ambiental, sendo fundamental a estes profissionais a identificação das possibilidades de atuação nesta área. No caso específico do Serviço Social:

[...] pode-se relacionar a importância da ação profissional no trato das questões ambientais, enquanto uma das expressões da questão social, ou seja, estão intimamente interligadas, não havendo como dissociá-las. Uma vez que a exacerbação da questão ambiental e suas múltiplas expressões vêm configurando novos espaços sócio ocupacionais que se abrem ao Serviço Social – adensado tanto pelas ações desenvolvidas no âmbito do próprio Estado quanto nos programas de responsabilidade socioambiental das empresas (SILVA, 2010) –, identificam-se potencialidades da atuação deste profissional contribuindo, no âmbito da atuação democrática, para uma “[...] consciência ambiental e socialmente crítica e de uma cultura política assentada nos princípios da autonomia e da autodeterminação dos sujeitos na busca pela satisfação de suas necessidades e da apropriação coletiva dos recursos da natureza” (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 8, apud, SILVA e NUNES, 2014)

A partir desta constatação, é importante ressaltar que o debate ambiental é composto por uma diversidade de tendências e um alto grau de divergência teórica e política. É preciso reter que são apregoados condutas e comportamentos “ecologicamente corretos”, impondo aos trabalhadores capacitação nos assuntos referentes ao meio ambiente como forma de estarem aptos a intervir e atuar em questões transversais ao assunto, como saneamento e habitação, por exemplo. Nota-se que tais requisições tratam a questão ambiental de forma externa à questão social e, assim, ao próprio sistema capitalista. Assim, nos deparamos tanto com correntes mais tradicionalistas, como a chamada de *Preservacionismo*, que sugere a preservação total da natureza sem qualquer intervenção ou ação humana, até debates relativamente recentes que defendem uma relação “harmônica” do homem com a natureza, como apregoados pelos conceitos de *Desenvolvimento Sustentável* e *Sustentabilidade*, tanto com perspectivas que apontam para uma leitura crítica da questão ambiental, concebendo-a enquanto uma das expressões da questão social.

A partir desta leitura, que parte da crítica da economia política clássica, da análise da gênese de desenvolvimento do capital e das relações homem e natureza através do *trabalho*, é possível fundamentar o conceito “*questão socioambiental*” (Pereira, 2014). Nunes (2012) aponta conjuntamente que os estudos da questão ambiental devem ter como direção a compreensão de que esta possui uma relação indissociável com os modelos econômicos produtivistas atuais e suas contradições. Neste universo, interessa-nos afirmar como analisado por Nunes, Santos e Araújo (2013) que, para o Serviço Social, as bases da questão ambiental remontam às raízes da questão social: “*a produção social é cada vez mais social enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade*”. (Iamamoto, 1998). Essa mesma lógica perpassa o uso dos recursos ambientais cuja apropriação é venal e direcionada a pequenos segmentos e os custos dos impactos ambientais ocasionados pelo uso desordenado de tais recursos são sentidos, de forma desigual, entre as classes ricas e as empobrecidas.

3.3.2 Educação Ambiental.

No eixo Educação Ambiental, foram identificados trabalhos cujos conteúdos dizem respeito principalmente ao trabalho de conscientização feito pelos profissionais de Serviço Social junto à população sobre os cuidados com a natureza. No tocante a gestão dos recursos ambientais, a Educação Ambiental (EA) está fundamentada na Lei nº 9795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 4281/02, em seu art. 6º e preconiza que devem ser previstas ações de EA “[...] *nas atividades de licenciamento e revisão de atividades efetivas e potencialmente poluidoras*”. (BRASIL, 2002, p.01). A Educação ambiental, para cumprir sua finalidade:

Conforme definido na Constituição Federal, na Lei 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu Decreto regulamentador (4281/02) deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias, para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, exerçam o controle social da gestão ambiental pública. (NUNES; et al, 2013)

Na linha de raciocínio dos defensores da Educação Ambiental, acredita-se que a educação constitui uma ferramenta importante para sensibilizar o homem fazendo com que este encontre seu lugar na natureza. Sob esta perspectiva e no que diz respeito às atividades de licenciamento, a Educação Ambiental, conforme documento de orientações pedagógicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente/IBAMA, estimula a organização de programas desenvolvidos que promovem a organização coletiva para o controle social da gestão ambiental. Nunes, et al (2013).

Segundo o IBAMA a Educação Ambiental no licenciamento¹⁹ tem como objetivo incluir na gestão os sujeitos afetados pelos impactos ambientais buscando promover uma participação qualificada na realidade socioambiental. Portanto, é necessário que as ações neste âmbito estimulem mecanismos de ensino-aprendizagem no possibilitar a atuação dos grupos sociais na formulação, implementação e avaliação de programas e ações ambientais (IBAMA, 2005, apud, Ribeiro; Oliveira; et al, 2013). Partindo dessa leitura Loureiro (2009) assinala que a Educação Ambiental está diretamente envolvida com a “*gestão dos conflitos de uso e distributivos ocasionados por um empreendimento*” (Loureiro, 2009, apud, Nunes et al. 2013), o que exige práticas de Educação Ambiental que sejam capazes de gerar a autonomia dos sujeitos impactados por um determinado empreendimento, de modo que estes sujeitos possam intervir nas decisões sobre a transformação das condições socioambientais da realidade em que vivem. É importante destacar conjuntamente que o autor concebe a Educação Ambiental como um campo “*amplo, diverso e contraditório*”, Loureiro (2012), afirmando que, no processo de gestão ambiental, a Educação Ambiental assume uma perspectiva teórica crítica, emancipatória e transformadora, uma vez que:

A educação no processo de gestão ambiental pública significa fundamentalmente estabelecer processos sociais, político-institucionais, e práticas educativas que fortaleçam a participação dos sujeitos e grupos em espaços públicos, o controle social das políticas públicas e a reversão das assimetrias no uso e apropriação dos recursos naturais, tendo por referência os marcos regulatórios da política ambiental brasileira. (LOUREIRO, 2012, p.39, apud, NUNES; et al. 2013).

¹⁹ O licenciamento ambiental consiste em [...] um instrumento de gestão ambiental pública que [autoriza] e [regula] a privatização do uso dos bens ambientais os quais podem ser um recurso específico ou um processo ecológico, como um mineral potencial energético ou a navegabilidade de um rio e a proteção de uma enseada ou estuário. (ANELLO, 2009, p.75, apud, NUNES, et al 2013).

De acordo com Santos et al. (2013) as experiências de Educação Ambiental manifestam a capacidade de retornar sobre novas bases, as funções de organização e mobilização popular, historicamente atribuídas e desenvolvidas pelos assistentes sociais. De acordo com os autores a inserção do assistente social no Programa de Educação Ambiental (PEAC) executado pela PETROBRAS, como condicionante para o consentimento pelo IBAMA, da licença ambiental, para o cumprimento das atividades de extração e exploração de petróleo e gás no mar, tem colaborado para a garantia dos direitos socioambientais. A PETROBRAS, na sua unidade de negócio Sergipe/ Alagoas, assinou um convênio com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, objetivando desenvolver o projeto de pesquisa e desenvolvimento social que integra o PEAC. As ações desenvolvidas no projeto estão voltadas para Educação Ambiental, esta constitui-se no âmbito do PEAC enquanto uma competência profissional do assistente social na área da assessoria²⁰.

O projeto é desenvolvido junto aos usuários dos serviços e das políticas sociais tem como público-alvo moradores de comunidades de doze municípios, destes dez localizam-se no Estado de Sergipe e dois na Bahia. De acordo com a pesquisa o PEAC volta-se ao atendimento das necessidades dos pescadores (as) artesanais e marisqueiras por serem estes o grupo mais afetado pela atividade petrolífera da PETROBRAS no litoral. Ao realizarem as atividades e demandas do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social PPDS, os docentes, assistentes sociais e estudantes de Serviço Social:

Desenvolvem competências de assessoria, no sentido de construir coletivamente um espaço de trabalho que promova a articulação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas

²⁰ Atualmente a assessoria é entendida como: Ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e tem uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado com capacidade de apresentar claramente as suas proposições (MATOS,2010, p.31, apud, NUNES, SANTOS e ARAÚJO, 2013).A assessoria no Serviço Social está intimamente atrelada aos esforços com a concretização do projeto ético-político profissional que por sua vez tem grande relação com os princípios da Educação Ambiental expressos na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que aponta para: “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, [além de preconizar] a defesa do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das expressões da questão ambiental em âmbito local, regional, e global e, e o [...] respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999. p. 02)

constitutivas da profissão, assegurando ainda um importante espaço formativo para os profissionais e estudantes, que encontram, no PPDS, um campo para desenvolver a extensão, a pesquisa e o estágio obrigatório e/ou não obrigatório. Vale registrar que entre 2009 – quando o DSS projeta o PPDS e passa a coordená-lo – a 2013 foram inseridos no projeto 26 estudantes/ estagiários, produzidos 04 relatórios de estágio e realizados 08 Trabalhos de Conclusão de Curso no âmbito do PPDS, corroborando a recíproca contribuição entre as áreas, inclusive na produção de conhecimentos. (SANTOS; ARAÚJO, 2012, apud, SANTOS et al. 2013, p.8).

No que se refere aos instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais, no âmbito do PEAC, Oliveira (2011) afirma que estes profissionais “*buscam desenvolver atividades que fomentam a participação qualificada dos grupos sociais no processo de gestão dos recursos naturais*”. (Oliveira et al, 2011, apud, Santos et al, 2013, p.6). É relevante enfatizar que os profissionais também realizam atividades dentro da própria equipe, os quais buscam um constante aperfeiçoamento de seu arsenal técnico-operativo. Dentre essas atividades destaca-se:

As capacitações que acontecem regularmente com a equipe, que possibilitam um maior conhecimento e apropriação de temáticas essenciais, visando uma melhor intervenção na realidade dos sujeitos. Também os planejamentos mensais com toda a equipe do PPDS, em que ocorre o monitoramento e avaliação das suas atividades; os momentos de sistematizações e as supervisões com os estagiários do Programa, estas que compreendem momentos de extrema importância por permitir a troca e a crescente complementaridade de informações entre o profissional e estagiário, constituindo-se em um aprendizado constante e na articulação teórico-prática. Nas atividades realizadas pelos profissionais nas comunidades da área de abrangência, podemos mencionar o assessoramento ao Conselho Gestor do PEAC, que busca a “capacitação dos conselheiros, com vistas a incentivar sua autonomia na tomada de decisão junto ao processo de licenciamento ambiental”. (OLIVEIRA et al. 2011, apud, SILVA; SANTOS, 2014).

Neste contexto, a Educação Ambiental estimula aos profissionais e estagiárias do PEAC que configurem um processo de assessoria, considerando-se:

A necessidade de uma postura investigativa propõe-se conhecer a realidade de determinada comunidade através de estudos sócio econômicos e ao mesmo tempo fazer a observação participante. Esses dados tem valor teórico quando sistematizados em diários de campo e relatórios e, na adoção de uma postura reflexiva, são analisados visando a problematização destes na socialização junto às mulheres marisqueiras. O momento da socialização das informações analisadas é ponto de partida para a adoção de uma postura interventiva e propositiva junto ao sujeito da ação educativa, e neste além do debate dos dados busca-se, de forma dialógica pensar estratégias de articulação política, entre as trabalhadoras e demais sujeitos políticos com vistas à superação das condições precárias

de trabalho. Para isso, são executadas atividades de formação política no intuito de fazer a mobilização do segmento e qualificação da intervenção dos grupos organizados, capacitando-os para uma participação qualificada e ativa na gestão ambiental e no acesso aos direitos sociais. Finalizamos apontando que esse contexto configura-se como antagônico e contraditório pois, responde as necessidades de produção do capital, através da indústria petrolífera e por outro lado viabiliza potencialidades ao trabalho através da viabilização de fortes elementos heurísticos ao público-alvo que levem a questionar as bases da dominação a que estão submetidas, eis a maior contribuição da Educação Ambiental no licenciamento a formação profissional em Serviço Social. (SANTOS et al, 2013).

Neste mesmo sentido, visando a participação direta da população nas demandas socioambientais o Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS/BAHIA) é uma resolução da EMBASA, desenvolve ações tendo em vista a consolidação da Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Os objetivos específicos do Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS/BAHIA) são:

Promover o debate sobre a questão ambiental e suas inter-relações nos diversos espaços; capacitar e formar atores sociais na metodologia do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento; planejar e desenvolver ações fundamentadas nos processos de educomunicação socioambiental; consolidar a Educação Ambiental na sua totalidade, sobretudo na relação com o saneamento, a saúde e a melhoria da qualidade de vida da população; articular as redes existentes nos espaços sociais dos municípios para instituir o diálogo e a formação de coletivos educadores; e, contribuir com as escolas locais, na inserção do componente Educação Ambiental, de acordo com as Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e da Política de Educação Ambiental (PNEA). (JESUS et al. 2013, p.4).

De acordo com Jesus (et al 2013) o referido programa tem caráter de orientação das ações de saneamento e enfatiza a necessidade de articulação com políticas públicas, estimulando a participação e o controle social, valorizando a realização de parcerias locais, permitindo que os sujeitos envolvidos tenham a oportunidade de participar de fato da definição de prioridades e planejamento da atuação.

Segundo Costa e Andrade (2013), os problemas ambientais foram criados pelos seres humanos e precisam ser solucionados pelos mesmos. Nessa perspectiva voltada para a comunidade, a Educação Ambiental apresenta, na concepção dos autores a capacidade de definir as possíveis soluções para os problemas ambientais enfrentados diariamente pela sociedade. Dessa forma,

“atuando na sua comunidade ocorrerá uma mudança na vida cotidiana. A questão ambiental necessita de uma interrelação com o universo educativo, o engajamento dos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.” (Costa e Andrade, 2013, p. 6).

Para isso, é imprescindível o estímulo da participação popular, a fim de que a sociedade se torne mais sustentável. A ideia defendida pelos autores é a atuação no âmbito local, entretanto, pensando numa dimensão global, assim, a Educação Ambiental precisa se constituir como *“educação para a cidadania”*. Nesta perspectiva Costa e Andrade (2013) avaliam que a educação ambiental deve ser trabalhada não apenas no aspecto ambiental, mas também considerando aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos. Os autores desenvolveram um trabalho dividido em duas oficinas com os alunos dos 7º e 8º anos da Escola Estadual Tiradentes, com os temas: *“Cuidado de si e cuidado do outro”* e *“Sustentabilidade”* numa perspectiva que entende ser o sujeito individualmente o principal responsável pelo *“cuidado com o meio ambiente”*. Apreendendo este a partir de uma fundamentação naturalista que exclui dessa dinâmica as relações sociais, que como vimos, verdadeiramente dão origem a questão ambiental. Na primeira palestra, *“Cuidado de si e do outro”*:

Foi explicada para os alunos a importância de viver em sociedade, já que os seres humanos precisam uns dos outros, dos animais, das árvores e da água para viver. A palestra também sensibilizou os alunos quanto à conservação do ambiente, a interdependência das pessoas e das sociedades. O indivíduo tem que priorizar o cuidado, a conservação, a tomada de consciência e a autodependência, não pode priorizar características negativas como o egoísmo, a intolerância e a autossuficiência. Dentro de uma sociedade, princípios como respeito, solidariedade, valorização do outro e tolerância são fundamentais para que haja harmonia entre os indivíduos e entre as sociedades. Foi escolhido esse tema porque há a necessidade das pessoas compreenderem que não vivem sozinhas no mundo e que maus hábitos acarretam problemas não só para si, como também para toda a sociedade. (COSTA e ANDRADE, 2013, p.7)

Já a segunda palestra que teve como tema a *“Sustentabilidade”*, discutiu-se os aspectos sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais, econômicos, políticos nacionais e políticos internacionais, bem como o imperativo de se construir um país sustentável.

Há a necessidade de estimular a responsabilidade ética, a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos. Ela implica uma relação de justiça social, qualidade de vida, ruptura com o padrão de desenvolvimento atual e

o equilíbrio ambiental. Realizados esses dois primeiros encontros, passamos a enfatizar os aspectos sociais. Com a terceira palestra, “Direito à educação”, foi possível compreender que ela é um direito de todos e dever do Estado e da família, que tem a finalidade de prover o desenvolvimento da pessoa, e prepará-la para o exercício da cidadania e fornecer a qualificação para estudos posteriores e para o trabalho. (COSTA e ANDRADE, 2013, p.7).

Ao analisar a articulação entre assistência social e Educação Ambiental no processo sócio-educativo desenvolvido com crianças atendidas pelo CRAS no município de Bom Jesus, Soares, et al (2012) ressaltam que a Educação Ambiental carece de investimentos e de ampliações nas suas ações em meio às diversas instituições públicas, privadas, ONG, para que, por meio de uma perspectiva de alteração de hábitos, consumo e produção a sociedade amplie as práticas sustentáveis contribuindo para a possibilidade de mudança da consciência ecológica e ética da população. Neste particular os autores apontam que competem ao profissional de Serviço Social:

Sensibilizar os diferentes atores sociais locais em relação à problemática do meio ambiente, articulando e coordenando grupos em torno de propostas específicas de respeito por todas as espécies vivas e de busca da harmonia com a natureza, de melhoria ambiental de modo a manter a higiene e a conservação do território habitacional e obter um melhor aproveitamento dos recursos. Gerar organizações de base para a gestão local, apoiando as tarefas dos municípios em matéria ambiental, desenvolvendo propostas de formação e capacitação destinadas a prevenir os problemas ambientais e manter seu meio ambiente em boas condições, assim como deter, e sempre que possível reparar, os danos causados. “O desenvolvimento deve ser compatível com a satisfação de necessidades da população, com a preservação e valorização dos recursos e do meio ambiente da sociedade, uma vez que a vida é o valor que todos deveremos cuidar.” KISNERMAM, 1998. (AGUAYO e GARCÍA apud, SOARES et al. 2012, p. 8).

De acordo com os autores para desvendar os diversos conceitos conservadores que constituem a realidade socioambiental é preciso buscar estratégias de ação nos espaços públicos e coletivos, que designam atividades sócio-educativas junto à população usuária (Soares; et al, 2012). Nessa perspectiva atividades do projeto de intervenção recomendavam uma mudança na visão sócio-ambiental das crianças participantes do grupo. Durante o período de estágio supervisionado no CRAS de Bom Jesus realizar as autoras relatam que foi possível desenvolver:

Ações interventivas junto ao grupo de crianças. A realização das atividades sócio-educativas teve por objetivo ampliar os conhecimentos do público alvo

sobre a importância de se viver em um meio ambiente saudável. Diferentes práticas de Educação Ambiental foram apresentadas durante o projeto demonstrando a situação atual do meio ambiente, também foram apresentadas ações a nível doméstico e comunitário que podem ser realizadas pelo público alvo e também por suas famílias para a melhoria na qualidade de vida (...) as crianças do grupo de convivência do CRAS/ Bom Jesus apresentaram durante a implementação do projeto de intervenção bastante interesse sobre os assuntos abordados, também foram apresentados resultados positivos sobre a apreensão dos conteúdos. Este entendimento sobre o assunto por parte das crianças possibilitou uma grande ampliação nas discussões sobre a preservação do meio ambiente junto a suas famílias, junto à comunidade de Bom Jesus e também junto à equipe técnica da instituição campo de estágio. (SOARES, et al, 2012, p.6)

Silva e Araújo (2012) apresentam um trabalho que revela os resultados da pesquisa cujo objeto foi a concepção dos docentes da Universidade Federal de Sergipe - UFS - acerca da educação ambiental. Os resultados alcançados demonstram que a concepção de Educação Ambiental destes não é coesa, indicando a possibilidade de duas apreensões acerca da educação ambiental. A população foi selecionada através de amostragem não-probabilística, configurando-se em 17 participantes, número integral de docentes que trabalham com Educação Ambiental segundo o levantamento. Dentre os entrevistados na pesquisa, os resultados indicam que 10 (dez) estão em consonância com a definição instrumental da Educação Ambiental. Observem algumas de suas posições:

Ela é a forma de você agir no seu dia-a-dia, ela é o teu agir, pensar e ao mesmo tempo educar, pois quando você faz aquela coisa muitas vezes para as outras pessoas ou para a gente mesmo, a gente está educando, agindo de uma forma compreensível e até mesmo razoável a gente torna as coisas possíveis. Então a educação ambiental para mim ela é uma forma de atitude de cada um, para mim ela não é levado como educação formal ou informal, ela é uma atitude de cada um, ela nem deveria ser pensada de forma separada, ela deveria fazer parte do meu dia-a-dia, na hora que eu tô lá na minha sala de aula ensinando para os meus alunos (...) eu tô ensinando educação ambiental, (...) então ela é uma forma de agir da pessoa, do cidadão” (entrevistado 2).

A educação ambiental seria uma série de conceitos que norteiam a sua boa relação com o seu ambiente, resumidamente, como as suas ações é... sobre educação ambiental seria uma forma de você trabalhar no cidadão conceitos de que ele consiga fazer uma auto-reflexão do seu dia-a-dia de como as ações dele como um todo, se cada ação dele fosse multiplicada por todo mundo qual seria a repercussão dessa ação em seu ambiente com seus pares, com seus parceiros (entrevistado 3)”.

Em contrapartida, outros 7 (sete) entrevistados acreditam que a educação ambiental requer posicionamento político e dialógico com vistas à melhoria das condições de vida no planeta. Um deles afirma que educação ambiental:

Exige posicionamento político, um ser político que sabe que no dia a dia ele faz opção, que compreende que socialmente vivemos desiguais e que por vivermos dessa forma todos não tem acesso a direitos preconizados. Devemos construir esse conhecimento nas pessoas e que elas despertem para ações que acontecem na escala do município e percebam como ela interfere na sua vida e agir enquanto ser pertencente àquele município” (entrevistado 1).

Nota-se que foram encontrados na pesquisa posicionamentos diferenciados entre os docentes entrevistados. De tudo que pontuamos até aqui se espera que fique evidente, como nos diz um dos entrevistados, que: “Temos dois tipos [de educação ambiental], aquela que se preocupa apenas com o lixo que atende a um determinado público e aquela que é mais crítica, que vai à raiz do problema (...).” (entrevistado 10).

Conforme as autoras é patente a visão preocupante, que se pode classificar como reducionista, acrítica e instrumental de educação ambiental por parte destes docentes, ao defenderem a promoção de mudanças comportamentais por parte dos sujeitos como um processo de educação ambiental, sem que sejam questionados os determinantes, as causas genéricas da “questão ambiental”. Recorde-se que, como destacado pelos autores, “*estamos tratando com docentes que interferem de alguma maneira na educação ambiental, seja atuando em projetos, seja fazendo pesquisas, orientando dissertações e teses, etc*”. (Silva e Araújo, 2012).

De acordo com a análise de Loureiro (2012) a Educação Ambiental de cunho crítico está articulada aos supostos ético-políticos que, no Serviço Social, estão ancorados na sua articulação com as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, constituindo –se enquanto uma ferramenta importante para a formação de profissionais capacitados para intervir na questão ambiental.

A educação, nessa direção, é uma educação continuada, “capaz de estabelecer prioridades e de definir as reais necessidades, mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos” (Mészáros, 2008, p.74, apud, Santos; Silva e Nunes, 2012). Para Mészáros (2008), a educação no sentido amplo, realizada fora das instituições educacionais, e possivelmente, fora de um controle mais imediato, pode contribuir para o que denomina de um processo de “contrainternalização”, capaz não apenas de negar a ordem estabelecida, mas de

criar uma alternativa concreta à ordem existente, “concretamente sustentável”, ou seja, a totalidade das práticas educacionais pode desafiar de uma forma duradoura, o modo de “internalização” da concepção dominante de mundo (Mészáros, 2008, p.49, apud, Santos, et al, 2012, p. 4). É nessa perspectiva, que os autores entendem ser possível para a educação ambiental crítica, contribuir com a construção de processos democráticos na gestão ambiental e caminhar na direção de uma sociedade emancipada, afinal:

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação, no seu sentido amplo [...] E vice-versa: a educação não funciona suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós todos, porque sabemos que ‘os educadores também têm de ser educados’- mantê-las de pé e não deixá-las cair. [...] (Idem, p. 76-77, apud, SANTOS; SILVA e NUNES, 2012).

3.3.3 Desenvolvimento Sustentável.

Nas últimas décadas o “desenvolvimento social” torna-se um conceito amplamente discutido. De acordo com Carvalho e Penha (2013) o desenvolvimento social: *“implica na melhoria de condições das diversas esferas sociais como saúde, educação, segurança, lazer, meio ambiente e até mesmo o crescimento econômico, mas todos alinhados, e não alguns aspectos e outros não.”* (Carvalho e Penha, 2013, p.4). De acordo com este conceito o desenvolvimento social constitui o fator responsável por analisar os avanços alcançados em determinada sociedade. Sendo assim, o alcance do desenvolvimento social perpassa os indicadores econômicos e sociais, considerando os aspectos básicos para uma sociedade justa e igualitária, como o acesso da população aos serviços básicos de educação, saúde, segurança, lazer e outros, incluindo o meio ambiente (Carvalho e Penha, 2013).

A partir da Conferência de Estocolmo (1972), inicia-se um debate em nível mundial sobre o esgotamento dos recursos naturais, tendo em vista o atual modelo de desenvolvimento que está pautado pela concentração de riquezas, na concorrência e exploração desenfreada dos recursos naturais. Em 1982, a Assembléia das Nações Unidas convocou um novo encontro, no qual foi definida a

necessidade de um “desenvolvimento sustentável”, passando este a ser utilizado enquanto um princípio onde se busca o equilíbrio entre proteção ambiental e crescimento econômico. Dentro desta discussão, é cabível acrescentar a noção de sustentabilidade, onde é apontado que esta significa,

A possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores num dado ecossistema (...). O conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida (...) (CAVALCANTI, apud, CARVALHO E PENHA, 2013, p. 3).

Camilo et al (2012) analisam o debate sobre a questão ambiental e desenvolvimento sustentável, através de um estudo sobre as condições de vida da população ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé no Amazonas. Foi realizado sob a coordenação de um Grupo de Pesquisa do Tupé, em 2011. Os resultados apontam as contradições entre a perspectiva de preservação ambiental e as condições de vida da população que vive na área. A pesquisa demonstrou que as condições de moradia, o saneamento básico e as possibilidades de trabalho são precárias, considerando que inexistem políticas públicas intersetoriais para proteção aos direitos da população, combinada às ações de preservação ambiental. A pesquisa identificou conjuntamente que a dificuldade de lidar com as variáveis socioambientais de forma isolada fica ainda mais evidente quando:

Nos deparamos com as precárias condições de existência da população local. De fato, a necessidade de pesquisar e propor ações visando integrar comunidades humanas a ecossistemas florestais, de modo que a proteção ambiental agregue-se a utilização idealmente sustentável dos recursos ali existentes exige que tenhamos a compreensão adequada de todas as questões envolvidas. Ou seja, não basta descrever os aspectos constitutivos da flora e da fauna, os movimentos ou ciclos naturais – dos ventos, das águas, das chuvas etc. –, a fertilidade do solo, os recursos minerais do subsolo, a piscosidade dos rios e lagos ou a variedade de bens econômicos que ostenta e o modo de explorá-los. Ainda que estes sejam imprescindíveis para descrever as possibilidades e limites do local, é de fundamental importância compreender como o elemento humano interage com as condições socioambientais e como uma nova dinâmica, se e quando implantada, interfere positiva ou negativamente em seu comportamento. Mas, isso não é tudo. O acúmulo de experiências, a oportunidade de diálogo com outras situações e locais com dificuldades ou características semelhantes e, especialmente, a sensibilização de pessoas interessadas em colaborar com os diversos pesquisadores que ali trabalham, fizeram perceber a necessidade de troca de informações com outros centros de estudos e pesquisas, pessoas, organismos e entidades. (CAMILO, et al, 2012, p.6)

O estudo de Oliveira (2012) teve como base territorial o município de Ceará Mirim, localizado na região do Mato Grande no Rio Grande do Norte, sendo este um dos municípios do estado com grande desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar. Segundo dados do censo agropecuário, realizado pelo IBGE em 2006, Ceará Mirim apresentava uma produção em toneladas de cana de 131.023.. A pesquisa identificou que as comunidades situadas no Vale Canavieiro expressam a pobreza, a paisagem é formada por casas humildes e crianças trabalhando nas estradas, além de uma crescente degradação ambiental, onde a vegetação nativa da região praticamente extinguiu juntamente com os pequenos sítios para dar lugar à produção de cana-de-açúcar, identificando assim um grande contraste entre a pobreza local e a riqueza dos patrões. (Oliveira, 2012).

Nos resultados desta pesquisa, foram identificadas fortes contradições do discurso da sustentabilidade propagado e a realidade local com extrema pobreza, degradação ambiental, concentração de riqueza. Dentre as atividades que se dizem ser uma “atividade sustentável”, encontra-se a agroindústria canavieira. Porém, diversos estudos realizados mostram que essa atividade gera muitos problemas tanto ambientais como sociais. Em relação aos problemas ambientais, a produção da cana-de-açúcar, como é verificada, produz graves problemas - por meio da devastação das matas nativas para a plantação dessa monocultura - como também problemas referentes ao clima, devido à queima da cana para facilitar o corte da mesma. Segundo entrevistados, no período do corte da gramínea, Ceará Mirim torna-se um “inferno”, trazendo não apenas problemas para o planeta, mas para as pessoas do município, afirma uma moradora da cidade entrevistada.

Os estudos bibliográficos, entrevistas e visitas permitiram a conclusão, pelo autor, de que o discurso da sustentabilidade ambiental se efetiva apenas de forma ideológica pelos empresários do setor sucroalcooleiro, e que, na prática, foram identificadas diversas contradições desse discurso mediante a produção do álcool em Ceará Mirim, como degradação ambiental e social, tais como o trabalho dos canavieiros extremamente precarizado e submetido a essa atividade por meio da expropriação territorial e da força de trabalho. Conseqüentemente, nas palavras do autor:

Entendemos que o discurso da sustentabilidade ambiental soa como um “canto de Sereia”, atravessando o cotidiano das pessoas que muitas vezes convivem com essa degradação ambiental e social, mas que o Estado tem

sido também um dos grandes apoiadores dessa ideologia no contexto econômico e político que vivemos, mascarando assim todas as formas de apropriação e reprodução capitalista. (OLIVEIRA, 2012, p.5).

Ao analisar as contradições particulares ao desenvolvimento sustentável no Maranhão, Miranda (2013) aponta que, deste o final da década de 1970 o estado é palco de vários investimentos, através do que se denomina “Grandes Projetos de Desenvolvimento”. Tendo em vista o desenvolvimento destes empreendimentos, é construída toda uma infra-estrutura de estradas e rodagens, como a estrada de Ferro Carajás e o complexo portuário de São Luís, formado pelo Porto de Itaqui, Terminal Ponta da Madeira, Terminal do Consórcio Alumínio do Maranhão/ ALUMAR e o terminal da Ponta da Espera. Nesta perspectiva, Miranda (2013) afirma que o desenvolvimento sócio-econômico recente no Maranhão, é:

Insustentável, tendo por base o estudo de algumas variáveis, como a dinâmica demográfica, a dinâmica econômica e social. Ou seja, mesmo com uma política subsidiada, os efeitos dessa política são residuais, pois ela se manifesta de forma pontual e não altera de forma qualitativa o perfil produtivo do Estado. A verdade, é que as altas taxas de crescimento dos anos recentes da economia maranhense e as promessas apregoadas pelo grande capital e pelos governantes dos últimos quarenta e poucos anos não diminuíram e nem estabilizaram a pobreza ou os índices sobre o nível de desenvolvimento humano (IDH), exclusão social, degradação ambiental, pelo contrário, o quadro de desigualdade coloca o estado do Maranhão como um dos piores do país. (MIRANDA, 2013, p.8)

Na mesma direção dos apontamentos supramencionados Porto-Gonçalves (1996) critica os defensores do Desenvolvimento Sustentável, afirmando que este modelo busca “*recuperar o desenvolvimento como categoria capaz de integrar os desiguais e (os diferentes?) em torno de um futuro comum*” (Porto Gonçalves, 2009, apud, Miranda 2013, p. 7). Neste mesmo sentido, Mota e Silva (2009), afirmam que,

O conceito de desenvolvimento sustentável nega as contradições da sociedade de classes, daí o seu fetiche que, ao defender a sustentabilidade de base material, sem alterar as relações sociometabólicas que regem as relações sociais de produção, estariam reiterando, a reprodução de uma verdadeira “insustentabilidade social”. (MOTA e SILVA, 2009, apud MIRANDA, 2013, p. 6).

Henig (2012) destaca que desde a década de 1960 o país tem sofrido uma crescente modernização no setor agrícola que visa o aumento da produtividade intensiva (aumento da produção utilizando a mesma área plantada) e neste

movimento aumentou o grau de mecanização e a quimificação das fazendas. O autor ressalta que estes mecanismos têm alterado as relações sociais de trabalho, renda e manutenção do meio ambiente o que coloca a necessidade de estudar este modelo de produção vigente, visando garantir a permanência dos pequenos produtores e preservação ambiental no campo e para inibir o êxodo rural, contribuindo para a emancipação humana, econômica e social desta classe. A este respeito afirma o autor:

As inovações tecnológicas, nas últimas décadas, bem como as transformações ocorridas no meio rural, têm incentivado os pequenos produtores a buscar alternativas para melhorar os lucros e a viabilidade, surgem alternativas como a floricultura, fruticultura, piscicultura e criação de pequenos animais como rãs, coelhos, codornas, bem como a produção de orgânicos, que agora disputam uma fatia de mercado para com produtos de culturas mais tradicionais e intensivas. Outra alternativa viável é a possibilidade dos agricultores familiares produzirem alimentos com maior qualidade, sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, utilizados frequentemente no pós revolução verde. (HENIG, 2012, p. 9).

Nesta perspectiva, o autor ressalta que, dentro das tendências mundiais, a agricultura sustentável insere-se como um campo promissor dentro das políticas de agricultura familiar, visto que suas potencialidades como sustentabilidade agrícola é entendida como um conjunto de técnicas capazes de minimizar impactos ambientais, e sociais em curto prazo (Sander e Gentili, 2003, apud Henig, 2012). A agricultura familiar, apreendida como uma agricultura concretamente sustentável caracteriza-se pela forte conexão entre terra, trabalho e família, onde cada família é possuidora da terra, dos instrumentos de trabalho e de um conjunto de técnicas tradicionais utilizadas na administração do patrimônio. Neste modelo agrícola a força de trabalho empregada é composta pelos próprios membros da família e de acordo com a necessidade da unidade produtiva, o que a torna relevante para a economia brasileira, devido a sua capacidade de produção de gêneros alimentícios para suprir as necessidades do grupo familiar e ainda as do mercado consumidor interno. Como salientam Sander e Gentili (2003):

É inaceitável viver em uma sociedade que se fratura cada vez mais, onde as desigualdades na distribuição de renda são tão gritantes e continua em franca expansão. Eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do governo em relação à agricultura e aos próprios

agricultores, que procuram suprir o estado de bem-estar da categoria. (SANDER; GENTILI, 2003, apud HENIG, 2012, p.9).

Em uma elucidativa entrevista, Michel Löwy, pensador marxista brasileiro expressivo, reflete que a realidade revela-nos que, *“estamos com o pé no acelerador e nos precipitamos ao abismo”*. Segundo o autor,

Não podemos esperar dos Estados, das Empresas, das Organizações Multilaterais, Organizações Mundiais, soluções reais e compromisso efetivo com a preservação ambiental. Países desenvolvidos como os Estados Unidos, aponta Michel, toleram a temática, visto que, suas ações voltadas a descoberta de fontes energéticas alternativas e a intervenção mercadológica responsável para diminuição da emissão de CO₂, são ineficazes para seu alcance. Dentre outras questões, Michel aponta como caminho, o ecossocialismo, liderado pelos movimentos sociais e as ONG's a eles vinculadas que o defendem. E a superação radical desse sistema. Nesse sentido, *“A única esperança então são os movimentos sociais e aquelas ONGs que são ligadas a estes movimentos (outras são simples “conselheiros verdes” do capital)*. (Trecho da entrevista, apud SIMIÃO, 2012, p. 7).

Simião (2012) ressalta que, para compreendermos melhor o processo de apropriação do discurso da sustentabilidade no âmbito das empresas, se faz necessário o exercício investigativo e o esforço crítico de desnaturalizar esse processo e apreender todo o percurso histórico, até o que hoje se apresenta enquanto proposta de sustentabilidade. O autor observa que as empresas capitalistas investem na inserção de núcleos de Responsabilidade Social em suas organizações, objetivando a construção de uma melhor “imagem social”, no intuito de ampliar as vendas, na corrida pela conquista do mercado. Assim, de acordo com Simião (2012) o que ocorre na verdade é o investimento no marketing social das empresas e não em demandas sociais. Movidos pela preocupação com a boa imagem das empresas:

Os empresários investem milhões em projetos de educação, cultura e ecologia, os três setores preferenciais. “Só as 42 associadas ao Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), entidade que congrega esse tipo de trabalho, movimentam cerca de R\$ 350 milhões por ano”. (SIMIÃO, 2012, p.8).

Com essa leitura é possível compreendermos que essas ações nem de longe devem ser consideradas como uma preocupação com o ser humano ou com o meio ambiente, pois, na sua essência, constituem apenas estratégia de marketing social

favorável na disseminação de uma marca que busca alcançar a confiabilidade do consumidor fazendo com que se mantenha a lucratividade elevada.

Em alusão a categoria desvendada por Marx, apreendemos que o desenvolvimento sustentável emerge na cena contemporânea como um fetiche, conforme (Pires, 1999, apud, Berger, 2014), o “[...] *fetiche é um ídolo, um amuleto, algo enfeitiçado, que tem poderes inexplicáveis, de origens misteriosas*”. A defesa em torno desse conceito manifesta um alheamento do que de fato significa o modelo de desenvolvimento proposto pelo capital, gerando um encobrimento do antagonismo desse sistema e da sua suposta permanência. Assim, desde meados do século XIX, “[...] a medida do progresso do ‘capitalismo avançado’ tornou-se a eficácia com que o *desperdício* pode ser gerado e dissipado em escala monumental” (Mészáros, 2002, apud, Berger, 2014). A sociedade do desperdício é imanente a natureza do capitalismo, o qual é incompatível com o adjetivo “verde” ou a terminologia “ecologicamente sustentável”.

Assim como na sociedade capitalista, as relações entre as pessoas estabelecem-se pelas coisas e através de coisas, os recursos naturais adquirem características sociais específicas cada vez mais valiosas, tanto quanto todas as coisas de interesse do mercado, e é por elas simbolizado. Desse modo, as estratégias de enfrentamento impulsionadas pelo grande capital à questão ambiental estão direcionadas ao propósito de reforçar suas bases hegemônicas e “[...] *converter em seu favor as mazelas de sua produção destrutiva*” (Silva, 2010, p.142), ao mesmo tempo em que reproduz o caráter fetichizado e pretensamente neutro da relação do capital com o meio ambiente. Berger (2014).

3.3.4 Questão Ambiental e Saúde

O processo de interação entre sociedade e o meio é alterado desde os períodos mais remotos da história. Segundo Foster (2005), a concepção materialista da natureza e da história admite que a natureza tem uma história e constitui uma pré-condição da existência humana. Entretanto, a constituição da sociedade *capitalista* “faz surgir uma nova visão de realidade, onde a natureza passa a ser vista como recurso para atender aos interesses do modo de produção” (Santos 2013). Com a consolidação do modo de produção capitalista tem-se início um processo de devastação desenfreada da natureza que acarreta problemas de diversos níveis, incluindo a saúde. Este quadro desvenda a interdependência das relações do homem com o meio ambiente. O meio ambiente é apontado por Coelho (2001) como:

O suporte geofísico condicionante e condicionado pela vida social, sendo historicamente construído mediante o processo de interação entre sociedade e espaço físico, é transformado desde os períodos mais remotos da história. Mas de acordo com o contexto vivido pelo homem a sua interação com o meio natural se dá de forma diferenciada (COELHO, apud, SANTOS, 2013, p. 5).

Nesta lógica, Grossi (2009) explica que a relação sociedade/ natureza assume novas determinações a partir das contradições de classe inerentes ao modo de produção capitalista. Assim, compreender o desenvolvimento das relações sociais propriamente capitalistas se mostra central para a apreensão das desigualdades entre classes sociais expressa nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais e, particularmente, na desigualdade das classes no acesso, domínio e uso dos recursos naturais. (Grossi, 2009).

A mundialização da economia, a produção e o consumo têm provocado um revelado um intenso desenvolvimento tecnológico e as consequências deste modelo de desenvolvimento acarretam problemas, como o incremento constante de consumo de água, energia e matérias primas, a produção de resíduos em todas as fases do processo produtivo. Os problemas ocasionados são os mais diversos, como problemas respiratórios ao desenvolvimento de cânceres e doenças crônicas, e rebatem de forma negativa na saúde da população, que recebe toda a poluição das indústrias no ar, água e solo. (Santos, 2013).

Conforme Oliveira (2007) os principais problemas ambientais do contexto contemporâneo tiveram início com a Revolução Industrial no século XVIII, o que provocou um desequilíbrio entre a população rural e urbana, levando a um processo de poluição industrial, conjuntamente com uma ocupação urbana desordenada, provocando a poluição do ar, água, solo entre outros. (Oliveira, apud, Santos, 2013). O autor afirma que existe uma estreita relação entre os problemas de saúde, doença e morte de uma comunidade com seu meio ambiente. Essa relação pode ser comprovada verificando-se o fato de que cada sociedade tem uma forma de adoecer e morrer, que está interligada ao meio ambiente físico, social, econômico e político.

A partir dos séculos XVI e XVII, com a Teoria dos Miasmas, a concepção "ambiental" da doença foi intensificada. Neste particular, o meio ambiente passa, então, a adquirir um caráter predominantemente social (Barata, 1999, apud, Santos, 2013, p. 6). É nesse conjunto de elementos estruturais inter-relacionados que a saúde humana se conforma:

A saúde, portanto, pode ser vista como um resultado histórico das condições sócio ambientais sobre o patrimônio genótipo dos indivíduos. O ambiente pode tanto promover a saúde como criar condições nocivas (situações de risco) para os indivíduos ou agrupamentos humanos, que se manifestam com agravos, doenças, lesões, traumas e mortes. A distribuição da morbimortalidade se diferencia nas populações segundo os territórios, ecossistemas, condições socioeconômicas e a susceptibilidade individual. (AUGUSTO, 2004, apud, SANTOS, 2013, p.5).

A emergência do termo "*socioambiental*" é determinada, conforme Veiga (2007), pelo reconhecimento recente e incipiente da comunidade científica e sociedade em geral "[...] *sobre os riscos e as incertezas que as sociedades enfrentarão por conta da degradação ambiental*" (Veiga, 2007, apud, Brito, 2013). A legitimação desse neologismo não resulta de uma mera junção entre os termos social e ambiental, mas deve-se ao reconhecimento de que as mudanças sociais estão estruturalmente vinculadas às mudanças ocorridas na relação homem-natureza. Assim, por *sustentabilidade socioambiental* entende-se:

Como um estilo de desenvolvimento em construção, onde as dimensões sociais, ambientais, culturais, ecológicas, políticas são indissociáveis. Sua finalidade é a superação da lógica predatória do modelo dominante de desenvolvimento ilimitado do capital e se opõe a lógica do *desenvolvimento sustentável*, que por sua vez é camuflado pelo discurso "verde da economia" e obscurece as contradições em torno da problemática socioambiental. (BRITO, 2013)

No Brasil, essa relação assume destaque somente na década de 1980, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde. Nessa Conferência, a saúde foi considerada como “*resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde*” (Relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde, apud, Bravo, 2010, p. 89). Esse evento foi um marco para o estabelecimento de uma política de saúde no cenário brasileiro, tendo como referência um conceito de saúde ampliado, dado que este entendimento ultrapassou segundo Bravo (2010), a esfera setorial, referindo-se a sociedade como um todo. Nessa direção, a política nacional de promoção da saúde priorizou seis eixos para desenvolver suas ações, a saber:

Divulgação e implementação da política nacional de promoção da saúde; alimentação saudável, prática corporal/ atividade física; prevenção e controle do tabagismo; redução da mortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas; redução da mortalidade por acidentes de trânsito, prevenção da violência e estímulo à cultura de paz; e por fim, a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2007, apud, BRITO, 2013, p. 5).

Nesse sentido, a promoção da saúde a concebe em seu sentido ampliado e os sujeitos sociais em sua totalidade, ultrapassando a assistência médica-curativa à medida que analisa e inclui os determinantes sociais, econômicos, sociais e culturais como parte do processo constituinte da saúde individual e coletiva. A legitimação dessa prática apenas é factível com ações pactuadas em nível intersetorial, ou seja, a operacionalização da promoção da saúde demanda a ação conjunta dos diferentes setores envolvidos direta ou indiretamente no fomento de condições favoráveis à saúde coletiva. (Brito, 2013). Diante do exposto, urge a ultrapassagem do:

Entendimento de saúde como ausência de doença para o entendimento de que esta depende de um conjunto de fatores que propiciam o bem-estar físico mental e social dos sujeitos sociais. Nessa perspectiva, o termo ambiente deve ser visto de uma forma ampliada, agregando não apenas a dimensão física ou natural, mas também a dimensão cultural, social, política e econômica de um determinado grupo social ou comunidade. Da mesma forma a questão da saúde deve ser entendida no sentido mais amplo, dado que as questões de ordem socioambiental e suas consequências afetam direta ou indiretamente a saúde humana e questionam o modo de ser e de pensar da sociedade em geral. (BRITO, 2013, p.6).

Souza (2012) analisa a relação entre a trajetória das políticas públicas em saúde e a questão da sustentabilidade socioambiental em Manaus. A autora evidencia que, ao longo desta trajetória, o tema ambiental foi trabalhado de forma marginal, o que acarretou em rebatimentos negativos no âmbito da saúde no Estado e, conseqüentemente, colaborou, ainda mais, para o distanciamento do chamado conceito de “saúde ampliada”. De acordo com a pesquisa a expansão dos serviços públicos na área de saúde se dinamizou de fato a partir da década de 1960 com a implantação da Zona Franca de Manaus, a qual promoveu um grande crescimento econômico, avanço tecnológico e ao mesmo tempo no desenvolvimento de problemas sociais.

Neste momento, apesar de todas as carências na construção das políticas para a saúde pública, elas se desenvolveram de maneira mais sólida, materializadas em ações voltadas para atender este fluxo imenso de trabalhadores. Nessa perspectiva vários órgãos foram criados na década de 1960, proporcionando o avanço no atendimento à população (Souza, 2012).

É possível apreender no que se refere ao aspecto da saúde que esta nova mudança no cenário local, é reflexo do que estava acontecendo em nível internacional e nacional. No plano internacional, Carvalho (2006) esclarece que, nas décadas de 1960 e 1970 do século XX vários cientistas (norte-americanos, europeus, latino-americanos) desenvolveram o conceito de saúde ampliada, onde afirmavam que, o desenvolvimento de uma boa saúde decorria de outros fatores, como por exemplo, boas condições de moradia, segurança, previdência, equilíbrio ambiental e de outros aspectos sociais, ultrapassando, deste modo, o conceito de “saúde minimalista”, ou seja, a saúde como simples ausência da doença. Com essa nova forma de conceber a saúde:

[...] modificaram o conteúdo das políticas de saúde em todo o mundo, não se trazia somente a garantia de assistência médica às pessoas, mas de organizar sistemas que interferissem sobre os vários determinantes deste processo. (CARVALHO, 2006, p. 139, apud SOUZA, 2012, p.7)

A partir desses apontamentos cabe notar que é possível identificar no conceito ampliado de saúde (ainda que de forma frágil), uma discussão em torno das questões ambientais. Pois se tal conceito entende ser a saúde “um estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de

enfermidade”, ou seja, englobando na questão da saúde as outras dimensões constitutivas do homem e sendo este, como vimos em Marx, um ser que está intimamente ligado à natureza, por que não pensar a dimensão ambiental no âmbito da saúde? Sabemos que um desequilíbrio na relação homem/natureza é capaz de afetar a saúde humana. Daí decorre a necessidade de se pensar e instituir políticas públicas que abarquem esta dimensão, que promovam uma concepção de saúde ampliada dentro da chamada “sustentabilidade socioambiental” (Souza, 2012).

3.3.5 Responsabilidade Socioambiental

A partir do último quartel do século XX, verifica-se uma nova configuração imperialista, mundializada e financeirizada do capital que trouxe novas implicações para a questão ambiental, dentre as quais destaca-se o esgotamento dos recursos naturais e aprofundamento do processo de degradação ambiental. É neste contexto, no marco da financeirização, que as empresas passam a estruturar novas atividades voltadas para a Responsabilidade Socioambiental (RSA) para permanecerem competidoras no mercado especulativo, implementando espaços sócio-ocupacionais para o Serviço Social. A partir da revisão teórico-bibliográfica, constatou-se que a Responsabilidade Socioambiental tornou-se um meio de obtenção de legitimidade para o empresariado (Alcantra, 2014). Nessa perspectiva, o tema da Responsabilidade Socioambiental (RSA) torna-se, dessa maneira:

Um valor agregado para as grandes empresas, que têm nessas iniciativas uma marca atrativa do público e do investidor “ambiental e socialmente responsável”. A sustentabilidade socioambiental constitui-se em uma estratégia que envolve os produtos com uma aura de consumo responsável, como se, ao adquiri-los, o consumidor estivesse contribuindo para a melhoria da sociedade e do meio ambiente. Nesse contexto, verifica-se que as empresas vêm incorporando a Responsabilidade Socioambiental para manterem-se competitivas no mercado, e como estratégia para valorização de seus negócios. Para tanto, passam a estruturar novas atividades e setores voltados para atenção sobre essas questões – tais como ações voltadas à área de saúde ambiental, responsabilidade socioambiental, projetos ambientais, diagnóstico socioambiental das populações de entorno às plantas industriais – que acabam por complementar e se integrar a outras atividades como a atenção à saúde dos trabalhadores, projetos sociais etc. Processos que, por parte das empresas, requerem a intervenção do Serviço Social e, portanto, abrem um campo de possibilidades de atuação para o assistente social. (ALCANTRA, 2014, p.5).

Constata-se no âmbito das ações empresariais, a inserção dos assistentes sociais nas emergentes áreas da Responsabilidade Socioambiental, vinculadas a novas atividades desenvolvidas pelo empresariado. Essas atividades socioambientais são empreendidas por diversas razões, sendo uma destas as demandas e ou reivindicações de populações expostas aos riscos socioambientais pertinentes a produção empreendida pelas empresas; em cenários acidentais. Alcântra (2014).

Neste quadro as empresas dão início a determinadas ações com o objetivo de desenvolver um diagnóstico sócio-ambiental para averiguar o perfil de saúde e de risco de determinada região, a fim de detectar e demonstrar, junto aos órgãos governamentais que as suas atividades, podem realizar-se mantendo um “nível admissível” de exploração do meio ambiente, além de não acarretarem danos expressivos à saúde de seus trabalhadores e das populações do redor. Todo esse mecanismo de avaliação constitui os balanços sociais direcionadores dos investimentos do “capitalismo verde”. Nessa perspectiva:

Os assistentes sociais são convidados a atuar junto às populações nos processos de sua remoção de determinadas localidades para a instalação de novos empreendimentos industriais, o que vai suscitar problemáticas em torno de indenizações, alterando dinâmicas sociais arraigadas por valores culturais e simbólicos. Também nos casos em que as famílias são removidas para lugares remotos, emergem inúmeras dificuldades, que vão desde problemas em relação a uma maior distância de seus empregos (com maior gasto de tempo e dinheiro para chegar ao trabalho), até a falta (ou maior dificuldade) para acessar a rede de recursos educacionais, de saúde, comercial e outros elementos necessários para a vida cotidiana. Isto quer dizer que se engendram conflitos sociais a partir das expropriações que, mesmo mediante indenizações, criam sistemas de manutenção da miséria. As populações que são expropriadas de suas moradias e de suas condições de vida anteriores, em geral, recebem indenizações irrisórias em relação ao valor do capital empenhado nas instalações industriais. (ALCANTRA, 2014, p.6).

O serviço social tem sua intervenção frente à nova condição de vida engendrada pelo iniciativa empresarial para a população, sendo esses os expropriados urbanos e rurais (aqueles diretamente atingidos pela retirada obrigatória de suas terras ou moradias), os espoliados (indiretamente atingidos tanto na zona rural quanto urbana, que vão passar e ou sofrer os efeitos ambientais e sobre o sistema de produção), e os explorados (trabalhadores não qualificados, agrupados para o trabalho nos canteiros de obras, que após o fim da obra se veem

desempregados). Ademais, enfatiza-se a atuação do serviço social em episódios acidentais, ocasionados pela atividade industrial e com impactos nas populações vizinhas de seus estabelecimentos, assim como as atuações voltadas para investigação da percepção dessas em relação a imagem da empresa no que se refere aos perigos, riscos, ameaças ou aspectos positivos da proximidade de suas residências em relação às instalações produtivas. Como nos esclarece Alcantra (2014):

O assistente social torna-se, nas citadas situações, protagonista importante na interlocução da empresa com os moradores das comunidades de entorno, antecipando ou mediando conflitos de diferentes naturezas. Um claro exemplo está nos casos de acidentes ambientais provocados por um empreendimento que, por causar danos ao meio ambiente, acaba por afetar o modo de vida e de sustento existentes anteriormente (como no acidente ocorrido na Baía de Guanabara por indústria petrolífera, que provocou danos para os pescadores da região) em certas localidades. Realização do diagnóstico socioeconômico dos indivíduos atingidos, tendo em vista verificar os recursos necessários para a empresa ressarcir os danos financeiros. Outra possibilidade de intervenção atrela-se ao levantamento e mobilização da rede de recursos da proximidade do local onde ocorre o impacto socioambiental, tais como escolas, creches e hospitais, a fim de garantir a assistência das vítimas dos acidentes. (ALCANTRA, 2014).

Dessa maneira, o assistente social constitui-se enquanto um profissional que devido a sua proximidade com o usuário, na área da responsabilidade sócio-ambiental tem sua atuação voltada na linha para as relações entre a instituição e a população. Longe de se constituir em uma preocupação real, a maior parte dessas atividades conecta-se à busca de manutenção e ampliação dos lucros por meio da visibilidade positiva atribuída a empresa através do desenvolvimento de ações e programas socioambientais (Alcantra, 2014).

Simiao (2016) resgata dados da pesquisa crítica bibliográfica e documental realizada no mestrado em Serviço Social PPGSS–UFRN, em 2014, cujo objetivo central versava sobre analisar o “capitalismo verde” em suas dimensões sociopolítica, econômica e ideológica de maneira articulada situadas na realidade do Brasil, partindo do caso do Itaú Unibanco, que associou à missão institucional o objetivo de ser líder em Performance Sustentável. Segundo a pesquisa desenvolvida pelo autor, a fusão engendrou relações de trabalho precarizadas, tendo sua lucratividade associada não somente aos produtos que lhes dão materialidade, mas a uma política de corte de custos relativos ao trabalho. Trata-se, portanto:

De interpor “flores sobre algemas”, o capital ludibria, aliena com as armas dos mecanismos que lhe confere existência material. Demissões, terceirizações, inserção precária, sobrecarga de trabalho e alta rotatividade, são as marcas de um banco que pela garantia dos lucros flexibilizou as relações de trabalho em seu interior. Esse processo de flexibilização imperou uma dinâmica de instabilidade para a classe trabalhadora no que se refere à segurança do emprego garantido, bem como, enfatizaram condições de trabalho precarizadas, contrariando a imagem que tentou articular em torno de si, como “O Banco Mais Sustentável do Mundo” (MOTA, 2009, apud SIMIÃO, 2016, p. 4).

Após sete anos de fusão entre o Itaú e o Unibanco, a lucratividade do banco amplia-se em detrimento das demissões. De certo, toda essa dinâmica teve consequências na saúde dos trabalhadores do banco, na medida em que, *“com a redução de funcionários, as condições de trabalho pioraram no banco e, para suprir a demanda dos clientes, os trabalhadores estão quase todos estressados, diante da pressão pelo cumprimento de metas inatingíveis”* (BOLETIM 06, 2011, p.2, apud Simião, 2016). Como analisa Segnini (1999), o discurso “verde” fortalece o capital especulativo:

Transformando a natureza em um *ativo*, criando um novo nicho de mercado lucrativo e com perspectiva de crescimento, dadas incômodas evidências da crise ambiental. O setor financeiro no capitalismo contemporâneo assumiu a partir da reestruturação produtiva um papel de destaque quanto ao comando e a distribuição da riqueza social. Estamos, portanto, diante de um novo patamar de acumulação. O sistema financeiro passa por um processo de reordenamento constante que implica na busca “pela proliferação, descentralização das atividades financeiras, criação de novos instrumentos e mercados”, vivendo um duplo papel, porque concomitante contribui para o processo de reestruturação do capital, atravessa por transformações para se adequar a lógica neoliberal (SEGNINI, 1999, apud SIMIÃO, 2016, p.6)

Nesta perspectiva é possível apreender que o movimento de empresas e bancos para uma corrida pela “gestão eficiente” constitui na realidade uma busca pela obtenção máxima de lucro tornando todo esse quadro marcado pela competitividade. Ou seja, trata-se da relação histórica entre o capital e o trabalho. A identificação desse quadro coloca em questionamentos a premissa dos bancos e empresas em se constituírem enquanto líderes em *“Performance Sustentável”*. O discurso da sustentabilidade tenta obscurecer o fato de que o trabalho é uma categoria fundante na análise da história das sociedades e que o efetivo desenvolvimento sustentável pressupõe desmercantilizar a natureza.

3.3.6 Populações Amazônicas

No âmbito das comunidades tradicionais, a relação homem-natureza ganha visibilidade no modo singular da organização sociocultural²¹, seja através da construção de núcleos comunitários que se relacionam com os diversos recursos (naturais, financeiros e humanos) ou através de um conjunto de práticas que articulam os conhecimentos tradicionais, as simbologias e os mitos, não excluindo deste conjunto os conflitos existentes entre os grupos familiares presentes na comunidade. Este conjunto de práticas que particularizam a vida nas comunidades constitui a gestão comunitária. De acordo com Ribeiro e Silva (2014), a intervenção do Serviço Social em comunidades rurais findam em relevantes ações sociais, as quais:

[...] se constituem como processos sociais participativos que resultam no empoderamento e fortalecimento da cidadania dos comunitários, pois fomenta a mobilização e participação efetiva dos agentes sociais comunitários para o acesso a bens e serviços sociais, assim como, na formulação de alternativa para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades [...]. (RIBEIRO; SILVA, 2014)

Neste particular, a gestão comunitária²² constitui uma estratégia de busca pela efetivação da cidadania, pois manifesta a possibilidade de alcance efetivo pelos cidadãos ribeirinhos de seus direitos sociais, sendo estes advindos de suas práticas produtivas (organizadas, por exemplo, através de associações de agricultores e pescadores), permitindo o reconhecimento profissional destes e assegurando-os seus direitos trabalhistas e seguro-desemprego (como na época de defeso que ocorre a proibição do pescado). (Silva et al, 2013).

As práticas de ajuda mútua construídas no interior dos grupos sociais tradicionais podem ser apreendidas conjuntamente:

²¹ Para Chaves (2001) a organização política das populações rurais da Amazônia surge da combinação entre a organização sociocultural e de determinantes que exigem ações coletivas. Essas formas de organização se configuram, ainda, na ação comunitária que, de acordo com Souza (2010) se constitui em prática de ajuda mútua e cooperação para enfrentar os desafios e dificuldades aos quais a comunidade é submetida cotidianamente.

Como resultado das diferentes determinações que permeiam a relação do núcleo comunitário com o âmbito externo, posto que não se deve perder de vista, a ordem dialética das relações que esses grupos estabelecem com o contexto externo, a nível global, nacional e regional que influem diretamente no modelo de cidadania imposta a essas populações. (SILVA et al, 2013).

De acordo com a análise de Silva et al, em Taurú, na Amazônia, verifica-se que as atividades de ajuda mútua têm interconexão direta com as diversas dimensões que coordenam o específico núcleo comunitário, ou seja, sua gestão comunitária, que tem a Igreja Santa Cruz, e com isso a religião como uma relevante condutora do direcionamento da organização social e política comunidade. Deste modo, a organização social de Taurú:

Reproduz o sistema produtivo característico das populações rurais amazônicas, assim reafirmam sua identidade de pequeno produtor familiar, desempenhando as funções de agricultores e pescadores. Sobre a profissão dos agentes sociais neste núcleo comunitário, observou-se que essa auto-identificação, em que pese sua tradicionalidade, herdada dos grupos sociais que criaram estratégias de adaptação e interação com o ecossistema amazônico, está intimamente ligada com a identidade política desses agentes, tendo em vista as possibilidades de alcance dos direitos sociais advindos de suas práticas produtivas. A organização social e política de Taurú, por intermédio das associações de agricultores e pescadores da comunidade, permite a esses trabalhadores o reconhecimento profissional e, portanto, a determinados direitos trabalhistas e o acesso aos benefícios da Previdência e Assistência Social do governo brasileiro, bem como, aos programas sociais. (SILVA et al, 2013).

No âmbito da comunidade ribeirinha no município de Maués, na Amazônia, as tecnologias sociais emergem enquanto uma alternativa a problemática de ordem social e ambiental e ganham materialidade através da elaboração de princípios que corroboram para o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento à crise ambiental e que podem ser utilizados pelos diversos profissionais que atuam com as demandas socioambientais, dentre estes, o assistente social.

Segundo Lassance Jr. e Pedreira (2004, p. 66) as Tecnologias Sociais “*são um conjunto de técnicas e procedimentos associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida*”. (Lassance Jr. e Pedreira, 2004, apud. Lira, 2013, p. 7). Nesta perspectiva, a tecnologia social deve responder as reais necessidades da população e serem apropriadas às condições naturais e sociais do local, como foi defendido pelo movimento de tecnologia apropriada e pela teoria do ecodesenvolvimento de Sachs. (Lira, 2013, p. 5).

O ecodesenvolvimento propõe uma ampla participação de diversos atores que são chamados a cobrar e avaliar alternativas sustentáveis em cada região, realizando, nesse aspecto, uma “reflexão social”, para propor e experimentar soluções inovadoras. Com essas particularidades, as tecnologias sociais assumem um caráter de transformação social e defendem as ações voltadas para a valorização e respeito do conhecimento local, o fortalecimento dos atores das populações envolvidas e consolidação de alternativas sustentáveis, assumem concomitantemente, um caráter de transformação social e defendem as ações voltadas para a valorização e respeito do conhecimento local, o fortalecimento dos atores das populações envolvidas e consolidação de alternativas sustentáveis. Barreto e Chaves (2013). A análise dos autores identificou cinco diferentes tipos de TSs na comunidade:

1) Produção Biofertilizante/Compostagem Orgânica: A produção de fertilizantes orgânicos é uma atividade que faz parte da própria dinâmica sociocultural comunitária, cujo conhecimento constitui-se em herança familiar, desenvolvidos a partir do intercâmbio do ribeirinho com a natureza ao longo das gerações. (...)2) Manejo da Meliponicultura ou criação de abelhas indígenas sem ferrão. Segundo KERR (2001) a criação de abelhas sem ferrão é muito importante para a polinização, pois voando de flor em flor em busca do néctar – matéria prima para o mel, ou do pólen, o qual é fonte de proteínas para as suas crias – as abelhas polinizam toda a flora. 3) Confecção de artesanatos pelo Grupo de Artesãos: é uma particular forma de organização sociopolítica comunitária voltada para a Confecção de artesanatos pelo Grupo de Artesãos.4) Manejo da Avicultura Cabocla: a criação agroecológica de galinhas é uma das práticas tradicionais mais desenvolvidas pelas comunidades rurais e ribeirinhas da região Amazônica. 5) Produção de Guaraná Orgânico: é uma das práticas produtivas mais relevantes para a comunidade, no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida, geração de renda e reconhecimento dos agentes sociais tanto no âmbito comunitário, como pelas demais comunidades do município de Maués. (BARRETO; CHAVES, 2013, p.7).

No que se refere ao acesso a bens e serviços sociais, a proposta é possibilitar a inclusão social nas comunidades urbanas e ribeirinhas. O Grupo Inter-Ação vem desenvolvendo um conjunto de ações afirmativas de cidadania que lhe asseguram os direitos básicos de cidadania e a inclusão produtiva. Desse modo, são desenvolvidas atividades que admitem o acesso a informações qualificadas referentes à Assistência Social, Previdência Social e Saúde. Lira et al (2013). Dentre os resultados alcançados pelo Grupo Inter-Ação, (no qual inclui-se a intervenção do assistente social) via Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social, destaca-se a formulação e adaptação de Tecnologias Sociais em

comunidades ribeirinhas e urbanas no Amazonas. A pesquisa de Lira (2013) apresentou um breve relato de algumas experiências que vem sendo desenvolvidas pelo referido Grupo, no âmbito do PCTIS/UFAM, na qual destacam as Tecnologias Apropriadas e as Tecnologias Sociais. A primeira delas é a Gestão Comunitária:

Uma modalidade de Tecnologia Social desenvolvida pelos representantes dos grupos domésticos familiares. Configura-se como uma modalidade de Tecnologia Social, em razão de expressar uma forma de organização coletiva de processos adotados pela comunidade para estruturação interna. Este processo articula as atividades ligadas aos afazeres cotidianos, à organização sociopolítica, sociocultural e da produção, bem como, às práticas de trabalho coletivo e ajuda mútua entre os produtores rurais. (LIRA, et al, 2013).

Portanto, a gestão comunitária é, principalmente, demarcada pelas práticas produtivas e coletivas articuladas às ações de organização sociopolítica, que comporta as tomadas de decisão, os processos engendrados para enfrentar os problemas locais para encontrar alternativas que resultem em mobilizações para superação dos mesmos. Desta forma, a gestão comunitária vai além do plano comunitário e abrange o contexto externo, na busca de soluções e reivindicação de direitos sociais e políticos. Em segundo lugar, destaca-se:

A Reciclagem Solidária, uma tecnologia social desenvolvida junto aos catadores de materiais recicláveis, com vias de inclusão social e produtiva, a qual se vincula aos desafios concernentes as problemáticas socioambientais contemporâneas, em que o processo de degradação ambiental impulsiona para a concretização de ações e políticas que possam contribuir de forma eficiente na resolução das problemáticas. Neste sentido, desde 2008, o Grupo Inter-Ação vem realizando um conjunto de atividades de assessoria técnica à Associação Rede de Catadores (as) e Reciclagem Solidária (ECO RECICLA), no intuito de consolidar um formato inovador de TS que contribua para inclusão social e produtiva deste grupo social. (LIRA, et al, 2013, p.6)

Segundo Chaves (2011), dentre os processos que mais deixaram cicatrizes na paisagem e na vida das populações Amazônicas, encontram-se a exploração das “drogas do sertão”, no período colonial; o processo de implantação da agricultura capitalista, em 1760, com o Marquês de Pombal; a vigência da economia de exportação da borracha, em 1890, com recrudescimento, em 1910, e reaquecimento durante a II Guerra Mundial; a criação da estrutura industrial eletroeletrônica, em 1970, com a Zona Franca de Manaus e a implantação dos grandes projetos.

Na década de 1970 teve início a intervenção sistematizada na região por meio do planejamento regional, que tinha como objetivo central “Desenvolver a Amazônia” sob a ideologia da ditadura militar cujo slogan era a “integração, o progresso e o desenvolvimento”. No quadro de medidas assumidas o Estado apresentou um complexo conjunto de Políticas Públicas que, através dos chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), tinham como meta– no plano formal - “superar” os desequilíbrios regionais seculares. Enquanto o I PND instituiu as regiões metropolitanas e o II PND enfatizou a descentralização econômica e a demarcação de estratégias regionais de ocupação do solo, o III PND ressaltou a integração nacional pela inclusão de áreas de baixa densidade demográfica e econômica, cujo exemplo mais significativo é o da Amazônia. (Nascimento, 2006, p.89, apud Carvalho, 2012)

No período em tela a política econômica do governo brasileiro pautava-se na ideologia desenvolvimentista, que consistia em desenvolver o Brasil por meio do capital transnacional das empresas japonesas. Esses pactos foram estabelecidos em 1979, e objetivavam a instalação de um complexo de alumínio na Amazônia. Neste contexto, as famílias foram desapropriadas, perderam basicamente tudo o que construíram, o que manifesta além de tudo a perda da vida comunitária que era fundamentada e organizada sob as bases familiares na qual a terra representava o principal meio de subsistência. Carvalho (2012). No dizer de Oliveira (2009), houve “*uma invasão, uma descoberta, ocupar terras vazias, ou ocupadas por não-gente, incapaz de cuidar de si própria*”. (Oliveira, 2009, apud, Carvalho 2012, p. 8). No momento de construção da Usina de Belo Monte:

A população residente na área foi pega de surpresa e sem que soubesse sequer do que se tratava, estavam totalmente ausentes das decisões sobre suas próprias vidas. Assim, é que ficou de fora do projeto dois setores de maior importância, os quais foram *esquecidos* nos estudos realizados: meio ambiente e os impactos sociais. É fácil, no entanto, entender o porquê, destes dois setores ficarem de fora do estudo, a primeira é oriunda da ideia de que a Amazônia é um imenso espaço desabitado, onde só existem animais e floresta, esse potencial deveria ser explorado e desenvolvido. Por se pensar desta forma, que a Amazônia é um espaço desabitado, fica fácil justificar a falta do estudo para se verificar os impactos sociais do projeto. (CARVALHO, 2012).

Nos anos 1990, em virtude do Plano Real, de 1994, que conseguiu atenuar de a inflação e melhorar os condicionantes macroeconômicas para o investimento

privado e público, os velhos planos da integração da Amazônia foram agregados nos planos nacionais de desenvolvimento, tais como *Brasil em Ação* (1994 a 1998) e *Avança Brasil* (1998 a 2002).

Conforme a análise de Lira (2013), a partir de 2003, o governo Lula apresentou o novo plano de desenvolvimento para os anos 2004 a 2007, denominado "*Brasil para todos*". De acordo com a análise da autora o plano em questão constituía uma aberta continuidade dos planos anteriores e focaliza, claramente, os grandes projetos de infraestrutura (Lira, 2013). Dentre os principais resultados destes processos destaca-se:

1) O aumento dramático da população amazônica, de 5 milhões, em 1960, para 21 milhões, em 2000, que incidiu, diretamente, no agravamento da Questão Social e todas as dimensões inerente a esta; 2) o desmatamento da Floresta Amazônica que, somente na década de 80, cerca de 10% da área original da floresta primária foi desmatada, tendo como causa principal as intervenções estatais. Todavia, é importante frisar que, no contexto contemporâneo, no qual a premissa ideológica da sustentabilidade tem ganhado força, principalmente a partir da Eco-92, a Amazônia vem sendo preparada para ocupar um papel de destaque no século XXI, no cenário mundial, na área ambiental, e tem-se repensado as políticas de integração para região e o Estado do Amazonas tem se destacado neste cenário com a implantação de políticas ambientais, principalmente na criação de unidades de conservação. (LIRA, 2013, p.8)

Nesta perspectiva, a Amazônia, desde a colonização sofre transformações acentuadas que decorrem principalmente da de expansão e crise do capitalismo. Esse processo te, implicações diretas sobre as sobre as populações, espaços e paisagens amazônicas. Entende-se que, na região as políticas na área ambiental tiveram grandes avanços, nos últimos anos, nada obstante, percebe-se que grandes desafios permanecem como pensar alternativas de construção de uma política de desenvolvimento viável que considere as demandas das comunidades tradicionais existentes na região.

Conforme a análise de Reis et al (2013) no Estado do Tocantins, as questões socioambientais são expressas no empobrecimento de populações ribeirinhas do Rio Tocantins nos desmatamentos do Cerrado e matas ciliares, na presença de lixo municipal a céu aberto, e na realização de queimadas acidentais e criminosas. Criado pela Lei nº. 29 em 21 de abril de 1989, o Naturatins foi desenvolvido com o objetivo de promover o estudo e pesquisa no campo da proteção ambiental e do uso

racional dos recursos ambientais. O Serviço Social desenvolvido nesta coordenação atua:

De forma interdisciplinar com outras áreas como a pedagogia, geografia, biologia e turismo para realizar junto aos municípios do Estado a formação de multiplicadores por meio de oficinas educativas onde são abordados diversos temas como: recursos hídricos, solo, sustentabilidade, resíduos sólidos, queimadas, entre outros. Esse processo em questão pretende possibilitar aos participantes das capacitações perceber e criar alternativas que tragam efetiva e real transformação do seu meio ambiente, tendo respaldo teórico e com práticas onde possam assimilar conhecimentos, informações técnicas e inovadoras que contribuam para a melhoria da qualidade de vida desses participantes nos treinamentos. (REIS, et, al, 2013)

A partir do exposto cabe-nos apontar que em se tratando dos povos ribeirinhos, observa-se que o serviço social tem muito a contribuir, pois, em muitos casos as populações ribeirinhas são formadas por comunidades que se vêm à margem da implementação das políticas públicas, tendo em vista o ínfimo conhecimento sobre seus direitos sociais. Assim, o Assistente Social pode realizar um trabalho de assessoria a essas populações, no sentido de instigá-los para o sistema de organização sociopolítica, pois, uma vez organizados sistematicamente, tais sujeitos veem maior possibilidades de exigir junto aos órgãos competentes o exercício prático do Estado, sobretudo, no apoio a agricultura familiar.

3.3.7 Impactos socioambientais

Na contemporaneidade, assistimos a intensa destruição do meio ambiente que tem determinação nas relações sociais do sistema do capital em face do momento de crise do capital e de suas estratégias de reorganização. A produção com vistas à acumulação, traço peculiar do modo de produção capitalista do século XX, assume explicitamente o seu caráter destrutivo na vida social. A natureza é reapropriada pelo capital e sua superexploração é utilizada para os fins de acumulação. Nesse contexto, notadamente a partir da segunda metade do século XX, a necessidade de extensão dos mercados, incentivada pelo contexto do pós-guerra, levou as indústrias a investir em novas tecnologias. Esse quadro culminou na produção de diferentes produtos químicos e contribuiu conjuntamente para o

desenvolvimento de uma série de desastres de caráter industrial, provocando sérios impactos socioambientais e deixando vítimas em âmbito global. Dutra e Dalcin (2013). Segundo o Emergency Events Database (EM-DAT):

Entre os anos de 1901 e 1999, 35.861 pessoas morreram vítimas de desastres industriais no mundo. Apenas na última década, foram 16.502 vítimas fatais. Entre os desastres mais conhecidos estão o incêndio da fábrica em Nova Iorque (1911), o vazamento de gás em Bophal (1984) e o acidente nuclear de Chernobyl (1986). No caso do Brasil, o vazamento radiológico de césio-137 em Goiânia (1987), a explosão de Cubatão (1984) e o vazamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara (2000) são alguns dos casos mais conhecidos. (EM-DAT, apud, DUTRA e DALCIN, 2013, p.3).

De acordo com o Manual de Desastres Humanos da Secretaria Nacional de Defesa Civil, constata-se o seguinte conceito para o termo desastre humano ou antropogênico:

Consequência indesejável: do desenvolvimento tecnológico, quando não existe preocupação com o desenvolvimento sustentado; dos riscos relacionados com o desenvolvimento industrial, quando a segurança industrial e a proteção do ambiente contra riscos de contaminação são descuidadas; da intensificação das trocas comerciais e do conseqüente incremento do deslocamento de cargas perigosas; de concentrações demográficas elevadas, em áreas urbanas, quando as mesmas não são dotadas de uma infraestrutura de serviços essenciais compatível e adequada; de desequilíbrios nos inter-relacionamentos humanos de natureza social, política, econômica e cultural; do relacionamento desarmonioso do ser humano com a sociedade e com os ecossistemas urbanos e rurais; de deficiências dos órgãos promotores de saúde pública, muitas vezes agravados pelo pauperismo, por desequilíbrios ecológicos e sociais e por carência na estrutura de saneamento ambiental" e se dividem em Desastre humanos de natureza tecnológica, social, biológica (MANUAL DE DESASTRES HUMANOS DE NATUREZA TECNOLÓGICA – I PARTE. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – 2003, p. 11, apud, DUTRA e DALCIN; 2013, p. 4)

O contexto histórico do surgimento da Defesa civil demonstra a necessidade de uma intervenção estruturada nesses casos. Atualmente, no Brasil e no mundo, encontram-se leis e normas que buscam nomear as medidas que precisam ser adotadas pelas empresas na precaução e resposta a acidentes industriais. A grande maioria delas observa o imperativo de ações de comunicação e alerta junto às comunidades do entorno das instalações das indústrias como é o caso da Norma Regulamentadora número 20 (NR-20), revisada em 2012. Nesta dimensão, assinalamos o desenvolvimento de esferas em que a população envolvida possa, de fato, participar da gestão de emergências, sobretudo no que diz respeito à

preparação e prevenção dos mesmos. Neste particular, é preciso advertir que o projeto ético-político do Serviço Social atribui papel fundamental as formas de participação dos usuários, quaisquer sejam as políticas, programas ou projetos vinculados ao exercício profissional. Nesta esfera:

O Serviço Social tem condições de oferecer algumas contribuições. Trata-se de uma profissão marcada pelo contato direto com as classes subalternas, que tem como um de seus princípios fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos explicitado no Código de Ética vigente (1993). A atuação de assistentes sociais se dá na garantia de direitos através da defesa de políticas públicas, acesso a bens e serviços e à informação. Nas três últimas décadas, a categoria tem procurado compreender a estrutura da sociedade capitalista e como esta organização produz demandas com o intuito de qualificar sua intervenção na realidade. Todavia, apesar deste perfil profissional, ainda não se verifica uma discussão mais contundente da categoria no tema de desastres. (DUTRA e DALCIN, 2013, p.7)

Todos os aspectos referidos anteriormente têm relação direta com o perfil da população vítima de acidentes. Quando abordamos de forma generalizada acerca dos desastres, dados assinalam que famílias empobrecidas, e que convivem em áreas de risco são as que mais sofrem os danos dos chamados “acidentes naturais”, e podemos empregar a mesma lógica para tratar dos acidentes industriais.

Silva (2012) analisa as condições de vida “dos/as trabalhadores/as do mar”, enfocando, também, os crimes ambientais que estão sendo praticados face o desenvolvimento e proliferação da carcinicultura no Rio Grande do Norte, mediante o avanço das tendências destrutivas do capital. A autora aponta, mediante a produção destrutiva do capital, que o intercâmbio entre natureza-indivíduo torna-se desigual que limita o uso coletivo do patrimônio natural e o torna capital privado. Foi assim na chamada “Revolução Verde” na agricultura, é assim, no que hoje se denomina de “Revolução Azul” na Aquicultura. Como analisado por Silva (2012), a atividade econômica da Carcinicultura se constitui como expressão real desse processo de produção destrutiva do capital, que a partir da reapropriação do território legitimado pelo Estado e pelos organismos internacionais financeiros como o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial para o Comércio) cria, desenvolve e aprimora os meios de garantir a acumulação capitalista em detrimento da natureza, expropriando-a e especializando o uso do território, o que resulta na expulsão dos/ as trabalhadores/ as tradicionais de seus habitats.

Nas áreas costeiras de países como Equador, Honduras, Sri Lanka, Índia, Bangladesh, Filipinas, Brasil, China, o cultivo de camarão adotou uma centralidade na economia desses países, sendo considerado um dos principais produtos voltados para a exportação. No entanto, é preciso afirmar que a produção de camarão vem sendo amparada pelo Banco Mundial objetivando o lucro, mesmo que isso signifique a dilapidação dos manguezais em diversas partes do mundo. Silva (2012). Sobre isso, Alier (2007, p.121) comenta:

Trata-se de uma indústria não sustentável, que migra de um lugar para outro, deixando atrás de si um rastro de paisagens desoladas e pessoas desamparadas. O que tradicionalmente foi, em algumas áreas, uma atividade complementar em pequena escala da aquicultura tradicional, converteu-se em empresas de propriedade privada com um único propósito. Não só os manguezais têm sido destruídos, como também áreas agrícolas, particularmente na Índia e no Bangladesh, países nos quais os pequenos agricultores que cultivam arroz e outras culturas em pequenos terrenos próximos do mar foram expulsos à força ou pela salinização provocada pelas piscinas da carcinicultura. (ALIER, 2007, apud, SILVA, 2012, p.9).

Desta forma, o capital ao indicar os países periféricos para designar suas indústrias, em grande parte, trata-se de indústrias poluidoras e de grande impacto ambiental, submetendo as populações desses países a grandes riscos socioambientais, produzindo uma injustiça ambiental. Souza (2012) analisa sobre o movimento do grande capital em direção aos países periféricos e como isso tem afetado as populações mais desprivilegiadas dentro desses países, utilizando o exemplo do impacto de uma grande indústria siderúrgica, a Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), cujo grupo controlador é oriundo da Alemanha na zona industrial de Santa Cruz, localizada na região oeste do município do Rio de Janeiro próximo a Baía de Sepetiba. É importante referir que a vinda do grupo TKCSA para o Brasil marca uma tendência do capital a se espriar pelo globo, cujo movimento Harvey (2004) consegue desvendar com muita clareza.

A tendência ao dinamismo espacial advinda da busca competitiva de lucros é combatida pela reunião de poderes monopolistas no espaço. É exatamente desses centros que emanam tipicamente práticas imperialistas e clamores por uma presença imperial. (...) tudo isso assinala a grande importância da capacidade de mover no espaço mercadorias, capacidade produtiva, pessoas e dinheiro. As condições vigentes nas indústrias de transportes e comunicações têm quanto a isso papel vital. Ao longo da história capitalista, as inovações tecnológicas nesse campo têm alterado de maneira dramática as condições da espacialidade (a fricção da distância) e produzido todo gênero de instabilidades na economia espacial do capitalismo. (...) A tendência à "globalização" é inerente a esse esforço, e a evolução da paisagem geográfica da atividade capitalista tem sido impelida

sem remorsos por etapa após etapa de compressão espaço-tempo (Idem, pp. 86-7, apud, SOUZA, 2012, p.8).

A implantação da TKCSA no Rio de Janeiro aconteceu como supramencionado. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, à época comandado pela Rosinha Garotinho, não mediu esforços para consolidar essa iniciativa para a cidade. Este fato manifesta que o Estado deve ser mínimo apenas para o social e máximo para o capital. A justificativa para o investimento do Estado na TKCSA encontra-se na seção de notícias da própria página virtual do BNDES, quando no início do artigo é colocado os seguintes dados:

O empreendimento vai gerar cerca de 18 mil empregos diretos durante a implantação e cerca de 3,5 mil empregos na fase de operação. A nova usina, com início de operação previsto para 2009, terá capacidade anual de produção de 5 milhões de toneladas de placas de aço [e] é o maior projeto no setor siderúrgico brasileiro dos últimos vinte anos. (SOUZA, 2012, p. 7).

Está nítido que a justificativa para este empreendimento perpassa, pelo discurso da geração de empregos e pelo maior dinamismo da economia no setor siderúrgico. Entretanto, como analisa Silva (2012), a FAPESCA (Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro) possui projetos para a região que poderiam criar inúmeros postos de trabalho – cerca de 20.000, como os de maricultura e baseados na pesca artesanal. O eco-turismo poderia ser outro mecanismo a gerar um intenso dinamismo econômico na Baía de Sepetiba, possibilitando um padrão de desenvolvimento menos concentrador de renda e oportunidades, sem falar na conservação do meio ambiente propiciado por este tipo de negócio. Contudo, nenhum desses projetos foi levado em consideração pelo Governo quando a empresa foi instalada na região. Atualmente, não só a quantidade de peixes diminuiu, mas, também:

A variedade destes peixes. Muitos pescadores da região, cerca de 8.070, já se mudaram e abandonaram suas casas e a pesca, outros permanecem na Baía, mas vivem de “bicos” trabalhando em obras ou em outras atividades temporárias. Ou seja, em troca de 3.500 empregos, o Estado brasileiro impossibilitou que 8.070 pescadores e suas famílias continuassem a retirar seu sustento do mar. Outro dado também fundamental é que aonde existem as maiores empresas industriais é exatamente onde ocorrem os piores indicadores sociais e de renda. Essa região sofre com a carência de serviços sociais que proporcionem a população uma boa qualidade de vida como transporte eficiente, saúde integral à população, trabalho, educação de boa qualidade, dentre outros. Os piores índices são justamente de bairros localizados nessa região, como se pode ver na tabela abaixo, Bangu

aparece em 24º lugar no ranking, Campo Grande em 25º e Santa Cruz em 29º no índice de desenvolvimento social (IDS), em um ranking com as 32 regiões que compõem a cidade do Rio de Janeiro. (SOUZA, 2012, p.5).

Considerando a produção dos Agrocombustíveis e o crescente desenvolvimento do etanol, por meio da cana-de-açúcar no agronegócio brasileiro, Oliveira (2012) analisa as fortes contradições do discurso propagado pela sustentabilidade e a realidade local com extrema pobreza, degradação ambiental, concentração de riqueza no município de Ceará Mirim, localizada na região do Mato Grande no Rio Grande do Norte, sendo esse um dos municípios do estado que apresenta crescente produção de cana-de-açúcar, haja vista a defesa hegemônica do Desenvolvimento Sustentável nessa atividade por empresas capitalistas. O discurso da sustentabilidade ambiental soa apenas como um “canto de Sereia”, para manutenção da riqueza dos usineiros.

O Estado tem sido também um dos grandes apoiadores dessa ideologia no contexto econômico e político, mascarando assim todas as formas de apropriação e reprodução capitalista obtidos nessa atividade econômica. A pesquisa identificou que as comunidades situadas no Vale Canavieiro expressam pobreza, o cenário é de casas humildes e crianças trabalhando nas estradas, além de uma degradação ambiental, onde a vegetação nativa da região quase que desapareceu juntamente com os pequenos sítios para dar lugar a cana-de-açúcar, identificando assim um grande contraste entre a pobreza local e a riqueza dos patrões.

Ao chegarmos à propriedade da Usina São Francisco uma das maiores do município, conversamos com um ex-funcionário que mora em uma das casas pertencente a usina. A primeira entrevista realizada com ex-operador de máquina da Usina São Francisco, na qual indagamos como se dava a relação trabalhista entre patrão e empregado? Segundo o entrevistado, a indústria costuma pagar todos os direitos trabalhistas, ainda informou que a São Francisco possui aproximadamente 43 casas que são para funcionários “selecionados”, os cortadores de cana não têm direito à moradia na casa da usina. Segundo o entrevistado, as casas serão destruídas, pois no local será construída uma rodovia que ligará Ceará Mirim ao distrito de Estivas, os moradores não terão direito a indenização, pois as casas são da Usina São Francisco. Conforme o entrevistado, a produção da usina é de 15 a 27 milhões de litros de álcool, e que a empresa possui cerca de 10 mil hectares de terra para plantio de cana, porém somente 4 mil hectares são ocupados por essa lavoura. (OLIVEIRA, 2012, p.9).

Em relação aos problemas ambientais, a produção da cana-de-açúcar, como é constatado pelos trabalhadores, traz sérios problemas tanto de ordem física,

mediante a destruição das matas nativas para a plantação dessa monocultura, como também problemas relacionados ao clima, devido à queima da cana para promover o corte da mesma, segundo entrevistados no período do corte dessa gramínea Ceará Mirim torna-se um inferno, trazendo não apenas problemas para o planeta, mas para as pessoas do município. Assim afirma uma moradora da cidade entrevistada:

Quanto aos problemas ambientais, os canaviais têm ganhado novas territorialidades no município, logo conseqüentemente novas áreas têm sido devastadas para o plantio, pode-se ressaltar ainda a emissão de gases na atmosfera que são extremamente prejudiciais ao meio ambiente assim como para saúde da população que se concentra próximo. (OLIVEIRA, 2012, p.6).

Conforme a autora, o trabalho no corte na cana apresenta duas características fundamentais para o trabalho degradante do cortador de cana que é a longa jornada de trabalho e a máxima intensificação do trabalho, por meio do salário ser pela produção. Identificamos nas entrevistas com os canavieiros essas análises que lamamoto nos propicia, conforme apresenta um dos canavieiros:

Acordava às três da manhã e voltava às cinco da tarde, era mais de 12 horas de trabalho. Eu passei pouco tempo lá, apenas três semanas não aguentei muito não, eu só conseguia fazer por dia apenas 20 reais, muito pouco para tanto trabalho, o pagamento era pela braça, quanto mais eu cortasse mais eu ganhava, mas também dependia da braça tinha braça que valia mais e tinha braça que valia menos dependia do tipo da cana. (GALEGO– Canavieiro, apud OLIVEIRA, 2012,p.7).

Silva, et al (2014) abordam acerca das transformações socioambientais resultantes do processo de expansão das atividades do Complexo Industrial e Portuário de Suape que atualmente constitui um dos polos de maior desenvolvimento econômico de Pernambuco. Associados a um modelo de desenvolvimento que vem ganhando força no Brasil, o chamado neodesenvolvimentismo, os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, manifestam as contradições da acumulação de capitais que avança sobre os recursos naturais, acentua a exploração do trabalho, acarretando impactos significativos sobre as populações residentes na área e sobre os ecossistemas locais, agravados pela insuficiente regulação ambiental pública na região. Com a instalação do Complexo, entretanto, mudanças significativas ocorreram no

município. Em dez anos, entre 2000 e 2010, segundo dados da Agência Condepe/Fidem:

A população do Cabo de Santo Agostinho aumentou cerca de 30%. Qual 134.356 pessoas residem na área urbana e 18.480 na área rural. (GOMES, 2010). Outra mudança significativa está relacionada às atividades econômicas do município, demonstrada pelos empregos formais ocupados ligados à indústria de transformação. Segundo o IBGE (2010) somente o Cabo é responsável por cerca de 8% do PIB de Pernambuco. Todavia, a degradação ambiental vem se evidenciando na região a partir dos impactos industriais, além das questões relacionadas à infraestrutura urbana. Segundo relatório técnico da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH (UGC nº 28/2013) existem danos referentes às obras de dragagem e derrocagem realizadas em Suape o que ocasiona a morte de fauna marinha protegida por lei e prejuízos à atividade de pesca artesanal. Diversos problemas estruturais vêm se agravando na região mesmo com a ampliação da importância econômica local. Os índices de saneamento básico são um desses reflexos. Historicamente, a cobertura do sistema já se mostrava insuficiente, mas segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) a situação vem se intensificando, deixando sem abastecimento de água cerca de 20% dos domicílios além dos demais problemas que se relacionam aos racionamentos, esgotos a céu aberto e irregularidades no atendimento. (Silva, et al 2014, p.5)

Cruz, et al (2014) abordam acerca das desigualdades sociais resultantes do modelo de desenvolvimento adotado para o Brasil e para a Amazônia, centrado na produção de *commodities* minerais para fins de exportação. As autoras indagam-se: o “desenvolvimento sustentável” pretendido interessa a quem? A análise revela que, contraditoriamente, esse processo tem gerado riqueza para segmentos que comandam o capital em suas diferentes modalidades e simultaneamente aprofunda níveis de desigualdade social na Amazônia.

Pela riqueza mineral existente no seu solo, o estado do Pará se constitui em exportador de *commodities* naturais, especialmente minerais, e a economia paraense é exemplo da tendência à reprimarização na América Latina. Suas exportações destinam-se à Ásia (38,23%), União Europeia (25,78%), Estados Unidos (8,56%), Associação Europeia de Livre Comércio (8,08%) e ALADI/Mercosul (6,95%). Dentre os principais produtos destacam-se minérios de ferro não aglomerados (45,69%), alumina calcinada (14,06%) e alumínio não ligado em forma bruta (8,54) (SEDECT, s/d). Em razão do destaque dado pelo aumento da extração de minérios no estado, o PIB paraense passou do 14º lugar em 1996, para o 11º lugar em 2003, e vem mantendo o 13º lugar desde 2009 (IBGE, 2011).

Na contramão da exploração dos recursos minerais que geram riqueza, constata-se que, na população total residente nos municípios mineradores, 66,3%

de Parauapebas, 73,5% de Marabá, 70,9% de Canaã dos Carajás e 77,4% de Paragominas auferem renda individual mensal entre 0 a 1 salário mínimo. Este quadro é agravado nos municípios de Oriximiná e Juruti, com 86% e 87,2%, respectivamente (Tabela 1). Cruz, et al. (2014).

Tabela 1: População dos municípios mineradores, segundo as classes de rendimento

Classes de Rendimento	Município											
	Parauapebas	%	Canaã dos Carajás	%	Paragominas	%	Oriximiná	%	Juruti	%	Marabá	%
Sem rendimento	54.359	44,5	9.533	45,3	34.653	45,4	23.665	49,7	18.259	52,7	86.038	46,5
Até 1/2 salário mínimo	4.822	4,0	1.279	6,1	5.746	7,5	7.346	15,4	4.597	13,3	10.397	5,6
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	21.675	17,8	4.111	19,5	18.713	24,5	9.949	20,9	7.347	21,2	39.612	21,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21.011	17,2	3.475	16,5	10.528	13,8	3.785	7,9	2.923	8,4	27.508	14,9
Mais de 2 a 5 salários mínimos	15.481	12,7	1.971	9,4	5.205	6,8	2.050	4,3	1.170	3,4	15.579	8,4
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3.513	2,9	519	2,5	1.210	1,6	614	1,3	259	0,7	4.548	2,5
Mais de 10 a 20 salários mínimos	913	0,7	122	0,6	286	0,4	164	0,3	53	0,2	1.039	0,6
Mais de 20 salários mínimos	268	0,2	30	0,1	64	0,1	49	0,1	20	0,1	317	0,2
Total	122.042	100	21.040	100	76.405	100	47.622	100	34.628	100	185.038	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

Com todas as determinações supramencionadas vemos que, intensificadas com a lógica capitalista, as transformações do meio ambiente empreendidas pelo capital se intensificam, seja poluição, mudanças climáticas e atmosféricas, além da problemática de saneamento, urbanização e industrialização. Tais processos trazem impactos não apenas na natureza, mas, conjuntamente a saúde humana nas suas múltiplas dimensões: social, biológica, psicossocial e ambiental. Isso porque o nível de saúde de uma população é determinado por um conjunto de fatores entre outros, a melhora de condições sociais e ambientais. Portanto, torna-se imperiosa a intervenção do Estado, através de políticas públicas, contando com a participação ativa da sociedade na totalidade destas questões.

3.3.8 Resíduos Sólidos

A gestão dos resíduos sólidos é uma temática que tem promovido diversos debates, pois é de relevante para vários aspectos da vida da população, como, por exemplo, na manutenção da saúde pública e na preservação do meio ambiente. Neste sentido, o inciso XI do artigo 3º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS definiu que a gestão de resíduos sólidos é um:

Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (PNRS, 2010, apud, SILVA, 2016, p.3).

A correta destinação dos resíduos sólidos é uma temática que faz parte do debate contemporâneo, visto que a destinação inadequada pode causar uma série de problemas, dentre os quais destacam-se a poluição dos lençóis freáticos e a contaminação do solo. A partir de 2007, o Brasil começou a intensificar as estratégias para que os lixões pudessem ser desativados e substituídos por aterros sanitários. O aterro sanitário constitui-se como a Tecnologia economicamente mais viável se comparada com as demais. Por esse motivo, ela é também a mais utilizada em todo o Território Nacional, principalmente pelos pequenos municípios. Contudo, ela não tem muita aceitação por parte dos vizinhos, visto que os odores que são exalados causam incômodo (Silva, 2016).

Ao conceituar aterro sanitário, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, através da NBR 8419, definiu como sendo uma técnica que:

Consiste na disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos, se for necessário. (SCHALCH et al., 2002, apud, SILVA, 2016, p.7).

Silva (2016) analisa como é realizada a gestão do aterro sanitário da cidade de Sena Madureira, Acre, evidenciando os resultados obtidos e as perspectivas em torno do assunto. Observou-se que, no município de Sena Madureira, não há aterro

sanitário, a disposição final dos resíduos sólidos no município de Sena Madureira, ainda é realizada num Lixão, local considerado inadequado para este fim e que deveria ser extinto até julho de 2014. Conseqüentemente, não são cumpridos os requisitos legais preconizados na Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, sendo apontado como motivo para não efetivar da política, a falta de recursos financeiros, pois, o custo de operacionalização de aterro é muito elevado. A gestão do aterro sanitário:

É realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SENSUR. Entretanto, faz necessário destacar que não é realizada a manutenção diária no aterro. Quando é concentrada uma quantidade significativa de lixo, um trator faz o soterramento, sendo esta a única atividade realizada no aterro. O local da destinação final dos resíduos sólidos do município fica a aproximadamente 08 (oito) quilômetros do centro, as margens da BR 364, sentido Rio Branco. No que se refere à estrutura básica do aterro sanitário observa-se que o mesmo dispõe de uma guarita que está em construção, de isolamento e de área de disposição de resíduos. Na guarita não há nenhum responsável, ou seja, existe apenas a estrutura física. O isolamento é realizado através de uma cerca mista de madeira, na área frontal e laterais e arame, na parte traseira. Não possui portão. Toda área interna é utilizada como área de disposição de resíduos. (SILVA, 2016, p.5).

O lixão municipal de Imperatriz está situado a 16 km do centro da cidade, na estrada do arroz, instalado numa área de 293.257m². Em 2001, o lixão recebia 17mil toneladas por mês. Hoje são depositados diariamente 250 mil toneladas, essa média é 25% maior que a média do Nordeste. A amostra da pesquisa foi realizada com 10% dos trabalhadores do lixão que hoje se encontram trabalhando no lixão municipal, cerca de 80 sujeitos (dados oferecidos pelos próprios catadores). Contudo, houve os que afirmassem ter de 250 a 300 famílias que usam o lixão como principal fonte de renda. O problema hoje não está em reconhecer legalmente o catador como profissão, mas garantir seus direitos, como condições dignas de trabalho e vida. Sousa; Lopes (2016)

A rotina de um catador do lixão é exaustiva e realizada em condições precárias. 77% dos entrevistados trabalham a mais de 05 (cinco) anos no lixão, onde 67% afirmam trabalhar 10 horas diárias e 33% durante toda semana. Esses são dados não muitos precisos, pois mesmos os que alegam voltar para casa no fim do dia afirmam que chegam a ficar 72 horas no lixão. Segundo o catador identificado como C1, de 42 anos, que trabalhada no lixão há seis anos:

Há quem fique aqui o mês todinho, sem nem ir pra casa, e os que dizem que vão pra casa todo dia, nem sempre é assim, tem gente que fica aqui três dias direto, pois é mais tranquilo trabalhar a noite. E o lixão é um lugar bom pra ganhar dinheiro. Eu já trabalhei 11(onze) anos em fazenda, fiz um curso de inseminação em vaca e o fazendeiro que eu trabalhava toda hora me chama, mais eu não quero, sabe como é, aqui, eu não tenho patrão e ganho mais e ainda só trabalho quando eu quero, não quero trabalhar em outro lugar. (Entrevista realizada em 15/11/2012)

Mesmos os que tiveram outra atividade fora do lixão não querem retornar aos antigos empregos. 67% dos entrevistados não querem outro ofício. Isso decorre da falta de especialização e estudos, sendo que 45% destes são analfabetos 44% não concluíram o ensino infantil e apenas 11% chegaram a iniciar o ensino fundamental.

O catador de material reciclável participa como elemento base de um processo produtivo bastante lucrativo, no entanto, paradoxalmente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna. (LEAL, 2002 apud, MEDEIROS E MACEDO, 2006, apud, SOUSA e LOPES, 2016, p.7).

Embora seja sabido que, o encerramento dos lixões atenda a questão ambiental, pois sua existência já era considerada prática irregular desde que foi regulamentada a Política Nacional de Meio Ambiente em 1981, passando, inclusive a ser considerado crime ambiental em 1998; temos certeza que afetaria diretamente o universo dos catadores, tendo em vista sabermos que o lócus da sua atividade laboral, não oferece condições salubres e seguras de trabalho. No entanto, é ainda o que os mantém em atividade, tendo em vista não terem sido identificadas outras referências com efetividade de trabalho para garantir a sobrevivência desta população que, segundo o IPEA (2014), supera o quantitativo de 400 mil trabalhadores na informalidade, enquanto o MNCR3 (2014) afirma já atinge cerca de 800 mil trabalhadores em todo o país.

Após a desativação do garimpo do lixo no maior lixão da América Latina, localizado no município de Duque de Caxias – RJ, os catadores de materiais recicláveis que sobreviviam de tal atividade lutam para efetivar a política pública que os inclui como partícipes legais na gestão integrada de resíduos sólidos, conforme preceitua a Lei 12.305/2010, mas que até o momento, não têm dado reais condições de concorrerem com os grandes empresários, embora venham tentando construir

pilares sustentáveis para sobrevivência através da garantia de trabalho e renda para todos. Constatamos através das falas, que:

Embora sejam sabedores do seu potencial e da relevância do seu trabalho no contexto socioambiental, os catadores que há mais de três décadas exerceram suas atividades na superfície do Lixão, catando lixo, repassando para o sucateiro materiais com valor no mercado, seguem excluídos da sociedade e agora do universo da catação, portanto, com o desafio de reinventarem sua forma de sustento, tendo em vista que por definição jurídica e legal, aterros sanitários não possuem espaço em sua configuração para o trabalho do catador de material reciclável. Pudemos verificar que antes do encerramento das atividades no Lixão a renda familiar média era de R\$1.343,00, havendo não raramente casos de ultrapassar os R\$4.000,00. Ao passo que a renda média dos trabalhadores do Polo é de R\$767,00, inferior ao salário mínimo nacional à época da pesquisa (R\$) e raramente ultrapassa os R\$300,00. O que pudemos depreender da questão do não acesso dos catadores na época do encerramento do Lixão, bem como no período posterior, é que os programas e projetos desenvolvidos a luz da política pública de assistência social, não foram perfilados para as demandas específicas da população de catadores, por outro lado a maioria já era beneficiário somente do Bolsa Família como programa de governo, portanto, muito pouco existia no próprio município para oferecer de programas específicos para esta população, o que inviabilizou a inserção daqueles que não desejavam continuar na atividade de catação no polo para outras áreas de serviço. (BASTOS, 2016, p.9).

As mutações decorrentes do processo de reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho e nas formas de organização dos trabalhadores consolidaram a fragmentação da classe e trouxe como resultado a precarização das relações de trabalho, a flexibilização dos empregos e o desemprego estrutural de uma forma global. Esses trabalhadores inseridos principalmente no mercado informal, denominados "informais mais instáveis", são os que realizam trabalhos eventuais e pautados pela força física e pela realização de atividades de baixa qualificação, pois esses trabalhadores não tem outra opção para sua subsistência a não ser recorrer aos "trabalhos socialmente excluídos". Toda essa dinâmica de precarização do trabalho em plena sintonia com o modo de produção capitalista se expressa no aumento do desemprego, com exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho cada vez mais seletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra “Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” Marilda Iamamoto (2009) realiza reflexões fundamentais para discutir aspectos relacionados à profissão e a necessidade desta estar atenta e acompanhar as mudanças na realidade social. Essa obra é certamente um incentivo ao desafio assumido: estudar a questão ambiental no serviço social. Em especial chama a atenção o seguinte trecho:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (...) as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 20-21).

Neste sentido é imperioso aos assistentes sociais compreenderem que a questão ambiental possui uma posição estratégica na reprodução da sociedade de classes, atendendo tanto as requisições dos organismos multilaterais, quanto às reivindicações e bandeiras de lutas da classe trabalhadora para a viabilização dos direitos socioambientais. Nesse contexto de intensificação das atividades humanas na natureza, constata-se a crescente demanda pelo trabalho do assistente social nas demandas ambientais. A partir desse reconhecimento, o presente estudo problematizou: como a produção de conhecimento do serviço social sobre a questão ambiental, vem se constituindo no Serviço Social brasileiro? Respondendo a pergunta a pesquisa constatou que o Serviço Social vem construindo novos conhecimentos acerca das conexões existentes entre a questão ambiental e a questão social e, por outro lado, no mesmo movimento contraditório, vem reatualizando velhos paradigmas, ao absorver o ideário ético do “*desenvolvimento sustentável*” e aceitar suas premissas de uma suposta conciliação entre: desenvolvimento econômico e degradação ambiental.

Desta constatação concluiu-se, que o debate ambiental no Serviço Social está em emergente construção e suscita de maiores estudos, para se estabelecer, via a continuidade das discussões, uma visão crítica que possa ultrapassar os discursos neutros e supra classistas que envolvem o debate. Neste particular

ressalta-se a necessidade de estudos que apreendam a relação entre questão ambiental e sociedade capitalista. O que permite identificar o surgimento da propriedade privada, por meio da acumulação primitiva, e o surgimento das relações que significaram a mercantilização da natureza e do trabalhador. No estágio contemporâneo do capitalismo, tal dinâmica é acentuada pelas elevadas taxas de destrutividade – o que demarca a acentuação das contradições do capital-constituindo um limite a ordem do sistema, em razão da escassez de determinados recursos naturais.

Nos anos 1990 o ideário de desenvolvimento sustentável ganha centralidade na agenda pública ganhando materialidade no conjunto de ações e estratégias que se constituem como mecanismos de controle da relação sociometabólica do capital. Nos trabalhos é possível identificar que a noção de sustentabilidade foi amplamente utilizada para fazer alusão a uma suposta preocupação com a preservação do “meio ambiente”, através da adoção de “práticas sustentáveis” configurando a conformação de uma cultura ética e comportamentalista que propaga o desenvolvimento de ações “ambientalmente corretas” como trato para os problemas ambientais. Nesta perspectiva a partir dos anos 1990 a gestão ambiental ganha espaço na agenda pública e no âmbito institucional através da reciclagem dos resíduos sólidos, investimentos em pesquisa científicas e da educação ambiental.

O estudo revelou que no âmbito do serviço social é expressiva a atuação desses profissionais na Educação Ambiental, área de maior concentração de trabalhos publicados, o que está intimamente relacionado ao papel historicamente atribuído ao assistente social visto como educador, orientador de condutas, e mediador de conflitos. (Iamamoto, 2004)

Nos trabalhos estudados os autores que defenderam a educação ambiental, por exemplo, concentraram seus esforços práticos debatendo sobre o trabalho da coleta seletiva, preservação dos recursos hídricos, no modelo de agricultura, e outros traços marcantes da visão conservacionista. Em contrapartida, há autores, que apreenderam a educação ambiental numa perspectiva crítica, enquanto uma forma de exercício da cidadania e do fortalecimento dos sujeitos envolvidos. Nestes termos, o processo de educação emerge como necessidade imperiosa e como a possibilidade dos assistentes sociais contribuírem para uma participação democrática e efetiva da população, além da participação nos processos de

organização e mobilização popular, a fim de que os sujeitos envolvidos nesses processos intervenham nos espaços institucionais, demarcando a participação dos mesmos na luta cotidiana contra práticas privatistas.

Constatou-se com a pesquisa que em grande parte dos trabalhos encontrados, apesar dos autores destacarem o vínculo entre o social, o econômico, o cultural e o ambiental e declararem ser o desenvolvimento do modo de produção capitalista o principal fator do aumento da degradação ambiental, principalmente após o contexto de crise estrutural do capital, ainda permaneceu a modelo conservacionista nas reflexões elaboradas. Ou seja, fazem referência à questão do desenvolvimento sustentável, entretanto, de forma acrítica, sem considerar a incompatibilidade e a contradição presente no próprio ideário sustentável: a defesa do crescimento econômico a partir de uma suposta conciliação com a preservação dos recursos naturais, mesmo frente a um modo de produção que visa antes de qualquer sustentabilidade ambiental ou social o lucro e a acumulação crescentes. Tais trabalhos não compartilham com a ideia de que Marx tratou, ainda que não precisamente com esta terminologia do conceito de “desenvolvimento sustentável” em suas obras. Compreende-se que havia sim, em Marx, uma preocupação com a interação entre o homem e natureza. Tal interação foi manifesta através do conceito de “metabolismo social”, onde as trocas metabólicas entre o homem e a natureza, realizadas no contexto da expansão da indústria e agricultura intensiva, passaram a se constituir em “rupturas”, ou seja, relações danosas, ao meio ambiente e ao próprio homem. Se diante disso é deduzida uma noção de “insustentabilidade”, essa noção assim denominada é contemporânea. Mas, é um desacerto pensar que o termo tenha origem nas obras de Marx.

Na pesquisa realizada percebemos que um traço presente no discurso ambiental é a evidente ambiguidade na análise do tema, ainda marcado pelo pensamento conservador - o que é manifesto no discurso que alega a necessidade de mudanças comportamentalistas- sem perspectiva de transformação social. Isto reforça a análise que sustenta a adequação e conservação da ordem societária. Importa-nos ressaltar que não se está criticando a prática profissional como se a mesma fosse independente às relações sociais, econômicas e ideológicas que se estabelecem entre as classes sociais, ao contrário, já foi apontado

anteriormente nessa pesquisa que o assistente social participa da produção e reprodução de tais relações, estando assim, exposto às mesmas. Mas cabe-nos ressaltar que tal ambiguidade também comporta a possibilidade de abordagens de cunho crítico que apreendem a intrínseca vinculação entre a questão ambiental e capitalismo numa perspectiva de transformação social, assumidos pelo Serviço Social em seu projeto ético-político. Essa perspectiva permite-nos reconhecer que é no âmbito das relações sociais capitalistas que estão centrados os determinantes históricos da questão ambiental, podendo ser esta situada no contexto de emergência da apropriação privada dos elementos naturais e sua transformação em elementos de produção mediados pela ciência e pela tecnologia. Cabe-nos afirmar que somente uma sociedade pautada em uma nova relação com os recursos naturais e que não esteja fundamentada na lógica da lucratividade, ou seja, uma sociedade que elimine a “falha” no “metabolismo social” é capaz de estabelecer uma relação verdadeiramente sustentável com a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital**. R. katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 57-62, jan./jun. 2013. Ensaio.

ALMEIDA, Tamires Barros de. O serviço social no enfrentamento dos problemas ambientais: desafios e possibilidades nesse novo espaço sócio-ocupacional. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Natal, 2014.

ALCANTARA Gisele Oliveira de. Responsabilidade socioambiental: um novo espaço de atuação ocupacional do serviço social. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Natal, 2014.

_____. NASCIMENTO Alexsandro Claudio do o mito do crescimento econômico e a natureza como refém. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Natal, 2014.

ALMEIDA Érica Terezinha Vieira de, CORDEIRO, Fernanda Azevedo, ALVES Patrícia Da Silva Andrade. Exploração do trabalho e segregação sócio-espacial: o caso dos catadores de recicláveis. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

ALVES Ana Karina Da Silva. Trabalho e saúde: análise do trabalho dos catadores de materiais recicláveis em Maracanaú/Ceará. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

ANDRADE, Alba dos Prazeres de. SILVA, Heloisa Helena Correa da. Programa bolsa floresta e a inserção dos moradores da reserva extrativista Catuá-ipixuna – am. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**, Juiz de Fora, 2012.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. LIMA, Etyanne Uhlmann de. Reflexão-ação reflexão: educação ambiental na escola estadual Tiradentes em Manaus. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, Juiz de Fora, 2012.**

ANDRIOLI, A. I. **A atualidade de Marx para o debate sobre a tecnologia e meio ambiente.** Crítica Marxista, v. 27, p. 11-25, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Ementa do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.** Temporalis, Brasília, ano 12, n.24, p. 461-466, jul./dez. 2012.

ARAÚJO, N. M. S.; SILVA, M. G. **Economia verde: a nova ofensiva ideológica do capitalismo.** Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 127-143, jul./dez. 2012.

ATAIDE, Soraya Gama de. Depredação ambiental, danos na saúde dos trabalhadores provocados pela indústria de mineração. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.** Juiz de Fora, 2012.

BATISTELA, A, C. BONETTI, L, W. **A relação homem / natureza no pensamento moderno.** 2013.

BÁNKUTI: Sandra Mara Schiavi; BÁNKUTI Ferenc Istvan. **Gestão ambiental e estratégia empresarial: um estudo em uma empresa de cosméticos no Brasil.** Gest. Prod. vol.21 no.1 São Carlos Jan./Mar. 2014

BARRETO, Jéssica da Silva, CHAVES, Aria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Tecnologia social e sustentabilidade socioambiental: estudo em uma comunidade ribeirinha no município de Maués/AM. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** São Paulo, 2013.

BRANDÃO, André Augusto. JORGE, Amanda Lacerda. Quilombolas e ribeirinhos: cooperação e conflito ambiental em áreas de várzea e floresta na Amazônia. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.** Juiz de Fora, 2012.

BASTOS, Valeria Pereira. A política nacional de resíduos sólidos e os desafios dos catadores para sua efetivação. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

BARROS Luiz Felipe. A questão ambiental como manifestação da “questão social”. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

BORN, Rubens Harry. Agenda 21 e a biodiversidade. **Caderno de Debate da Agenda 21 nº 09**. Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf; Acesso em: 20 jun. 2018.

BOURCKHARDT, V. **Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social**. 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRITO, Lady Mara Lima de. Promoção da saúde e questão socioambiental: a interface entre saúde e ambiente. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

BRITO, Ayna Miranda Nogueira. O assistente social e sua atuação nos desastres naturais. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Pernambuco, 2016**.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar, SIQUEIRA Marcklize dos Santos, CRISTO Lidiane de Aleluia. Indicadores socioambientais: instrumento para auferir o desenvolvimento sustentável em unidades de conservação. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

CALGARO, C. PEREIRA, H, M. **Os Organismos Geneticamente Modificados: a informação ao consumidor como forma de cidadania.** Boletim jurídico, 2011.

CAMARGO, M. A. & FERRI, M. F. **Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática.** In: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo. Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011.

CAMILO, Maria Virgínia Righetti Fernandes. CAIO, Vânia Maria, MARIOSIA, Duarcides Ferreira. Sustentabilidade socioambiental e populações ribeirinhas. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.** Juiz de Fora, 2012.

CARNEIRO, Márcio Roberto Sousa; BELLINI, Carlo Gabriel Porto; PEREIRA, Rita de Cássia de Faria. **Obsolescência programada e vulnerabilidade do consumidor na indústria de aparelhos de tecnologia móvel.** In: Encontro ANPAD, 38, 2014, Rio de Janeiro. Anais: Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

CARNEVALE, Barbara Louise. A questão ambiental nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social e congressos brasileiros de assistentes sociais. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.** Juiz de Fora, 2012.

CARVALHO, Edinah Cristina Araújo, PENHA, Thazia Medeiros. Preservação ambiental: uma nova demanda para o assistente social. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** São Paulo, 2013.

CATETE Vania Lúcia Lemos, COSTA, Solange Maria Gayoso. Exploração dos recursos naturais e conflitos sociais na gleba nova Olinda (pa). In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** São Paulo, 2016.

CORRÊA, Deborah Cristina. **O debate ambiental no serviço social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas? Tese de Mestrado em Serviço Social.** Programa de pós-graduação em serviço social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.

COSTA, Kadhman Suenni Taveira, ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. Educação ambiental como educação para a cidadania: o acesso aos direitos sociais no bairro de Petrópolis, em Manaus-AM. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

COSTA, R S; LIMA, T. M. M, NASCIMENTO, É. M. do. Serviço social e questão ambiental: as atribuições do assistente social em tempos de reestruturação do capital. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro, FIALHO, Nadia Socorro, SÁ Maria Elvira Rocha de, CARDOSO, Welson de Sousa. Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea: “decifra-me ou devoro-te!”. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

CRUZ, Suenya Santos da. Uma contribuição crítica ao capitalismo verde: em busca de uma saída ecossocialista. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

CYRINO Ana Beatriz de Souza. A resiliência na questão socioambiental enquanto uma expressão da questão social: um estudo na bacia hidrográfica do igarapé do educandos na cidade de Manaus – am. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

_____. SILVA, Heloísa Helena Correa da. A dimensão interventiva e ambiental do serviço social nos espaços socio-ocupacionais situados na bacia hidrográfica do educandos -Manaus/am. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

DANTAS, Gilson. **O Manifesto Comunista é um texto antiecológico?** Esquerda diário, 2018.

DOCUMENTOS FINAIS DA CÚPULA DOS POVOS NA RIO +20. Disponível em: <http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/documentos-finais-da-cupula-dos-povos-na-rio-20-pos-justi%c3%87a-social-e-ambiental.pdf>. Acesso em: 12/09/2018.

DUTRA, Adriana Soares. DALCIN, Kellen Cristina. Acidentes industriais: perspectivas para atuação do serviço social no Brasil. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências**. Conservação Internacional, 2005.

FERREIRA, Gicele Brito José Alberto, ARAÚJO Brito. A luta pela terra e o conflito socioambiental na implantação da resex terra grande Pracuúba no Marajó-pa: entre o açaí e a madeira. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

FERREIRA, Luzia Amélia. **Serviço social e questão agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2015.

FOLADORI, Guillermo. **A questão ambiental em Marx**. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n.4, p.140-61, 1997.

_____. **O metabolismo com a natureza**. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n.12, p.105- 17 2001.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Marx e o meio ambiente**. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy.

_____; CLARK, Brett. **Imperialismo Ecológico: a maldição do capitalismo**. Revista Socialist Register 2004 - O novo desafio imperial, Buenos Aires/Argentina, v.40, p.225-43, mar. 2006.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. NUNES, Letícia Soares. Questão ambiental, desastres e interdisciplinaridade. **In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social. Juiz de Fora, 2012.**

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** Tradução: Sergio Faraco, 2014.

GASSEN, Flavio. **Perdas repetidas.** Cultivar, Agosto de 2005.

GOMES Flávia Ferreira, BATISTA Sonia Socorro Miranda. Organização produtiva: população ribeirinha na ilha do Combu em Belém-pará. **In: Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Natal, 2014.

GONÇALVES, Carlos Porto, Sader, E. (org). **O desafio ambiental. (Os porquês a desordem mundial),** Rio de Janeiro, Record, 2004.

GROSSI, Mônica Aparecida. **Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Programa de pós-graduação em serviço social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, maio de 2014.

_____. **Capitalismo e Questão Ambiental: contribuições da Tradição Marxista.** Libertas, v. 3, n. 2, p. 33-56, jul. 2009.

_____.J. A. Questão Ambiental e Serviço Social: desafios em tempos de crise do Capital. **In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Pernambuco, 2016.**

_____. Questão ambiental e lutas sociais: elementos para sua politização. **In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** São Paulo, 2013.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. RODRIGUES, Olinda. Educação ambiental para as cidades amazônicas: reflexões para o serviço social. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

GURGEL, Ferdinanda Fernandes. Questão ambiental: um espaço para atuação do assistente social. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

HEIDRICH, Andréa Valente. **Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.

HENIG, Edir Vilmar. A agricultura familiar como estratégia para o desenvolvimento sustentável. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

HIRAI, W. G; SILVA, L. A. F. da; PONTES, J. R. A. A. O homem e sua relação com a natureza e o surgimento da educação ambiental como uma demanda para o serviço social. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Como o IBAMA exerce a educação ambiental**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

JESUS, Irlanda Oliveira Moreira de, CARDOSO, Ana Maria Ferreira, SOUZA, Terezinha Loiola da Cruz. Educação ambiental e mobilização social como

propulsores do controle social na política de saneamento básico: uma experiência na Bahia. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

LEMOS Enilda Maria. O movimento ambientalista liderado pela fundação para conservação da natureza de mato grosso do sul (fuconams). In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016

_____. DAVID Célia M. Serviço social e mentalidade ambiental. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

LIMA, André Rômulo. **A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas**. In: XXXVII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Foz do Iguaçu, 2009.

LIMA, Marcus Wilke Silva. a amazônia e o discurso do desenvolvimento sustentável. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**, Juiz de Fora, 2012

LIRA, Talita de Melo. Política ambiental e comunidades ribeirinhas no amazonas: um do estudo do impacto sociocultural no *modus vivendi* dos ribeirinhos de maués-am. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013

_____. Política ambiental e comunidades ribeirinhas no estado do amazonas. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Natal, 2014.

_____. COSTA Klilton Barbosa da. A questão ambiental e políticas ambientais no Brasil: elementos para o debate. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

_____. Klilton Barbosa da Costa, SIILVA, Mayara Pereira da, MEDEIROS, Vânia Lima Atuação. Profissional na área socioambiental na Amazônia: experiência do grupo inter-ação no parque científico e tecnológico para inclusão social. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

LOPES, W. M. SOUSA, J. de M. O protagonismo social dos trabalhadores no lixão de imperatriz: uma abordagem através das relações de trabalho e geração de renda. . In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

LOUREIRO, Frederico Carlos B. **Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando debates**. A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. In: Karl Marx - Friedrich Engels, Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. 203-34.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844**. In: FERNANDES, Florestan (Org.). K. Marx, F. Engels: História. São Paulo: Ática, 1984. p. 146-81.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Volume I. Livro Primeiro - O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. São Paulo: abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

_____. **Trabalho Estranhado e Propriedade Privada**, Manuscritos Econômico filosóficos de 1844. In: ALVES, Giovanni (Org.). São Paulo, Boitempo Editorial, 2004 (tradução de Jesus Ranieri).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. & Engels. **Da ideologia alemã**. In *Formações econômicas pré-capitalistas*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

MENEZES, Amanda Naiara de, MARTINS, Renan de Moraes. Questão ambiental e serviço social: um debate necessário relatos de experiência. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016

MESSIAS, Jailson Ramos. OLIVEIRA Ana Régia Santos. ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. A “questão ambiental” sob a ótica dos dirigentes sindicais de Aracaju. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

MESSIAS Jailson Ramos, CRUZ Sheyla Zacarias da. Educação ambiental e o fortalecimento da organização social: reflexões da intervenção de estágio no peac. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2006. In: SANTOS, Debora Rodrigues. A crise estrutural do capital na atualidade. V jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís Maranhão, 2011.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.* no. 110. São Paulo Apr. /June 2012.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: O socialismo no século XXI**. Boitempo Editorial, 2015.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. A categoria desenvolvimento sustentável e as recentes políticas de desenvolvimento e suas contradições no estado do maranhão. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

NETO, Francisco Vieira Do Nascimento; MARTINS Tereza Cristina Santos os Impactos da privatização das águas nas comunidades quilombolas: reflexões iniciais. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2012, n.111.

_____. **Desigualdade, pobreza e serviço social.** Em Pauta Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ed. Revan, n. 19, p. 135-170, 2007.

_____. **Trab. Educ. Saúde,** Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 333-340, jul. /out.201.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Introdução ao método da teoria social.** In: Serviço Social – Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009.

NETO, T, P,D. **Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Uma abordagem política do meio ambiente. pp. 3-36. ISBN: 978-85-7982-049-6. Available from SciELO Books.

NUNES Letícia Soares, SILVA Amanda Gomes de Medeiros. A formação profissional do assistente social e o debate da questão Socioambiental. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Natal, 2014.

NOGUEIRA, Marinez Gil. SOUZA, Gerciana Oliveira de. ROSÁRIO, Lia Auxiliadora Soares do. políticas públicas de saúde e sustentabilidade socioambiental: novos desafios para a construção de uma saúde ampliada. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.** Juiz de Fora, 2012.

NUNES Leticia Soares. A discussão da ação profissional na questão socioambiental. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** São Paulo, 2016.

NUNES, Carla Alessandra da Silva. SANTOS, Josiane Soares, ARAÚJO Nailsa Maria Souza. Serviço social e educação ambiental: contribuições para os processos

de mobilização e organização popular em torno dos direitos socioambientais. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

NUNES, Letícia Soares. As possibilidades de atuação do assistente social no âmbito das questões ambientais. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

OLIVEIRA, Tibério Lima. As contradições do desenvolvimento sustentável na agroindústria canavieira de ceará mirim/RN. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

OLIVEIRA, D. M. de S; PEREIRA, I. C.M; SILVA, I. K.S. Serviço Social e Questão Ambiental: um debate face as determinações da crise do capital. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016´.

PANIAGO, Maria Cristina. A **crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social**. In Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010.

PONTES, Nicole Alves Espada. Expressões socioambientais na contemporaneidade: reflexos da reprodução do capital. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. A questão ambiental e os desafios ao serviço social e ao projeto ético-político profissional. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. **A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente**. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, vol. 6, p. 1-25, 2009. Disponível em: Acesso em 29 abr. 2014

PIMENTEL, C, A. **Alimentos transgênicos: mitos e verdades**. UESB eventos, anais. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/7c.pdf>. Acesso em: 16/07/2018.

RAFAEL, P. R. B. **A “questão ambiental” e o trabalho das assistentes sociais nos programas socioambientais das empresas em Recife, 2008**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

REIS, Maria Alice dos Santos, REIS Rosilene Maria de Cassia Maciel dos, SANTOS Edna Mendonça Alves dos. Atuação do assistente social da área sócio-ambiental no instituto natureza do tocantins- to. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

RIBEIRO Cristine Jaques, FONSECA Aline Cunha da. O direito à posse: a população invisível no loteamento santa Cecília no município de Pelotas. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

RIBEIRO Patrício Azevedo, SILVA Itaciara Prestes da. Questão socioambiental e serviço social: reflexões sobre a formação do assistente social para atuação no campo socioambiental. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014

RIBEIRO, Thainara Guimarães, OLIVEIRA, Ana Régia Santos, SILVA, Juliana Gabriele Alves da, MESSIAS, Jailson Ramos, LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, SANTOS, Laryssa Gabriella Gonçalves dos, SILVA Everton Melo da. O papel da educação popular no peac: a experiência do conselho gesto. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

RICKLEFS, R. **A economia da natureza**. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 503, p. 2003.

RODRIGUES, Debora Cristina Bandeira, TEIXEIRA Natalia Andrade, SOUZA Thamirys, SANTOS Denise Silva dos. Trabalho e organização sociopolítica das

mulheres ribeirinhas no grande lago de Manacapuru/am. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

ROSA Bárbara Oliveira, SGARBI, Gabrielle Stéphaney Nascimento. As invisíveis: a identidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o Estado-providência**. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Debora Rodrigues. **A crise estrutural do capital na atualidade**. V jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís Maranhão, 2011.

SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa dos; SOARES, Maria De Lourdes. Reflexão da industrialização capitalista e seus impacts na saúde e meio ambiente. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

SANTOS, Maria Naislaine de Jesus, SANTOS, Ticiane Pereira dos, SILVA Amanda Gabriella da. Educação ambiental e estágio supervisionado: a contribuição do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras para a Formação em Serviço Social. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa dos. Capitalismo, meio ambiente e saúde: uma ligação destrutiva In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa dos. Saúde ambiental e serviço social: o caso da charneca, cabo de santo Agostinho – Pernambuco. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SANTOS, Ticiane Pereira dos, SILVA Amanda Gabriella da, NUNES Carla Alessandra da Silva. Serviço social e educação ambiental: reflexões sobre o

processo de assessoria no programa de educação ambiental com comunidades costeiras – peac. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SANTOS, Toyah Alexsandro Thêos Baptista dos. **A Noção de Sistema na Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio de Hegel**. FORTALEZA – CEARÁ, 2006.

SILVA, Maria das Graças. **Capitalismo contemporâneo e a “questão ambiental”:** o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social. Recife, Pernambuco, 2008.

_____. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável. **Um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. SOARES Iris Pontes, SILVA Rebeca Gomes de Oliveira. Questão ambiental, neodesenvolvimentismo, complexo industrial e portuário de Suape. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

SILVA, Kamilla Santos da. ARAÚJO Nailsa Maria Souza. A concepção de educação ambiental dos docentes da universidade federal de Sergipe. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SILVA, Elane Cristina Lima da. OLIVEIRA ,Maria Francenilda Gualberto de, CARVALHO Célia Oliveira de. População amazônica: as estratégias sócio-políticas da comunidade ribeirinha de tauarú em tabatinga no amazonas para o acesso a bens e serviços sociais. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

SILVA, Kamilla Santos da, SANTOS Gyselle Freitas, SOUZA Luany de. Os instrumentos do assistente social no programa de educação ambiental com comunidades costeiras. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

SILVA, Tatiane Pereira da. Questão socioambiental e as suas inter-relações com o serviço social. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

SILVA, T. P. da, GIOMETTI, A. B. dos R. Novas lentes novos olhares: a educação ambiental frente a questão ambiental. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016

SILVA, Edu Gomes. A gestão do aterro sanitário da cidade de Sena Madureira, Acre. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

SILVA, Silvânia Queiroz e, CAVALCANTE Andréia Santos. Questão social e a sustentabilidade no amazonas: elementos a para cidadania socioambiental. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SILVA, Itaciara Prestes da. BINDÁ Francieleide Moreira Lima. A questão socioambiental na organização sociopolítica e cultural das comunidades ribeirinhas na amazônia. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SILVA R.W.C., Paula B.L. 2009. **Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural**. Terræ Didática, 5(1):42-49. Disponível [online] em <http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>. Acesso em? 17 de Agosto de 2018.

SILVA, Andréa Lima da. A carciniultura no rio grande do norte: uma análise dos impactos socioambientais nas condições de vida dos/as “trabalhadores/as do mar”. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SILVA Ewene Rayane, SILVA, Thâmara Cristhiane Morais e, SANTOS, Mariana de Oliveira, GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Saúde ambiental e as condições de

vida das pessoas trabalhadoras na mata sul de Pernambuco. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SILVA, Silvana Crisotomo da. Produção de conhecimento do serviço social sobre a questão ambiental: considerações acerca das concepções ídeo-teóricas. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

SILVA, Andréa Lima da. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos, OLIVEIRA, Tibério Lima. Crise sociambiental no marco da produção destrutiva: o litoral nordestino em cena. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SILVA, Silvana Crisostomo da. MARA Eduardo. Gestão ambiental pública: notas sobre suas contradições e possibilidades. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

SIMIÃO, Luciana Do Nascimento. A responsabilidade socioambiental nas empresas: o caso do Itaú Unibanco. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

_____. O paradigma da sustentabilidade, a luz do capital, e a (in) sustentabilidade socioambiental no capital. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**, Juiz de Fora. 2012.

_____. O paradoxo do capitalismo verde: uma análise necessária. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014

SOARES, Andrea Sousa, BARROS Ilena Felipe, ANDRADE Lanara stephane Guedes Costa. Serviço social e meio ambiente: experiência de educação ambiental com crianças atendidas pelo Cras- bom Jesus/RN. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SOARES, Leila Chaban Duarte. **Serviço social, meio ambiente e população ribeirinha: água, uma fonte inesgotável?** IV jornada internacional de políticas públicas.

SOARES Leia Lima. VIANA, Masilene Rocha. O rompimento da barragem algodões: mobilização dos atingidos e a intervenção pública na questão socioambiental. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, 2014.

SOUSA, Elimar Maria Neves De. O passivo socioambiental do caulim em junco do seridó: a quem interessa?. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Paulo, 2016.

SOUZA, Gerciana Oliveira de. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de saúde e sustentabilidade socioambiental em Manaus. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SOUZA, Fabiane Agapito Campos de. O processo de produção e reprodução do capital e seus impactos no meio ambiente – um estudo de caso da thyssenkrupp companhia siderúrgica do atlântico (tkcsa). In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Juiz de Fora, 2012.

SOUZA, José Crisóstomo de Souza. Para uma crítica ao (não) pragmatismo de Marx. *Cognito*, PUC-SP, v. 13.

UNICEF/WHO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos**, 2016.

VIANA, R. de O; LIRA T. de M. Tecnologias sociais e comunidades ribeirinhas: tecnologias sociais utilizados no processo de participação social dos ribeirinhos da floresta estadual de maués. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Pernambuco, 2016.

VENANCIO, Romero. **Epicuro, Marx e a crítica da religião: algumas notas.** Epicure, Marx and religion's criticism: some notes. *Religare* 7 (1), 51-57, março de 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo.** *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 10, p.12-30, 2000.

ZACARIAS, Rachel. **A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental.** *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 65-72, jul-Dez 2009.

_____. **O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica.** *Anais do I Circuito de Debates acadêmicos.* Code. 2011

ZONETTI Vitor Moretti. A atuação ambientalista do serviço social: a presença da educação ambiental na. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** São Paulo, 2016.

_____. SANT'ANA; R. S. A questão ambiental e o serviço social: um debate a partir da presença da educação ambiental na política de assistência social de franca-sp. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Pernambuco, 2016.

APÊNDICE I – FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DOS ARTIGOS DOS CBAS E ENPESS

Dados gerais de identificação do evento
Evento:
Tema do evento:
Local:
Ano:
Eixo temático:
Dados de identificação do trabalho
Nome do artigo:
Palavras – chave ou temas abordados:
Instituição:
Tipo de trabalho: () pesquisa () exercício profissional () dissertação () tese () outros – ensaio
Autor (es):
Formação acadêmica dos autores: () assistente social () outros
Localização (cidade ou região):
Tema central do artigo: () questão agrária () questão urbana () questão ambiental () outro –
Eixo teórico que orienta o trabalho: () teoria social crítica () outro
Percepções acerca da relação entre serviço social e questão agrária presentes na descrição dos trabalhos
Concepção e entendimento sobre a relação serviço social e questão ambiental:
Observações acerca da relação entre a concepção profissional e a intervenção retratada no artigo:
Relação/vínculo observada entre profissional e sujeitos atendidos:
Concepção de profissão: significado e importância do serviço social inserido no contexto da questão ambiental:
Concepção dos profissionais sobre questão ambiental:
Concepção dos profissionais sobre questão social:
Desafios descritos no contexto do trabalho:
Fonte de referência (bibliografia base):

**APÊNDICE II- QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO-
CBAS 2013**

ARTIGO	AUTOR (ES)
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: contribuições para os processos de mobilização e organização popular em torno dos direitos socioambientais	Carla Alessandra da Silva Nunes, Josiane Soares Santos, Nailsa Maria Souza Araújo
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: a contribuição do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras para a Formação em Serviço Social	Maria Naislaine de Jesus Santos, Ticiane Pereira dos Santos, Amanda Gabriella da Silva
O PAPEL DA EDUCAÇÃO POPULAR NO PEAC: a experiência do Conselho Gesto	Thainara Guimarães Ribeiro, Ana Régia Santos Oliveira, Juliana Gabriele Alves da Silva, Jailson Ramos Messias, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos, Everton Melo da Silva
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS NO BAIRRO DE PETRÓPOLIS, EM MANAUS-AM	Kadhman Suenni Taveira Costa, Roberta Ferreira Coelho de Andrade
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL COMO PROPULSORES DO CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE	Irlande Oliveira Moreira de Jesus, Ana Maria Ferreira Cardoso, Terezinha

<p>SANEAMENTO BÁSICO: UMA EXPERIÊNCIA NA BAHIA</p>	<p>Loiola da Cruz Souza</p>
<p>PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UMA NOVA DEMANDA PARA O ASSISTENTE SOCIAL</p>	<p>Edinah Cristina Araújo de Carvalho, Thazia Medeiros Penha</p>
<p>ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DA ÁREA SÓCIO-AMBIENTAL NO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS- TO</p>	<p>Maria Alice dos Santos Reis, Rosilene Maria de Cassia Maciel dos Reis, Edna Mendonça Alves dos Santos</p>
<p>ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: experiência do grupo inter-ação no parque científico e tecnológico para inclusão social</p>	<p>Talita de Melo Lira, Klilton Barbosa da Costa, Mayara Pereira da Siilva, Vânia Lima Medeiros</p>
<p>POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO AMAZONAS: um do estudo do impacto sociocultural no <i>modus vivendi</i> dos ribeirinhos de maués-AM</p>	<p>Talita de Melo Lira</p>
<p>POPULAÇÃO AMAZÔNICA: as estratégias sócio-políticas da comunidade ribeirinha de tauarú em tabatinga no amazonas para o acesso a bens e serviços sociais</p>	<p>Elane Cristina Lima da Silva, Maria Francenilda Gualberto de Oliveira, Célia Oliveira de Carvalho</p>

<p>A CATEGORIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS RECENTES POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E SUAS CONTRADIÇÕES NO ESTADO DO MARANHÃO</p>	<p>Aurora Amélia Brito de Miranda</p>
<p>TECNOLOGIA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: estudo em uma comunidade ribeirinha no município de maués/AM</p>	<p>Jéssica da Silva Barreto, Aria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves</p>
<p>INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS: instrumento para auferir o desenvolvimento sustentável em unidades de conservação</p>	<p>Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Marcklize dos Santos Siqueira, Lidiane de Aleluia Cristo</p>
<p>CAPITALISMO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: uma ligação destrutiva</p>	<p>Carlos Wendell Pedrosa dos Santos</p>
<p>PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: a interface entre saúde e ambiente</p>	<p>Lady Mara Lima de Brito</p>

<p>QUESTÃO AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS: elementos para sua politização.</p>	<p>Monica Aparecida Grossi Rodrigues</p>
<p>ACIDENTES INDUSTRIAIS: PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL</p>	<p>Adriana Soares Dutra, Kellen Cristina Dalcin</p>

APÊNDICE II – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO-ENPESS 2012

ARTIGO	AUTOR (ES)
<p>GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: a inserção do capital transnacional e suas contradições</p>	<p>Elen Lúcia Marçal de Carvalho</p>
<p>NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM MANAUS</p>	<p>Gerciana Oliveira de Souza</p>
<p>POR UMA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM ESPAÇOS AMBIENTAIS DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (CAMPO</p>	<p>Enilda Maria Lemos Célia M. David</p>

GRANDE, MS).	
A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Kamilla Santos da Silva, Nailsa Maria Souza Araújo
A QUESTÃO AMBIENTAL NOS ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL E CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS	Barbara Louise Carnevale
AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS	Letícia Soares Nunes
REFLEXÃO-AÇÃO-REFLEXÃO: Educação ambiental na escola estadual Tiradentes em Manaus	Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Etyanne Uhlmann de Lima
QUESTÃO AMBIENTAL, DESASTRES E INTERDISCIPLINARIDADE	Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, Letícia Soares Nunes

<p>EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS CIDADES AMAZÔNICAS: reflexões para o serviço social</p>	<p>Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães, Olinda Rodrigues</p>
<p>PROGRAMA BOLSA FLORESTA E A INSERÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA CATUÁ-IPIXUNA – AM.</p>	<p>Alba dos Prazeres de Andrade, Heloisa Helena Correa da Silva</p>
<p>O PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE – um estudo de caso da Thyssenkrupp companhia siderúrgica do atlântico (tkcsa).</p>	<p>Fabiane Agapito Campos de Souza</p>
<p>QUILOMBOLAS E RIBEIRINHOS: cooperação e conflito ambiental em áreas de várzea e floresta na Amazônia.</p>	<p>André Augusto Brandão, Amanda Lacerda Jorge</p>
<p>A AMAZÔNIA E O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p>	<p>Marcus Wilke Silva Lima</p>
<p>SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E POPULAÇÕES</p>	<p>Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo, Vânia Maria Caio, Duarcides Ferreira Mariosa</p>

RIBEIRINHAS	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: novos desafios para a construção de uma saúde ampliada.	Marinez Gil noqueira, Gerciana Oliveira de Souza, Lia Auxiliadora Soares do Rosário
O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE, A LUZ DO CAPITAL, E A (IN) SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CAPITAL.	Luciana do Nascimento Simião
DEPREDAÇÃO AMBIENTAL, DANOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES PROVOCADOS PELA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO.	Soraya Gama de Ataide
AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE CEARÁ MIRIM/RN	Tibério Lima Oliveira
A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA.	Itaciara Prestes da Silva, Francilei de Moreira Lima Bindá.

<p>A CARCINICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE: uma análise dos impactos socioambientais nas condições de vida dos/as “trabalhadores/as do mar”</p>	<p>AndréaLima da Silva</p>
<p>A “QUESTÃO AMBIENTAL” SOB A ÓTICA DOS DIRIGENTES SINDICAIS DE ARACAJU</p>	<p>Jailson Ramos Messias, Ana Régia Santos Oliveira, Nailsa Maria Souza Araújo</p>
<p>SAÚDE AMBIENTAL E AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS TRABALHADORAS NA MATA SUL DE PERNAMBUCO.</p>	<p>Ewene Rayane Silva, Thâmara Cristhiane Morais e Silva, Mariana de Oliveira Santos, Vitória Régia Fernandes Gehlen.</p>
<p>CRISE SOCIAMBIENTAL NO MARCO DA PRODUÇÃO DESTRUTIVA: o litoral nordestino em cena</p>	<p>Andréa Lima da Silva, Silvana Mara Morais dos Santos, Tibério Lima Oliveira</p>
<p>SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: experiência de educação ambiental com crianças atendidas pelo CRAS- bom Jesus/RN</p>	<p>Andrea Sousa Soares, Ilena Felipe Barros, Lanara Stephane Guedes Costa Andrade</p>
<p>A AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATEGIA PARA O</p>	<p>Edir Vilmar Henig</p>

DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	
SAÚDE AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: o caso da charneca, cabo de santo agostinho – Pernambuco	Carlos Wendell Pedrosa dos Santos
QUESTÃO SOCIAL E A SUSTENTABILIDADE NO AMAZONAS: elementos a para cidadania socioambiental	Silvânia Queiroz e Silva, Andréia Santos Cavalcante
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: reflexões sobre o processo de assessoria no programa de educação ambiental com comunidades costeiras – PEAC.	Ticiane Pereira dos Santos, Amanda Gabriella da Silva, Carla Alessandra da Silva Nunes
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: reflexões da intervenção de estágio no PEAC	Jailson Ramos Messias, Sheyla Zacarias da Cruz

**APÊNDICE II – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO-
ENPESS 2014**

ARTIGO	AUTORES
A DIMENSÃO INTERVENTIVA E	

<p>AMBIENTAL DO SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS SITUADOS NA BACIA HIDROGRAFICA DO EDUCANDOS -MANAUS/AM</p>	<p>Ana Beatriz de Souza Cyrino, Heloísa Helena Correa da Silva.</p>
<p>QUESTÃO AMBIENTAL, NEODESENVOLVIMENTISMO, COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE.</p>	<p>Maria das Graças e Silva, Iris Pontes Soares, Rebeca Gomes de Oliveira Silva</p>
<p>A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O DEBATE DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL</p>	<p>Letícia Soares Nunes, Amanda Gomes de Medeiros Silva</p>
<p>A QUESTÃO AMBIENTAL E OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL E AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL</p>	<p>Mariana Figueiredo de Castro Pereira</p>
<p>A QUESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL: elementos para o debate</p>	<p>Talita de Melo Lira, Klilton Barbosa da Costa</p>
<p>DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA: "DECIFRA-ME OU DEVORO-TE!"</p>	<p>Sandra Helena Ribeiro Cruz, Nadia Socorro Fialho, Maria Elvira Rocha de Sá, Welson de Sousa Cardoso</p>

<p>GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA: notas sobre suas contradições e possibilidades</p>	<p>Silvana Crisostomo da Silva, Eduardo Mara.</p>
<p>O DIREITO À POSSE: A população invisível no loteamento Santa Cecília no município de Pelotas</p>	<p>Cristine Jaques Ribeiro, Aline Cunha da Fonseca</p>
<p>O FETICHE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: fundamentos para uma crítica</p>	<p>Mariana Cavalcanti Braz Berger</p>
<p>O PARADOXO DO CAPITALISMO VERDE: uma análise necessária.</p>	<p>Luciana do Nascimento Simiao</p>
<p>O ROMPIMENTO DA BARRAGEM ALGODÕES: mobilização dos atingidos e a intervenção pública na questão socioambiental</p>	<p>Leia Lima Soares, Masilene Rocha Viana.</p>
<p>O SERVIÇO SOCIAL NO</p>	

<p>ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS: desafios e possibilidades nesse novo espaço sócio-ocupacional</p>	<p>Tamires Barros de Almeida</p>
<p>OS INSTRUMENTOS DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS</p>	<p>Kamilla Santos da Silva, Gyselle Freitas Santos, Luany de Souza</p>
<p>POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ESTADO DO AMAZONAS</p>	<p>Talita de Melo Lira</p>
<p>PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL: considerações acerca das concepções ídeo-teóricas</p>	<p>Silvana Crisotomo da Silva</p>
<p>QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: reflexões sobre a formação do assistente social para atuação no campo socioambiental</p>	<p>Patrício Azevedo Ribeiro, Itaciara Prestes da Silva</p>
<p>SERVIÇO SOCIAL E MENTALIDADE AMBIENTAL</p>	<p>Enilda Maria Lemos, Célia M. David</p>

<p>TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS MULHERES RIBEIRINHAS NO GRANDE LAGO DE MANACAPURU/AM</p>	<p>Debora Cristina Bandeira Rodrigues, Natalia Andrade Teixeira, Thamirys Souza, Denise Silva dos Santos</p>
<p>RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um novo espaço de atuação ocupacional do Serviço Social</p>	<p>Gisele Oliveira de Alcantara</p>
<p>ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA: população ribeirinha na Ilha do Combu em Belém-Pará</p>	<p>Flávia Ferreira Gomes, Sonia Socorro Miranda Batista</p>
<p>A LUTA PELA TERRA E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA IMPLANTAÇÃO DA RESEX TERRA GRANDE PRACUÚBA NO MARAJÓ-PA: entre o açai e a madeira</p>	<p>Gicele Brito Ferreira, José Alberto, Brito Araújo</p>
<p>O MITO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E A NATUREZA COMO REFÉM.</p>	<p>Gisele Oliveira de Alcantara, Alexsandro Claudio do Nascimento</p>

**APÊNDICE II – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO-
ENPESS 2016**

ARTIGO	AUTOR (RES)
O MOVIMENTO AMBIENTALISTA LIDERADO PELA FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE MATO GROSSO DO SUL (FUCONAMS)	Enilda Maria Lemos
A DISCUSSÃO DA AÇÃO PROFISSIONAL NA QUESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	Leticia Soares Nunes
A POLITICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS DESAFIOS DOS CATADORES PARA SUA EFETIVAÇÃO	Valeria Pereira Bastos
A QUESTÃO AMBIENTAL COMO MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	Luiz Felipe Barros
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: O CASO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS	Érica Terezinha Vieira De Almeida Fernanda Azevedo Cordeiro Patrícia Da Silva Andrade Alves
OS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO DAS ÁGUAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REFLEXÕES INICIAIS	Francisco Vieira Do Nascimento Neto Tereza Cristina Santos Martins

AS INVISÍVEIS: A IDENTIDADE DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	Bárbara Oliveira Rosa Gabrielle Stéphanly Nascimento Sgarbi
A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS: O CASO DO ITAÚUNIBANCO	Luciana Do Nascimento Simião
TRABALHO E SAÚDE: ANÁLISE DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM MARACANAÚ/CEARÁ	Ana Karina Da Silva Alves
O PASSIVO SOCIOAMBIENTAL DO CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ: A QUEM INTERESSA?] Elimar Maria Neves De Sousa
A RESILIÊNCIA NA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL ENQUANTO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ DO EDUCANDOS NA CIDADE DE MANAUS – AM	Ana Beatriz de Souza Cyrino
A ATUAÇÃO AMBIENTALISTA DO SERVIÇO SOCIAL: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA-SP	Vitor Moretti Zonetti

EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS SOCIAIS NA GLEBA NOVA OLINDA (PA).	Vania Lúcia Lemos Catete Solange Maria Gayoso Costa
QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO RELATOS DE EXPERIÊNCIA	Amanda Naiara de Menezes Renan de Moraes Martins

**APÊNDICE II– QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ARTIGOS POR EVENTO-
CBAS 2016**

A GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO DA CIDADE DE SENA MADUREIRA, ACRE	EDU GOMES DA SILVA
QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E AS SUAS INTER-RELAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL	TATIANE PERIRA DA SILVA
NOVAS LENTES NOVOS OLHARES: a educação ambiental frente a questão ambiental	TATIANE PEREIRA DA SILVA, ANALÚCIA BUENO DOS REIS GIOMETTI
QUESTÃO AMBIENTAL: um espaço para atuação do assistente social	FERDINANDA FERNANDES GURGEL

<p>O ASSISTENTE SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NOS DESASTRES NATURAIS.</p>	<p>AYNA MIRANDA NOGUEIRA BRITO</p>
<p>SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL: AS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL</p>	<p>RIZETE SERAFIM COSTA, TATIANE MICHELE MELO DE LIMA, ÉLIDA MARIA DO NASCIMENTO</p>
<p>TECNOLOGIAS SOCIAIS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS: tecnologias sociais utilizados no processo de participação social dos ribeirinhos da Floresta Estadual de Maués</p>	<p>RAYANE DE OLIVEIRA VIANA, TALITA DE MELO LIRA</p>
<p>A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA</p>	<p>LILIAN ANGÉLICA DA SILVA SOUZA, PRISCILA FERNADES GUIMARÃES LAPLAGNE, JOYCE ANNE PEREIRA DE ALMEIDA, RITA EMILIA ALVES DA SILVA, CINTHIA BEZERRA FROÉS DA COSTA, HELISA RODRIGUES DE MELO, GEISIANE ROSA DE SOUZA PIRES, VALERIA DE FIGUEIREDO S. MAIA DE ALMEIDA, FLÁVIA LUIZA DA SILVA CONCEIÇÃO</p>
<p>EXPRESSÕES SOCIOAMBIENTAIS NA CONTEMPORANEIDADE: reflexos da reprodução do capital</p>	<p>NICOLE ALVES ESPADA PONTES</p>

<p>Questão Ambiental e Serviço Social: desafios em tempos de crise do Capital.</p>	<p>MÔNICA GROSSI, JÉSSICA APARECIDA PEREIRA</p>
<p>UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AO CAPITALISMO VERDE: em busca de uma saída ecossocialista</p>	<p>SUENYA SANTOS DA CRUZ</p>
<p>O HOMEM E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL</p>	<p>WANDA GRIEP HIRAI, LIVIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA, JORDANA RANIELLE ALVES ARAUJO PONTES</p>
<p>A QUESTÃO AMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE A PARTIR DA PRESENÇA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA-SP.</p>	<p>VITOR MORETTI ZONETTI, RAQUEL SANTOS SANT'ANA</p>
<p>O PROTAGONISMO SOCIAL DOS TRABALHADORES NO LIXÃO DE IMPERATRIZ: uma abordagem através das relações de trabalho e geração de renda</p>	<p>WADEGENHA MOTA LOPES, JAILSON DE MACEDO SOUSA</p>
<p>REFLEXÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO CAPITALISTA E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE E AMBIENTE</p>	<p>CARLOS WENDELL PEDROSA DOS SANTOS, MARIA DE LOURDES SOARES</p>

<p>SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL: um debate face as determinações da crise do capital</p>	<p>DANIELLE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA, IVANIELLY CRISTINA MARQUES PEREIRA, IRIS KARINE DOS SANTOS SILVA</p>
<p>SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: a experiência no Projeto de Extensão Serviço Social e educação ambiental do Centro Universitário Estácio da Amazônia</p>	<p>ERIKA SANTOS COSTA, LADY MARA LIMA DE BRITO</p>
<p>A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS E O ACESSO À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS: um debate necessário</p>	<p>SABRINA KATYELLY MARTINS FONTINELLE, JANAÍNA AUGUSTA NEVES DE SOUZA , RODRIGO MAMÉDIO DE LIMA, MARTA REGINA AIRES DA SILVA</p>